

02/09/2019

Grande Imprensa

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[MEC vai cortar recursos do Capes e federais terão o mesmo orçamento](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Educação : contratualização é a saída](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[4 em cada 10 jovens negros não terminaram o ensino médio](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Iniciativa inteligente](#)

[Prioridades](#)

[Câmara quer R\\$ 250 mi da Lava Jato para CNPq](#)

[No Rio, lugar de aprender é na praça](#)

O GLOBO - RJ

[Cota não atrapalha não cotista que ficou fora por pouco](#)

DEU ZEBRA NA EDUCAÇÃO

Imprensa Estadual

CORREIO POPULAR – SP

[Câmara quer R\\$ 250 milhões da Lava Jato para CNPq](#)

ZERO HORA - RS

[CNPq não assegura pagamento de bolsas](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[MEC vai cortar recurso da Capes e federais terão mesmo orçamento](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Orçamento de Bolsonaro para 2020 tira metade dos recursos do MEC para pesquisa](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Intolerância religiosa ou genocídio do povo preto?](#)

TERRA

[MEC vai cortar recurso da Capes e federais terão mesmo orçamento](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Correios não vão pro espaço! Futuro ministro descarta privatização](#)

[Museu Nacional: resgate e doações ajudam a recompor acervo científico](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Trabalho acadêmico do Museu Nacional está mais vivo do que nunca](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Câmara quer R\\$ 250 milhões da Lava Jato para bolsas do CNPq](#)

AGÊNCIA FOLHA

[4 em cada 10 jovens negros não terminaram o ensino médio](#)

G1

[Medalhistas da Olimpíada de Matemática temem futuro dos estudos com corte da bolsa](#)

PORTAL VEJA

[Weintraub causa pânico na academia – entenda](#)

TERRA

[Câmara quer R\\$ 250 milhões da Lava Jato para bolsas do CNPq](#)

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[O outro Centrão de Bolsonaro](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Ciência](#)

[Sentido!](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Militares na escola](#)

O GLOBO - RJ

[‘NÃO HÁ MUDANÇAS DE CURTO PRAZO NA EDUCAÇÃO](#)

Revistas

CARTA CAPITAL - SP

[A ciência em risco](#)

Imprensa Estadual

GAZETA DO POVO – PR

[Universidade não é intocável, é de quem paga imposto, diz secretário do MEC](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Universidades do Nordeste apostam em parcerias para expandir horizontes](#)

Agências de notícias e sites

A CIDADE ON

[Novo levantamento: Unicamp pode perder 2,6 mil bolsas do CNPq](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Olimpíada de matemática consegue verba, mas programas não avançam](#)

JORNAL IPANEMA

[Governo Bolsonaro estuda usar Sistema S para pagar bolsas de pesquisa](#)

REDE BRASIL ATUAL

[Três anos de governos devastadores para a pesquisa e a ciência](#)

UERGS

[Palestra sobre interação entre universidade e indústria de alimentos marca abertura do](#)

[Mestrado da Uergs em Encantado](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Na véspera de completar um ano do incêndio do Museu Nacional, UFRJ cria comitês para reconstrução da instituição](#)

[Olavo está certo. E Weintraub está errado.](#)

CORREIO WEB

[Os reflexos da crise nas faculdades particulares](#)

G1

[Programa de mestrado abre seleção para turma 2020; serão ofertadas 15 vagas para a Ufopa](#)

[Governo interveio em 6 de 12 nomeações de reitores de universidades federais até agosto](#)

[Ex-secretário de Saúde do Acre deve assumir Sefaz após gestora pedir pra sair, diz governo](#)

PORTAL EXAME

[Com doação da Vale, reconstrução do Museu Nacional entra em nova fase](#)

[Nobles, do MIT: empresas brasileiras perdem se país não educar seus jovens](#)

R7

[Deputados do PSL pedem criação de colégios militares em São Paulo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Reconstrução do Museu Nacional entra em nova fase](#)

[Nomeado por Bolsonaro, novo reitor da UFFS elogiou programas do PT](#)

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

Corrupção

Governo apresenta Orçamento que pode travar máquina pública em 2020

EUA investigam gráfica que imprimiu Enem

O GLOBO - RJ

ORÇAMENTO

Revistas

VEJA - SP

Pânico na Academia

ISTOÉ DINHEIRO - SP

Paulo Guedes quer dar R\$ 500 bilhões a quem não sabe gastar

ISTOÉ - SP

Quase desesperado

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

Governo Bolsonaro estuda usar Sistema S para pagar bolsas de pesquisa

ARIQUEMES ONLINE

IFRO é aprovado para oferta de Mestrado Profissional

CRUZEIRO DO SUL - SP

Biblioteca da UFSCar tem cursos e exposição em setembro

JORNAL DA USP - SP

Pesquisadores temem colapso das agências de fomento à ciência no Brasil

NSC TOTAL - RS

Governo Bolsonaro estuda usar Sistema S para pagar bolsas de pesquisa

PORTAL FATOR BRASIL

Repsol Sinopec Brasil, Ouro Negro e PUC-Rio ampliam parceria tecnológica

R7

Ufes suspende mais de 220 bolsas de iniciação científica oferecidas em edital

REVISTA GALILEU

Futuro do mercado de trabalho depende de investimentos na ciência

UERGS

Palestra sobre interação entre universidade e indústria de alimentos marca abertura do

Mestrado da Uergs em Encantado

24 HORAS NEWS

Governo estuda reduzir salários e congelar progressões de servidores

AGÊNCIA ESTADO

Não escrevi, mas li e deixei passar, diz ministro sobre paralisação com z

AGÊNCIA FOLHA

EUA investigam gráfica que imprimiu Enem

AGÊNCIA GLOBO

Apoiador de Bolsonaro, terceiro nome da lista tríplice da UFFS é nomeado reitor

Após vencer eleição questionada, vice-diretor do Cefet é exonerado do cargo

BLOG DO REINALDO AZEVEDO

Contas em frangalhos, máquina à beira do colapso, e Bolsonaro de olho em 22

ÉPOCA - RJ

Aluno patrocinado por Olimpíada de Matemática pode perder incentivo do governo

G1

79 mil bolsistas do CNPq vão receber pagamento de agosto até sexta; próximo mês

ainda não está garantido

Saiba quanto cada ministério perde na proposta de orçamento de 2020

UFSC divulga novas medidas para contenção de gastos a partir de 15 de setembro

CLIPPING



[79 mil bolsistas do CNPq vão receber pagamento de agosto até sexta, próximo mês ainda não está garantido](#)

METRÓPOLES

[Governo rompe acordo, não faz repasses ao CNPq e ameaça bolsas](#)
[Orçamento descarta reajustes a servidores e novos concursos em 2020](#)

NOROESTE NOTÍCIAS

[Unijuí divulga edital para Programa de Mestrado e Doutorado em Educação nas Ciências](#)

PORTAL EXAME

[Orçamento de 2020 considera Previdência dos militares aprovada](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC recebeu R\\$ 5 bilhões a mais do que estava previsto para 2020](#)

TERRA

[Ministro da Educação assume erros de português em ofício](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Nomeado por Bolsonaro, novo reitor da UFFS elogiou programas do PT](#)

Agências de notícias e sites

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Fiocruz Pernambuco completa 69 anos com lançamento de doutorado](#)

DIREITO DESCOMPLICADO

[Prorrogado prazo para submissão de artigos para Revista CNJ](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Manifestação dos pró-reitores da USP em apoio ao CNPq e contra a sua extinção](#)

JORNAL DA USP - SP

[“Queremos levar a Escola a uma posição de maior inserção na sociedade”](#)

PORTAL DO AGRONEGÓCIO

[ILPF - 6 minutos que fazem a diferença](#)

REVISTA GALILEU

[Futuro do mercado de trabalho depende de investimentos na ciência](#)

G1

[Bolsonaro nomeia terceiro colocado dos votos para reitor da UFFS](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Enade - prazo para correção de informação termina nesta sexta-feira](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Encceja : termina nesta sexta-feira prazo para recursos](#)

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT

[A tragédia da educação](#)

O TEMPO - MG

CIÊNCIA E FUTURO

[Universidade pública é para todos](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Ortopedia da USP terá robô para ajudar a produzir órteses](#)

FEIRAS DO BRASIL

[ABM Week 2019 recebe número recorde de trabalhos](#)

PORTAL FATOR BRASIL

[Quão bem os agricultores familiares podem viver na Amazônia](#)

TRIBUNA UNIÃO

[Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação termina hoje na Unit em Maceió](#)

AGÊNCIA ESTADO

[As incertezas jurídicas por trás do Future-se](#)

G1

[Estudantes e profissionais da educação poderão ser atendidos em Super Fácil exclusivo Reitor da UFSC apresenta à comunidade acadêmica medidas para contenção de gastos](#)

JORNAL DA USP - SP

[Manifestação dos pró-reitores da USP em apoio ao CNPq e contra a sua extinção](#)

METRÓPOLES

[Em ofício a Guedes, Weintraub escreve 2 vezes 'paralisação' com 'z'](#)

TERRA

[Em ofício, ministro da Educação escreve paralisação com z](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC vai cortar recursos do Capes e federais terão o mesmo orçamento Educação. Recursos da Capes, responsável por bolsas de mestrado e doutorado, deve cair pela metade em 2020; ministro Weintraub alega que a medida é necessária para garantir que as federais tenham no ano que vem o mesmo orçamento de 2019

BRASÍLIA

O Ministério da Educação decidiu cortar pela metade o orçamento da **Capes**, responsável por manter a maior parte das bolsas de mestrado e doutorado no País. Para 2020, foram reservados somente R\$ 2,2 bilhões para a instituição frente os R\$ 4,3 bilhões previstos neste ano.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, diz que a medida é necessária para garantir que as federais tenham, no ano que vem, quase o mesmo montante de recursos destinados em 2019 para custear as atividades. “Quase tudo vai ficar igual ou melhor. O único lugar que teremos de apertar e vai aparecer número ruim será na **Capes**. Vai sair o número, o pessoal vai gritar, mas será resolvido”, disse o ministro ao Estado.

Neste ano, a **Capes**, que é a principal financiadora de pesquisas de pós-graduação do País, já sofreu com o contingenciamento de recursos e precisou congelar milhares de bolsas que seriam oferecidas a novos pesquisadores. O valor projetado no orçamento de 2020 da **Capes**, porém, é insuficiente para manter até mesmo bolsas atualmente em andamento.

Segundo Weintraub, o ministério busca uma forma de evitar que bolsistas fiquem sem pagamento. Ele não quis antecipar a solução que está sendo aventada e disse que ela será apresentada em breve.

Orçamento. O projeto de lei orçamentária enviado ao Congresso pela equipe econômica destina R\$ 101,2 bilhões para o Ministério da Educação arcar em 2020 com todas as suas despesas obrigatórias, como os salários, e discricionárias, usadas para bancar custeio e investimento. Trata-se de uma queda significativa ante os R\$ 123 bilhões aprovados para 2019.

Ainda assim, a se comparar com a situação de outros ministérios, o MEC conseguiu

posição privilegiada. Após semanas de discussão, garantiu quase 25% de todo o dinheiro reservado para despesas discricionárias do governo federal no ano que vem. Foram R\$ 21,2 bilhões reservados para custeio e investimento, acima até da Saúde, que ficou com R\$ 18,3 bilhões.

O time de Weintraub aspirava obter R\$ 26 bilhões. O Ministério da Economia sinalizou, num primeiro momento, que só poderia dar R\$ 16 bilhões. “Com isso, seria impossível a gente trabalhar”, diz Antonio Paulo Voguel, secretário-executivo do MEC. Em documento enviado à equipe econômica, a pasta indicou que, sem ampliação no orçamento para despesas discricionárias, haveria paralisação de universidades, interrupção de fornecimento de material didático nas escolas e prejuízo à pesquisa no País.

Solução. Educação e Economia buscaram em conjunto uma solução, diz Weintraub. Para chegar aos R\$ 21,2 bilhões, a equipe econômica garantiu acréscimo de R\$ 2 bilhões e o MEC teve de encontrar, dentro de suas despesas obrigatórias, espaço para liberar os R\$ 3 bilhões adicionais. A solução, de acordo com Weintraub, será congelar concursos e novas contratações de professores e funcionários federais da educação.

Segundo a pasta, foi feita uma “revisão do método de previsão” do orçamento e constatou-se que “alguns itens estavam com valores maiores do que a necessidade real”.

“Não vai ter expansão de pessoal. São 600 mil funcionários públicos na ativa no Brasil e 300 mil estão no MEC. Destes, 100 mil foram contratados nos últimos poucos anos do governo PT. Essa medida nos liberou recursos para não termos que apertar mais”, afirma o ministro, pontuando que a remuneração de todos os funcionários atuais está garantida.

A medida afetarão especialmente as universidades, diz Weintraub. “Hoje o MEC é uma grande folha de pagamento de universidades. Meu orçamento é isso”, afirma.

Mesmo com o reforço frente ao oferecido inicialmente pela Economia, o orçamento “livre” de R\$ 21,2 bilhões da Educação em 2020 ainda ficou abaixo dos cerca de R\$ 23 bilhões para despesas discricionárias da pasta em 2019.

Liberação. Ao sustentar que as universidades federais terão o mesmo orçamento para custeio em 2020, Weintraub lembra que, neste ano, houve contingenciamento de parte significativa dos recursos. Ele diz que, até o fim do ano, será possível liberar quase todo o bloqueio de forma a chegar a desembolsos próximos a R\$ 21 bilhões.

“Estamos mandando para o ano que vem os mesmos R\$ 21 bilhões. Mas, salvo uma hecatombe nuclear, já estaremos tranquilos com a receita. Está acima de 95% a chance de não haver qualquer contingenciamento em 2020. As universidades poderão trabalhar realmente com esses valores.”

Educação básica. O aumento da destinação de recursos para educação básica, uma promessa de campanha de Bolsonaro, ainda não aparecerá no orçamento de 2020. O incremento será somente residual, de menos de 1%. “Cada dia sua agonia. Estamos administrando na boca do caixa uma crise aguda. Tenho que terminar essa etapa. Passar o Future-se no Congresso e falar para as universidades: está aqui o orçamento, cumpri

minha palavra, agora toca a vida, não me amola e segue adiante”, diz o ministro, referindo-se ao programa lançado pelo MEC para atrair recursos privados às federais. “E, daqui para frente, vamos implementar o prometido, com mais recursos para ensino fundamental e técnico, creche e pré-escola.”

“Cada dia sua agonia. Estamos administrando na boca do caixa uma crise aguda. Tenho que terminar essa etapa.” Abraham Weintraub

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Educação : contratualização é a saída

Entrevista: Fernando Schuler

Cientista político e professor do Insper defende a gestão compartilhada do sistema educacional entre Estado e setor privado

Fernando Schuler, cientista político e professor do Insper, defende uma gestão compartilhada da educação entre estado e iniciativa privada, por meio do modelo de contratualização. Esse, para ele, é o grande desafio do país: a replicação de uma saída de sucesso em destacadas instituições internacionais. Também filósofo, ele afirma que o Prouni e o sistema de cotas foram responsáveis pela universalização do ensino superior no Brasil e não podem ser desprezados. “O governo atual errou ao incentivar o clima beligerante na educação, ao apostar na guerra cultural. Dificultou um diálogo necessário para o avanço”, acredita. A única maneira de permitir que os mais pobres estudem nas mesmas escolas que os mais ricos é produzir uma migração de longo prazo massiva para o setor privado. “Não tem como obrigar a classe média e os mais ricos a frequentarem a escola pública. Imaginar isso seria um exercício de cinismo”, diz.

Qual o futuro para a educação, diante dos reduzidos recursos?

O Brasil vive uma situação de restrição fiscal que não vem de hoje. O gasto discricionário do governo federal teve redução, em seis anos, de 80%, ou cerca de R\$ 100 bilhões. Os professores já enfrentam uma série de dificuldades no dia a dia. Mas o Brasil vem avançando. Dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) apontam melhoras no ensino fundamental. No médio, o quadro é de estagnação da qualidade, com alto grau de evasão, cerca de 50%. Mas o Brasil soube inovar em políticas interessantes. A mais inovadora de todas é o Programa Universidade para Todos (Prouni), que descomprimiu o sistema, ampliou o número de vagas nas universidades federais, mas não o suficiente. O Brasil tem uma série de desafios combinados.

Quais?

O maior desafio é a renovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que está na pauta do Congresso Nacional — tem prazo de validade até 2020. O Fundeb deve se estabelecer, se institucionalizar como permanente. Não que seja constitucionalizado. Engessá-lo não é o caminho adequado, mas, sim, torná-lo de corresponsabilidade de União, estados e municípios. Especialmente, garantir autonomia. O Estado é muito pesado. Perdeu qualidade em vários serviços, inclusive na educação. Porém, a Constituição, no artigo 213, estabelece dois modelos de gestão da educação. Os de rede própria, chamados de administração direta, hoje praticamente a totalidade do ensino

básico brasileiro, e os modelos de contratualização com o setor filantrópico, com as escolas confessionais e comunitárias.

Quais exemplos do modelo de contratualização?

Nos Estados Unidos, existe um modelo chamado chartered courses (cursos fretados). No Brasil, o modelo das organizações sociais. A Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em Brasília, foi pioneira em treinar gestores públicos nesse novo modelo. O Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), no Rio de Janeiro, é uma organização social. Na área de saúde pública, há a rede Sarah Kubsticheck, modelo clássico. E também na área de cultura, como os novos museus do Rio (Museu do Amanhã e o MAR), e as grandes instituições culturais.

São instituições públicas de natureza privada?

Exatamente. O gestor público tem a competência para fazer a análise da realidade local e saber o que é melhor. O Estado faz bem uma parte que é imprescindível: regular, avaliar, contratar, corrigir, exigir resultados e defender direitos do cidadão. O setor privado filantrópico, ou sem fins lucrativos, pode fazer a sua parte na gestão, na ponta, com menos amarras burocráticas para agir com eficiência.

É uma saída para evitar a falta de recursos?

No curto prazo, há um período de transição. Não necessariamente uma escola contratualizada tem um custo menor por aluno. É ilusão dizer que o setor privado pode fornecer um serviço mais barato que o Estado no curto prazo. Depende do modelo de contrato. Tem prefeituras no Brasil onde o custo per capita do aluno vai a R\$ 16 mil. Em vários estados, é de R\$ 4 mil ou R\$ 3,5 mil.

O valor está relacionado à qualidade do ensino?

Sem dúvida o custo afeta a qualidade. Não é só contratar melhores professores, é investir neles, em bons laboratórios, infraestrutura, equivalente esportivo. Mas o custo não define tudo em termos de qualidade. Muitos recursos se perdem na burocracia. A ineficiência da gestão custa caro. Uma boa escola, na média brasileira, tem custo entre R\$ 7 mil e R\$ 9 mil por ano. Perfeitamente razoável. Em muitos municípios, o peso atribuído à burocracia chega a representar mais de 50% do total da escola. No setor privado, o sistema de prestação de contas é muito mais claro. No público, é difícil de funcionar, é próprio à regulação, não à prestação de serviço na ponta. De novo, quem paga essa conta são os mais pobres.

É uma questão de cultural negar que o filho do patrão divida a escola com o da empregada?

A única maneira de permitir que os mais pobres estudem nas mesmas escolas é produzir uma migração de longo prazo massiva para o setor privado. Não tem como obrigar a classe média e os mais ricos a frequentarem a escola pública, sem a qualidade desejada. Imaginar isso seria um exercício de cinismo. Começamos a ver esse sentido de igualdade, essa visão plural da escola, onde pessoas dos mais diversos segmentos sociais estudam juntas, com o Prouni.

A política de cotas e de bolsas dá resultado?

Foi uma experiência extremamente positiva. O resultado médio dos alunos bolsistas era ou igual ou superior aos não bolsistas. Não só dá resultado, como rompe com o mito de que os alunos no Brasil não aprendem porque são pobres. A gente pode avançar no

sentido de oferecer para os alunos pobres a mesma qualidade das escolas da classe média. Como? Contratualizando o setor privado. Não há mágica.

As universidades públicas brasileiras estão entre as principais do mundo? Temos centros de excelência, mas nenhuma federal entre as 300 melhores do mundo. Custam caro para o país, mas vivem o crônico problema de falta de recursos internamente, por questão de estruturas autárquicas burocráticas, pensadas nos anos 1960, 1970, em outro modelo jurídico. Têm autonomia formal e não real. O fato de o governo cortar verbas, até porque não as tem, é um sintoma da absoluta falta de autonomia. As universidades não têm controle sequer sobre o seu próprio orçamento. O governo lançou o Future-se (programa de autonomia das universidades), uma ideia positiva. Mas no clima polarizado em que o país vive, qualquer ideia cai na vala comum do debate político.

O Future-se é o caminho para a educação no Brasil?

Eu acho que é um caminho possível no longo prazo, não exclusivo. As universidades precisam se abrir para o setor privado.

“O Estado faz bem uma parte que é imprescindível: regular, avaliar, contratar, corrigir, exigir resultados e defender direitos do cidadão. O setor privado filantrópico, ou sem fins lucrativos, pode fazer a sua parte na gestão, na ponta, com menos amarras burocráticas para agir com eficiência”

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

4 em cada 10 jovens negros não terminaram o ensino médio

Dados do IBGE mostram que abandono escolar atinge mais população negra Brasília

Concluir a educação básica ainda é realidade distante para muitos jovens brasileiros, mas o problema atinge com maior intensidade a população negra.

Um terço dos brasileiros entre 19 e 24 anos não havia conseguido concluir o ensino médio em 2018. Apesar da média geral já ser alta (e cujo percentual é similar entre jovens brancos), o panorama entre os negros é ainda pior: quase metade (44,2%) dos negros homens dessa faixa etária não concluiu a etapa.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/4-em-cada-10-jovens-negros-nao-terminaram-o-ensino-medio.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

Iniciativa inteligente

Numa iniciativa que induz a rede pública de ensino médio a melhorar sua qualidade ao mesmo tempo que estimula os alunos a estudar, a Universidade de São Paulo (USP) informou que oferecerá, no primeiro semestre de 2020, 113 vagas em cursos de graduação para participantes e para medalhistas de competições de conhecimento, como as olimpíadas de matemática, física, química e biologia.

As vagas ofertadas variam de uma a três em 55 cursos de graduação. Pelas regras da USP, os candidatos devem ter participado ou ter sido premiados há dois anos, no

máximo. Ao todo, a instituição levará em consideração 20 competições – 9 são brasileiras e 11 internacionais. Pelos critérios de pontuação, as competições internacionais valerão mais do que o dobro das competições nacionais. E as medalhas de ouro valerão mais do que as de prata e as de bronze.

Iniciativas como essa da USP são comuns nas mais prestigiosas universidades do mundo. No Brasil, essa experiência começou a ser posta em prática pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Em dezembro de 2018, ela anunciou a destinação de 90 vagas para ingresso exclusivo de medalhistas em seus cursos de graduação. Além dessa medida, a Unicamp também colocou em prática uma experiência inspirada na Universidade da Califórnia,

em Berkeley, selecionando dois alunos da 3.^a série do ensino médio de cada uma das escolas públicas de Campinas, oferecendo-lhes um curso de formação geral, sob orientação de um professor ou de um pesquisador. Ao entrar em contato com conhecimentos básicos do mundo natural e social, os alunos selecionados desenvolvem raciocínio lógico, habilidades técnicas e aprendem a refletir sobre problemas reais, usando conceitos e métodos científicos.

No caso das competições de conhecimento, o objetivo é mostrar o lado prático do que é ensinado em sala de aula, incentivar a curiosidade das novas gerações a respeito do conteúdo das ciências exatas e biomédica, identificar talentos e atrair os melhores alunos para as carreiras de cientista e pesquisador. O formato desses eventos encoraja uma competição saudável, que motiva os estudantes, melhorando seu desempenho. Na maioria das vezes, os vencedores dessas competições são excelentes alunos de graduação. Quando concluem o ensino superior, obtêm com facilidade vagas nos programas de pós-graduação das universidades públicas e em cursos de doutorado em universidades americanas e europeias.

Atualmente, no Brasil, os alunos do ensino médio já podem participar de olimpíadas de conhecimento nas áreas de informática, biologia, química, matemática, física, biologia, neurociências, astronomia, saúde, meio ambiente e agropecuária. Uma das competições mais importantes é a Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas, que foi criada em 2005 pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa). Em 2016, ela contou com 17 milhões de competidores e um número recorde de escolas inscritas, tendo concedido 500 medalhas de ouro, 1,5 mil medalhas de prata, 4,5 mil medalhas de bronze e 46,2 mil menções honrosas, além de premiar os professores que mais se destacaram.

Diante da multiplicação dessas competições, dirigentes escolares vêm propondo ao governo federal sua conversão num projeto educacional de grande alcance. Mas, por causa da inépcia que tomou conta da área educacional desde a posse do presidente Bolsonaro, nada tem sido feito nesse sentido. Até o Prêmio Professores do Brasil, que previa o reconhecimento de 500 docentes do ensino básico, foi cancelado recentemente, pegando de surpresa entidades parceiras do projeto e frustrando professores das escolas públicas que se esforçaram para ensinar melhor.

Ao abrir vagas para premiados e participantes de competições do conhecimento, a USP merece aplauso. Mas, infelizmente, iniciativas importantes como essa continuam sendo

exceção num país em que o governo está mais preocupado com questões de gênero nas escolas do que em melhorar a eficiência do sistema educacional.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Prioridades

Todos os dias, ao acordar, o ministro Abraham Weintraub (Educação) pensa em: 1) “esculhambar” a esquerda; 2) “esculhambar a imprensa; 3) em resolver os problemas do Ministério da Educação. “Nessa ordem”, diz.

» Ministro... Ativo e polêmico nas redes sociais, Weintraub afirma não haver orientação do Planalto para que ele saia em defesa do presidente nas redes, é apenas seu “jeitinho”.

» ... da lacração. “Sou autêntico. Cada mês que passo aqui é dinheiro que eu gasto, minha família foi atacada, recebo ameaças. Se não for para me divertir, estou fora”, avisa.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Câmara quer R\$ 250 mi da Lava Jato para CNPq

BRASÍLIA

Além do combate a queimadas, a Câmara quer usar parte dos recursos recuperados pela Lava Jato para pagar bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Um pedido foi enviado ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, para que reserve R\$ 250 milhões de um fundo da Petrobrás para destinar aos pesquisadores.

Na terça-feira, 27, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), encaminhou uma manifestação ao STF na ação em que Moraes irá decidir sobre o destino dos R\$ 2,5 bilhões originados de um acordo entre a Justiça dos Estados Unidos e a estatal brasileira. Do montante, Maia pede que R\$ 1 bilhão seja usado para o combate a incêndios na floresta amazônica.

Maia e Moraes se reuniram na semana passada para tratar do assunto. A ideia é que o montante previsto em seu pedido para projetos ligados à popularização da ciência e educação seja direcionado pelo Ministério da Economia para amenizar a situação do ensino superior.

Nesta semana, Pontes disse à Globonews que sua pasta não terá recursos para pagar bolsas do CNPq até o fim do ano e “implorou” por mais recursos. O déficit orçamentário do órgão é de R\$ 330 milhões.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) fala sobre o risco de 85 mil pesquisadores ficarem sem bolsas a partir de setembro.

O destino dos R\$ 2,5 bilhões do fundo da Lava Jato parou no STF em março, depois de a Procuradoria-Geral da República questionar o acordo fechado entre a Petrobrás e a força-tarefa da operação no Paraná. A medida estabeleceu, entre outros pontos, a criação de uma fundação para gerir parte da multa.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

No Rio, lugar de aprender é na praça

Projeto que conta apenas com voluntários, dá aulas gratuitas ao ar livre

Aos 85 anos, Edna quer, finalmente, aprender a ler e a escrever. Paula, de 19, tenta melhorar as notas de matemática e física. Luzia, de 67, pretende passar no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e tentar a universidade. Não há limite nem idade no Adote Um Aluno, projeto que, em pouco mais de um ano e meio, tomou praças do Rio com aulas gratuitas ao ar livre. Iniciativa de cidadãos presente nas redes sociais, sem apoio oficial, o Adote já reúne 50 voluntários e cerca de 300 estudantes. Esses tentam obter na rua o que não conseguem na escola tradicional: atenção individualizada.

O movimento surgiu em março do ano passado a partir da iniciativa do engenheiro eletricitista Silverio Morón, de 65 anos. Ele dava aulas particulares a estudantes de escolas privadas e um dia decidiu ir a uma praça perto de casa, em Botafogo, na zona sul, em busca de outro tipo de aluno. Em uma folha de papel, escreveu que tirava dúvidas de matemática e física.

Hoje, o Adote um Aluno dá aulas públicas de diferentes disciplinas nas zonas sul, norte e oeste da capital fluminense.

O grupo de alunos é bastante heterogêneo. Atualmente, a faixa etária vai dos sete aos 85 anos – já houve uma senhora de 93. A “sala de aula” também é peculiar. Em geral, é composta por mesas e bancos de cimento usados para jogos. Sem paredes e sujeitos ao clima, os locais de estudo chamam a atenção de quem passa pelas praças de segunda a sábado. Os horários das disciplinas são pré-definidos e publicados em páginas no Facebook. Às vezes, porém, o mural virtual avisa: “Aula de hoje cancelada devido à ventania”.

Apesar da diversidade de perfis, os estudantes apresentam motivos semelhantes para procurar as aulas. Alegam dificuldades para aprender em turmas grandes nas escolas, em contraste com a atenção individualizada dos voluntários.

“Passei três anos numa escola e saí sem saber nada”, conta Edna Veiga, que, aos 85, tenta se alfabetizar.

Dezoito anos mais nova, Luzia dos Santos está de olho no Enem. Ela mora em Niterói, e atravessa a Baía de Guanabara três vezes por semana para ter reforço na Praça Mauro Duarte.

Aos 19, Paula Sabino é aluna do terceiro ano do ensino médio no tradicional Colégio Pedro II. Desde o ano passado, também é aluna de Silverio. “Eu estava com dificuldade em matemática e física.” A evolução das notas na escola foi enorme. “Saí do zero, um, para seis, sete”, vibra.

O retorno para quem dá as aulas é o sentimento de estar ajudando ao próximo. “Eu trabalho em escolas particulares, mas vim de escola pública e sempre quis retribuir o muito que recebi”, diz a professora de biologia Alessandra Oliveira.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Cota não atrapalha não cotista que ficou fora por pouco

Quando a Uerj implementou sua política de cotas, em 2002, parte dos especialistas expressou uma preocupação, legítima, sobre o que aconteceria com os alunos beneficiados pelo sistema, especialmente em cursos de maior prestígio. Havia o temor de que as taxas de evasão e o desempenho acadêmico desse grupo fossem muito piores em relação aos demais, o que, felizmente, não se confirmou.

Um novo estudo, apresentado na sexta-feira passada na 10ª reunião da Associação Brasileira de Avaliação Educacional, avança ainda mais no diagnóstico dessa política pública ao identificar o que aconteceu depois da formatura com cotistas e não cotistas da Uerj na área de Direito. A boa notícia que trazem os dados analisados por Ana Trindade Ribeiro (Stanford) e Fernanda Estevan (FGV-SP) é que o sistema fez uma diferença brutal em favor dos jovens beneficiados, sem prejudicar aqueles que, por não serem elegíveis ao benefício, acabaram não entrando na Uerj.

Para chegar a essa conclusão, as pesquisadoras analisaram, pelos dados do Departamento de Seleção Acadêmica da Uerj, a lista de aprovados e não aprovados, por cotas ou pelo sistema tradicional em Direito, no vestibular da instituição, entre 2006 e 2010. Essas informações sobre o desempenho de milhares de candidatos no período foram depois comparadas com as listas de aprovados no rigoroso exame da OAB entre 2010 e 2015, requisito para exercer a advocacia.

Ao analisar essas informações relativas a milhares de jovens nesse período, o estudo mostra que, para os cotistas, ter conseguido uma vaga na Uerj fez uma brutal diferença (da ordem de até 51 pontos percentuais) nas taxas de aprovação no exame da ordem em comparação com os candidatos que também eram elegíveis ao benefício, mas não foram aprovados na Uerj por uma pequena margem de desempenho. Já entre os não cotistas, a diferença entre os que passaram ou não ingressaram por pouco no curso de Direito da universidade é inexistente.

Uma das hipóteses para explicar esse resultado é que esses jovens, de maior nível socioeconômico, tiveram condições de compensar a reprovação no vestibular da Uerj ingressando em outros cursos que também deram a eles condições de serem competitivos no exame da OAB. Por isso, sua taxa de aprovação no exame da ordem não difere da verificada entre os alunos que, mesmo sem cotas, conseguiram a vaga na Uerj.

Ao comparar a aprovação na OAB entre cotistas e não cotistas excluídos da Uerj por causa das cotas, o estudo identifica uma diferença de até 12 pontos percentuais na aprovação, em favor dos não cotistas. Ou seja, a política não elimina por completo a diferença observada entre esses dois grupos (ao menos quando medida pela aprovação na OAB), mas tem um impacto significativo na redução das desigualdades.

Agora que já temos as primeiras gerações de cotistas da Uerj e de outras universidades públicas que já estão no mercado de trabalho, é fundamental ter estudos como esse, que meçam o impacto da política de ação afirmativa em diferentes grupos no longo prazo. As cotas, sozinhas, não vão resolver o problema da desigualdade. Mas as evidências mais rigorosas até o momento apontam que seus benefícios têm superado efeitos colaterais temidos no momento de sua implementação.

A boa notícia que trazem os dados é que o sistema fez uma diferença brutal em favor dos jovens beneficiados, sem prejudicar os que não entraram

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS DEU ZEBRA NA EDUCAÇÃO

O Educandário Abrahão David, em Nilópolis, que recebe 1.300 alunos, fecha em dezembro. Era sustentado pelo bicheiro Anísio Abrahão e tinha recursos federais que sumiram.

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

Câmara quer R\$ 250 milhões da Lava Jato para CNPq

Além do combate a queimadas, a Câmara quer usar parte dos recursos recuperados pela Lava Jato para pagar bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Um pedido foi enviado ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, para que reserve R\$ 250 milhões de um fundo da Petrobras para destinar aos pesquisadores.

Na terça-feira, 27, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), encaminhou uma manifestação ao STF na ação em que Moraes irá decidir sobre o destino dos R\$ 2,5 bilhões originados de um acordo entre a Justiça dos Estados Unidos e a estatal brasileira. Do montante, Maia pede que R\$ 1 bilhão seja usado para o combate a incêndios na floresta amazônica.

Maia e Moraes se reuniram na semana passada para tratar do assunto. A ideia é que o montante previsto em seu pedido para projetos ligados à popularização da ciência e educação seja direcionado pelo Ministério da Economia para amenizar a situação do ensino superior.

Nesta semana, Pontes disse à Globonews que sua pasta não terá recursos para pagar bolsas do CNPq até o fim do ano e "implorou" por mais recursos. O déficit orçamentário do órgão é de R\$ 330 milhões.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) fala sobre o risco de 85 mil pesquisadores ficarem sem bolsas a partir de setembro.

O destino dos R\$ 2,5 bilhões do fundo da Lava Jato parou no STF em março, depois de a Procuradoria-Geral da República questionar o acordo fechado entre a Petrobrás e a força-tarefa da operação no Paraná. A medida estabeleceu, entre outros pontos, a criação de uma fundação para gerir parte da multa.

topo ↕

ZERO HORA - RS - GERAL

CNPq não assegura pagamento de bolsas

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), um dos maiores financiadores da pesquisa no Brasil, não garante orçamento suficiente para pagar bolsas a partir de setembro, o que pode afetar as verbas pagas aos 79.538 bolsistas ativos no Brasil. A expectativa é de que as bolsas referentes a agosto cheguem a todos até sexta-feira, mas, depois disso, o cumprimento dos pagamentos é uma incógnita. As informações são do G1.

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTIC), Marcos Pontes, afirmou na semana

passada que o dinheiro acabava no último sábado. Ao G1, a pasta garantiu que segue trabalhando com os demais órgãos do governo para que esse valor seja liberado.

Na sexta-feira, o governo federal afirmou que estuda uma medida para usar o Sistema S para pagar as bolsas de pesquisas, hoje sob risco de descontinuidade.

Avalia-se desde repassar parte das bolsas - mais ligadas, por exemplo, ao sistema produtivo -, ou até mesmo todo o aparato de fomento à pesquisa. Como alternativa, fontes ouvidas pelo portal afirmaram que uma das soluções em estudo é usar um fundo da Petrobras para reforçar o orçamento do MCTIC com parte dos R\$ 330 milhões solicitados.

O CNPq já havia informado que novas indicações de bolsas estão suspensas e que o orçamento para o órgão não deve ser integralmente recomposto em 2019. Como déficit de mais de R\$ 300 milhões, que vem desde a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019, aprovada em 2018, a agência já havia congelado chamadas para financiamento de pesquisas.

Perda

Segundo uma carta assinada por sete ex-presidentes do CNPq, caso o orçamento não seja recomposto, serão perdidas décadas de investimentos em recursos humanos e em infraestrutura.

Zero Hora tentou contato com as assessorias do MCTIC e do CNPq ontem, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

O que é o CNPq

Criado em 1951, incentiva o desenvolvimento da ciência e da pós-graduação no país, por meio do pagamento de bolsas a estudantes da graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, além do financiamento de projetos de pesquisa.

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

MEC vai cortar recurso da Capes e federais terão mesmo orçamento

Recursos da Capes, responsável por bolsas de mestrado e doutorado, deve cair pela metade em 2020; ministro Weintraub alega que a medida é necessária para garantir que as federais tenham no ano que vem o mesmo orçamento de 2019

BRASÍLIA - O Ministério da Educação decidiu cortar pela metade o orçamento da **Capes**, responsável por manter a maior parte das bolsas de mestrado e doutorado no País. Para 2020, foram reservados somente R\$ 2,2 bilhões para a instituição frente os R\$ 4,3 bilhões previstos neste ano. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, diz que a medida foi necessária para garantir que as universidades federais tenham, no ano que vem, quase o mesmo montante de recursos destinados em 2019 para custear suas atividades.

Neste ano, a **Capes**, que é a principal financiadora de pesquisas de pós-graduação do País, já sofreu com o contingenciamento de recursos e precisou congelar milhares de bolsas que seriam oferecidas a novos pesquisadores. O valor projetado no orçamento de 2020 da **Capes**, porém, é insuficiente para manter até mesmo bolsas atualmente em andamento.

Segundo Weintraub, o ministério busca uma forma de evitar que bolsistas fiquem sem pagamento. Ele não quis antecipar a solução que está sendo aventada e disse que ela será apresentada em breve.

O projeto de lei orçamentária enviado ao Congresso pela equipe econômica destina R\$ 101,2 bilhões para o Ministério da Educação arcar em 2020 com todas as suas despesas obrigatórias, como os salários, e discricionárias, usadas para bancar custeio e investimento. Trata-se de uma queda significativa ante os R\$ 123 bilhões aprovados para 2019.

Ainda assim, a se comparar com a situação de outros ministérios, o MEC conseguiu posição privilegiada no Orçamento. Após semanas de discussão, garantiu quase 25% de todo o dinheiro reservado para despesas discricionárias do governo federal no ano que vem. Foram R\$ 21,2 bilhões reservados para custeio e investimento em Educação, acima até da Saúde, que ficou com R\$ 18,3 bilhões.

O time de Weintraub aspirava obter R\$ 26 bilhões. O Ministério da Economia sinalizou, num primeiro momento, que só poderia dar R\$ 16 bilhões. “Com isso, seria impossível a gente trabalhar”, diz Antonio Paulo Voguel, secretário-executivo do MEC. Em documento enviado à equipe econômica, a pasta indicou que, sem ampliação no orçamento para despesas discricionárias, haveria paralisação de universidades, interrupção de fornecimento de material didático nas escolas e prejuízo à pesquisa no País.

Educação e Economia buscaram em conjunto uma solução, diz Weintraub. Para chegar aos R\$ 21,2 bilhões, a equipe econômica garantiu acréscimo de R\$ 2 bilhões e o MEC teve de encontrar, dentro de suas despesas obrigatórias, espaço para liberar os R\$ 3 bilhões adicionais. A solução, de acordo com Weintraub, será congelar concursos e novas contratações de professores e funcionários federais da educação em 2020.

Segundo a pasta, foi feita uma “revisão do método de previsão” do orçamento e constatou-se que “alguns itens estavam com valores maiores do que a necessidade real”, caso da estimativa de gastos com salários.

“Não vai ter expansão de pessoal. São 600 mil funcionários públicos na ativa no Brasil e 300 mil estão no MEC. Destes, 100 mil foram contratados nos últimos poucos anos do governo PT. Uma expansão violenta. Não vai mais ter isso. Essa medida nos liberou recursos para não termos que apertar mais”, afirma o ministro, pontuando que a remuneração de todos os funcionários atuais está garantida.

A medida afetará especialmente as universidades, diz Weintraub. “Hoje o MEC é uma grande folha de pagamento de universidades. Meu orçamento é isso”, afirma.

Mesmo com o reforço frente ao oferecido inicialmente pela Economia, o orçamento “livre” de R\$ 21,2 bilhões da Educação em 2020 ainda ficou abaixo dos cerca de R\$ 23 bilhões para despesas discricionárias da pasta em 2019.

Ao sustentar que as universidades federais terão o mesmo orçamento para custeio no próximo ano, Weintraub lembra que, em 2019, houve contingenciamento de parte significativa dos recursos do orçamento.

Ele acredita que, até o fim do ano, será possível liberar quase todo o bloqueio de forma a chegar a desembolsos próximos a R\$ 21 bilhões - parte do previsto no orçamento deste ano não será, portanto, realizado.

“Estamos mandando para o ano que vem os mesmos R\$ 21 bilhões. Mas, salvo uma hecatombe nuclear, já estaremos tranquilos com a receita. Está acima de 95% a chance de não haver qualquer contingenciamento em 2020. As universidades poderão trabalhar realmente com esses valores do orçamento”, diz o ministro.

Educação básica

O aumento da destinação de recursos para educação básica, uma promessa de campanha de Bolsonaro, ainda não aparecerá no orçamento de 2020. O incremento será somente residual, de menos de 1%.

“Cada dia sua agonia. Estamos administrando na boca do caixa uma crise aguda. Tenho que terminar essa etapa. Passar o Future-se no Congresso e falar para as universidades: está aqui o orçamento, cumpra minha palavra, agora toca a vida, não me amola e segue adiante”, diz o ministro, referindo-se ao programa lançado pelo MEC para atrair recursos privados às federais. “E, daqui para frente, vamos implementar o prometido no plano de governo, com mais recursos para ensino fundamental, creche, pré-escola, ensino técnico.”

Apesar dos cortes na **Capes**, o orçamento do ano que vem vai garantir recursos para ampliar o número de escolas cívico-militares - segundo o MEC, é um investimento de “poucos milhões” e, por isso, ele será preservado. A meta é chegar a 108 delas até 2023. Os recursos para o Fies, programa federal de financiamento estudantil, também estão mantidos, afirma Weintraub.

Segundo o ministro, a meta da pasta ainda é buscar alternativas para chegar a R\$ 26 bilhões para custeio e investimento no ano que vem. Para o programa de ampliação de vagas em creches, por exemplo, o MEC quer usar R\$ 1 bilhão dos recursos recuperados pela Lava Jato.

[topo](#)

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Orçamento de Bolsonaro para 2020 tira metade dos recursos do MEC para pesquisa

Sai de R\$ 4,25 bilhões, segundo o valor autorizado para 2019, para R\$ 2,20 bilhões em 2020

Brasília

A proposta orçamentária para 2020, elaborada pelo governo Jair Bolsonaro (PSL), reduz em 18% os recursos totais do MEC (Ministério da Educação) com relação aos valores autorizados de 2019. As reduções vão da educação básica à pós-graduação, mas o impacto será muito maior no financiamento de pesquisas e nas contas de grandes universidades federais.

O maior corte ocorre na **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, que financia pesquisadores da pós-graduação e também professores de educação básica. Pela proposta, o órgão vai perder metade do orçamento: sai de R\$ 4,25 bilhões, segundo o valor autorizado para 2019, para R\$ 2,20 bilhões em 2020.

A **Capes** sofreu um congelamento de R\$ 819 milhões de recursos deste ano. O órgão já cortou 6.198 bolsas neste ano, equivalente a 7% do que havia no início do ano.

O projeto de Lei Orçamentária de 2020 foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo governo federal na última sexta-feira (30/8). O MEC terá um orçamento previsto de R\$ 101 bilhões em 2020, contra R\$ 122 bilhões aprovados para 2019.

As comparações da reportagem levam em conta a proposta de 2020 com os valores autorizados para 2019. O MEC passa por um contingenciamento de cerca de R\$ 6 bilhões, que atinge da educação básica ao ensino superior.

Ao levar em conta o orçamento geral de todas as universidades federais, a queda é de 7,4% (na comparação com valores nominais, sem atualização da inflação). Mas 16 das 68 universidades federais terão cortes superiores a essa média.

Estão entre as instituições que mais perderão dinheiro algumas das maiores universidades do país --que contam com muitos alunos, concentram pesquisas acadêmicas mais relevantes e também têm os maiores orçamentos.

A UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), por exemplo, tem a previsão de uma redução de 24% (também em valores nominais). Está estipulado para 2020 um montante de R\$ 2,5 bilhões, contra R\$ 3,3 bilhões aprovados para este ano.

A redução na UnB (Universidade de Brasília) é de 24% e na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), de 23,5%. Já na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) a redução será de 20%.

A maior redução ocorre na federal do Agreste de Pernambuco, de 63%, mas a instituição foi criada no ano passado e ainda está em fase de implementação. Dez federais tiveram suas previsões inalterados ou com leves altas. A maior alta é na UFBA (Universidade Federal da Bahia), com aumento de 2%.

Várias universidades têm indicado dificuldades para pagar as contas do ano. As federais tiveram bloqueio de de R\$ 2,2 bilhões no ano, o equivalente a 30% dos recursos discricionários (que exclui salários, por exemplo).

Os valores de responsabilidade do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), autarquia do MEC responsável por ações como aquisição de veículos escolares e transferências para obras, terão uma redução de 24% em seu orçamento.

A rubrica de Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica, por exemplo, passou de R\$ 606 milhões em 2019 para R\$ 230 milhões.

A previsão de dinheiro para o gerenciamento de hospitais universitários teve uma redução de 37%. A Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) teve um orçamento autorizado de R\$ 5,1 bilhões em 2019, mas no projeto de 2020 ele é R\$ 3,2 bilhões.

Está previsto uma redução de 30% nos recursos direcionados ao Inep (Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), responsável por avaliações federais com o Enem. Passam de R\$ 1,5 bilhão, em 2019, para R\$ 1,1 bilhão no próximo ano.

A previsão orçamentária do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), órgão de fomento à pesquisa ligado ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ficou estável: o autorizado em 2019, de R\$ 1,2 bilhão, é praticamente o mesmo no projeto de 2020.

O CNPq já anunciou que não tem dinheiro para pagar 84 mil bolsistas a partir deste mês. O déficit é de R\$ 330 milhões no ano.

Em 2020, o governo estima que terá, para todas as áreas, R\$ 89,2 bilhões para as chamadas despesas discricionárias. Em 2019, por exemplo, o governo iniciou o ano com autorização para gastar R\$ 129 bilhões com essas despesas não obrigatórias. O fraco desempenho da economia e a frustração nas receitas, porém, levaram a cortes nas verbas de ministérios, levando essa cifra a R\$ 97,6 bilhões.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Intolerância religiosa ou genocídio do povo preto?

Ana Paula Miranda (Professora de Antropologia UFF/ Pesquisadora INEAC), Roberta de Mello Corrêa (Pesquisadora INEAC/Bolsista CAPES), Rosiane Rodrigues de Almeida (Pesquisadora INEAC/Bolsista CAPES)

Em 1989 foi protocolado o primeiro dossiê de ataques a terreiros na sede Ministério Público Federal, em Brasília, intitulado “A guerra santa fabricada”, pelo Instituto de Pesquisa e Estudos da Língua e Cultura Yorubá (IPELCY), hoje extinto. O documento consistia num conjunto de reportagens publicadas que informavam invasões, incêndios e depredações aos terreiros da região metropolitana do Rio de Janeiro, perpetrados por neopentecostais.

No final da década dos 2000 surgiu no Rio de Janeiro a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), criada por afroreligiosos, que se uniram para reagir aos fatos noticiados pelo jornal Extra, que denunciava que traficantes do morro do Dendê, na Ilha do Governador, estariam proibindo adeptos de realizarem seus cultos e circularem pela favela com colares rituais (fios de conta) e estenderem roupas brancas em varais.

Acompanhamos todo o processo de criação da CCIR (Comissão de Combate à Intolerância Religiosa) e o esforço de produzir a primeira Caminhada pela Liberdade Religiosa, em Copacabana, em setembro de 2008. A realização de nossas pesquisas etnográficas resultou primeiramente na produção do II Relatório da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa sobre casos registrados na polícia e seus desdobramentos na justiça. Seguimos realizando as pesquisas sobre os processos de mobilização dos afroreligiosos e o tratamento estatal às suas demandas, com destaque para análise de como as delegacias tratam as denúncias de vitimização dos adeptos de matrizes afro-brasileira, bem como acerca das ações judiciais nas varas criminais e pelos mediadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, evidenciando o esforço de mobilização da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa na luta pela criminalização da intolerância religiosa a partir de sua tipificação segundo a Lei Caó (7.716/89). A tipificação da discriminação como um crime inafiançável, punível com pena de prisão

de até cinco anos, era um desejo dos religiosos que colocavam em xeque as resistências dos diferentes agentes a tratar os casos como um crime de “maior potencial ofensivo”, já que eram sempre tratados como crimes de “menor potencial ofensivo”, o que resultava em quase nenhuma condenação dos agressores identificados.

Consideramos, na ocasião, que o “ressurgimento” de casos públicos de intolerância religiosa associados às religiões de matriz afro-brasileira estavam relacionados aos ataques de grupos neopentecostais aos cultos de matriz afro, que resultaram num cenário de mobilizações e manifestações políticas, em nível nacional, de defesa de reconhecimento e isonomia de direitos do povo de santo aos demais grupos de matriz cristã no que se refere às disputas pela presença no espaço e na esfera públicos. No entanto, diante da constatação do recrudescimento da violência contra os terreiros, já se tornava perceptível a “insuficiência” do termo intolerância religiosa para classificar os casos envolvendo os ataques dos neopentecostais aos terreiros no país.

Um divisor de águas foi o caso de Mãe Carmem de Oxum, ocorrido em setembro de 2017. Na ocasião foi divulgado um vídeo, atribuído a traficantes da Baixada Fluminense que viralizou nas redes sociais. A religiosa foi abordada por homens armados de pistolas, barras de ferro e cassetete (chamado de “Diálogo”), aos gritos de que a matariam na próxima vez e foi coagida a destruir seus objetos litúrgicos. O caso representa uma mudança de cenário dos conflitos de natureza religiosa e explícita o aumento da violência envolvendo os mesmos. Desde então, nas redes sociais têm circulado relatos de líderes religiosos que foram forçados, sob a presença de armamento pesado, a quebrar seus objetos de culto e deixar o próprio terreiro. Alguns dos casos chegaram a alcançar as mídias, sem que, no entanto, se tenha conhecimento do resultado dessas denúncias no que diz respeito à punição dos agressores.

Se antes era comum o relato de situações envolvendo relações de proximidade (vizinhos, parentes, colegas de trabalho), daquele momento em diante, os “algozes” passaram a ser traficantes e/ou milicianos, bem como os pastores de igrejas neopentecostais. Os fatos que obtiveram destaque na mídia, incluem desde assassinatos até emboscadas com tiros dirigidos ao carro de uma das vítimas. Este cenário sinaliza para um agravamento dos conflitos, fazendo com que o termo “intolerância religiosa” seja relativizado, inclusive pelo Ministério Público Federal (MPF) que, em 2018, publicou uma nota técnica classificando os casos ora como “crimes de ódio” e “racismo religioso”, ora como “atos terroristas” ou “genocídio”.

O caso é revelador de um novo cenário. O avanço de disputas que utilizam os confrontos religiosos como ‘cortina de fumaça’ para a dominação dos territórios em que a presença estatal não garante nem a mobilidade, muito menos a segurança da população. Na atualidade, os terreiros dos adeptos das tradições de matrizes afro se transformaram em obstáculos à expansão das redes criminosas, que exercem controle territorial armado e atuam em atividades econômicas ilícitas e irregulares na localidade, por meio da coação violenta como principal recurso de manutenção e reprodução de suas práticas.

A recente prisão de um grupo intitulado “Bonde de Jesus” é reveladora dos efeitos da penetração de evangélicos neopentecostais no sistema carcerário, num fenômeno que tem sido chamado de “narcopentecostalismo” no Rio de Janeiro. Mas a pressão a que são submetidos os religiosos para não denunciar as violências sofridas ocorre também

em áreas dominadas por milicianos.

Apesar dos esforços dos poderes públicos, em especial, da Defensoria Pública e do Ministério Público, os religiosos não sentem segurança em denunciar as agressões, porque têm medo de sofrer represálias. Para os afroreligiosos nem mesmo a criação da delegacia especializada para o Combate aos Crimes Raciais e de Intolerância no Estado do Rio de Janeiro (DECRADI) serviu para impedir o crescimento dos casos, de modo que já se fala na criação de uma nova legislação para enquadrar como ato de terrorismo o ataque às instituições religiosas.

As pesquisas indicam que este quadro de agravamento da violência não está restrito ao Rio, tendo sido percebido em outros estados, como o Pará e Amazonas – que registram número considerável de mortes de afroreligiosos – assim como Alagoas, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Sergipe e Rio Grande do Sul. O fenômeno dos ataques, que antes parecia restrito a uma disputa no campo das religiões, tem se apresentado como um “problema de segurança pública”, segundo os religiosos, que precisa ser enfrentado em outros termos. A destruição dos terreiros coloca em risco não só a afroreligiosidade, mas todo um modo de vida e valores, relacionados à natureza e ao cuidado ao outro, que se reproduzem no espaço dos terreiros. Por essa razão os ataques têm sido considerados um novo “genocídio do povo preto” em terras brasileiras, numa clara violação da proteção constitucional do exercício dos direitos culturais oriundos da diversidade étnica e da liberdade de crença.

topo 

TERRA - TEMPO REAL

MEC vai cortar recurso da Capes e federais terão mesmo orçamento

Recursos da Capes, responsável por bolsas de mestrado e doutorado, deve cair pela metade em 2020; ministro Weintraub alega que a medida é necessária para garantir que as federais tenham no ano que vem o mesmo orçamento de 2019

BRASÍLIA - O Ministério da Educação decidiu cortar pela metade o orçamento da **Capes**, responsável por manter a maior parte das bolsas de mestrado e doutorado no País. Para 2020, foram reservados somente R\$ 2,2 bilhões para a instituição frente os R\$ 4,3 bilhões previstos neste ano. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, diz que a medida foi necessária para garantir que as universidades federais tenham, no ano que vem, quase o mesmo montante de recursos destinados em 2019 para custear suas atividades.

"Quase tudo vai ficar igual ou melhor. O único lugar que teremos de apertar e vai aparecer número ruim será na **Capes**. Vai sair o número, o pessoal vai gritar, mas será resolvido", disse o ministro ao Estado.

Neste ano, a **Capes**, que é a principal financiadora de pesquisas de pós-graduação do País, já sofreu com o contingenciamento de recursos e precisou congelar milhares de bolsas que seriam oferecidas a novos pesquisadores. O valor projetado no orçamento de 2020 da **Capes**, porém, é insuficiente para manter até mesmo bolsas atualmente em andamento.

Segundo Weintraub, o ministério busca uma forma de evitar que bolsistas fiquem sem pagamento. Ele não quis antecipar a solução que está sendo aventada e disse que ela será apresentada em breve.

O projeto de lei orçamentária enviado ao Congresso pela equipe econômica destina R\$ 101,2 bilhões para o Ministério da Educação arcar em 2020 com todas as suas despesas obrigatórias, como os salários, e discricionárias, usadas para bancar custeio e investimento. Trata-se de uma queda significativa ante os R\$ 123 bilhões aprovados para 2019.

Ainda assim, a se comparar com a situação de outros ministérios, o MEC conseguiu posição privilegiada no Orçamento. Após semanas de discussão, garantiu quase 25% de todo o dinheiro reservado para despesas discricionárias do governo federal no ano que vem. Foram R\$ 21,2 bilhões reservados para custeio e investimento em Educação, acima até da Saúde, que ficou com R\$ 18,3 bilhões.

O time de Weintraub aspirava obter R\$ 26 bilhões. O Ministério da Economia sinalizou, num primeiro momento, que só poderia dar R\$ 16 bilhões. "Com isso, seria impossível a gente trabalhar", diz Antonio Paulo Voguel, secretário-executivo do MEC. Em documento enviado à equipe econômica, a pasta indicou que, sem ampliação no orçamento para despesas discricionárias, haveria paralisação de universidades, interrupção de fornecimento de material didático nas escolas e prejuízo à pesquisa no País.

Educação e Economia buscaram em conjunto uma solução, diz Weintraub. Para chegar aos R\$ 21,2 bilhões, a equipe econômica garantiu acréscimo de R\$ 2 bilhões e o MEC teve de encontrar, dentro de suas despesas obrigatórias, espaço para liberar os R\$ 3 bilhões adicionais. A solução, de acordo com Weintraub, será congelar concursos e novas contratações de professores e funcionários federais da educação em 2020.

Segundo a pasta, foi feita uma "revisão do método de previsão" do orçamento e constatou-se que "alguns itens estavam com valores maiores do que a necessidade real", caso da estimativa de gastos com salários.

"Não vai ter expansão de pessoal. São 600 mil funcionários públicos na ativa no Brasil e 300 mil estão no MEC. Destes, 100 mil foram contratados nos últimos poucos anos do governo PT. Uma expansão violenta. Não vai mais ter isso. Essa medida nos liberou recursos para não termos que apertar mais", afirma o ministro, pontuando que a remuneração de todos os funcionários atuais está garantida.

A medida afetará especialmente as universidades, diz Weintraub. "Hoje o MEC é uma grande folha de pagamento de universidades. Meu orçamento é isso", afirma.

Mesmo com o reforço frente ao oferecido inicialmente pela Economia, o orçamento "livre" de R\$ 21,2 bilhões da Educação em 2020 ainda ficou abaixo dos cerca de R\$ 23 bilhões para despesas discricionárias da pasta em 2019.

Ao sustentar que as universidades federais terão o mesmo orçamento para custeio no próximo ano, Weintraub lembra que, em 2019, houve contingenciamento de parte significativa dos recursos do orçamento.

Ele acredita que, até o fim do ano, será possível liberar quase todo o bloqueio de forma a chegar a desembolsos próximos a R\$ 21 bilhões - parte do previsto no orçamento deste ano não será, portanto, realizado.

"Estamos mandando para o ano que vem os mesmos R\$ 21 bilhões. Mas, salvo uma hecatombe nuclear, já estaremos tranquilos com a receita. Está acima de 95% a chance de não haver qualquer contingenciamento em 2020. As universidades poderão trabalhar realmente com esses valores do orçamento", diz o ministro.

Educação básica

O aumento da destinação de recursos para educação básica, uma promessa de campanha de Bolsonaro, ainda não aparecerá no orçamento de 2020. O incremento será somente residual, de menos de 1%.

"Cada dia sua agonia. Estamos administrando na boca do caixa uma crise aguda. Tenho que terminar essa etapa. Passar o Future-se no Congresso e falar para as universidades: está aqui o orçamento, cumpra minha palavra, agora toca a vida, não me amola e segue adiante", diz o ministro, referindo-se ao programa lançado pelo MEC para atrair recursos privados às federais. "E, daqui para frente, vamos implementar o prometido no plano de governo, com mais recursos para ensino fundamental, creche, pré-escola, ensino técnico."

Apesar dos cortes na **Capes**, o orçamento do ano que vem vai garantir recursos para ampliar o número de escolas cívico-militares - segundo o MEC, é um investimento de "poucos milhões" e, por isso, ele será preservado. A meta é chegar a 108 delas até 2023. Os recursos para o Fies, programa federal de financiamento estudantil, também estão mantidos, afirma Weintraub.

Segundo o ministro, a meta da pasta ainda é buscar alternativas para chegar a R\$ 26 bilhões para custeio e investimento no ano que vem. Para o programa de ampliação de vagas em creches, por exemplo, o MEC quer usar R\$ 1 bilhão dos recursos recuperados pela Lava Jato.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Correios não vão pro espaço! Futuro ministro descarta privatização

O astronauta Marcos Pontes, indicado para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, disse hoje (6) que pretende recuperar o prestígio da ciência e tecnologia neste momento de transição e ao longo do ano que vem, para aumentar os recursos do setor durante o governo de Jair Bolsonaro.

O futuro ministro se reuniu esta manhã com representantes de várias entidades para iniciar "contato direto entre as pessoas que estão no dia a dia da ciência com as estruturas políticas". Entre os participantes estavam representantes da Academia Brasileira de Ciências e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

"[Ciência e tecnologia] é estratégico para o desenvolvimento do país, assim como educação, e nós precisamos ter esse prestígio para dar esse retorno para a sociedade", disse Pontes. De acordo com o futuro ministro, esse contato com os representantes do setor é extremamente valioso para que a nova pasta trabalhe de forma consensual.

A missão do ministério, segundo Pontes, é produzir conhecimento e riquezas para o país, para o desenvolvimento de novas empresas e startups, e a melhoria de produtos e serviços para a população. Para isso, ele explicou que a relação com outros ministérios é

primordial, como é com o Ministério da Educação (MEC).

De acordo com Marcos Pontes, serão desenvolvidos projetos para inserir ciência e tecnologia no ensino fundamental e médio, para motivar jovens para as carreiras da área. Havia uma discussão para se transferir a gestão do ensino superior para o Ministério da Ciência e Tecnologia, mas Pontes confirmou que permanecerá no MEC. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** também continuam em pastas separadas, respectivamente na Ciência e Tecnologia e Educação.

A estrutura e os secretários que vão compor o ministério ainda estão sendo definidos. Os Correios continuam subordinados à pasta e, de acordo com Pontes, a privatização da empresa ainda não está na pauta de discussão.

Acordo de Paris

O astronauta disse que assim como o Acordo de Paris, de combate às mudanças climáticas, outros acordos internacionais serão estudados e levados ao conhecimento de Bolsonaro para que tome as decisões sobre a participação do Brasil nessas instâncias.

"Nós temos dentro da comunidade científica uma participação muito grande em estudos e análises de clima e a importância do desenvolvimento sustentável como um todo. Essas informações todas vão ser levadas ao presidente. Logicamente quem tem poder de decisão é o presidente, mas nós temos a obrigação, vamos dizer assim, trabalhando com ciência, informar tudo sobre esses assuntos, inclusive", disse.

O Acordo de Paris foi aprovado por 195 países em 2015 e tem como uma de suas principais metas reduzir a emissão de gases do efeito estufa, de forma a evitar o aquecimento global. Em junho deste ano, os Estados Unidos saíram do acordo por decisão do presidente Donald Trump, que havia prometido retirar o país do pacto internacional durante sua campanha presidencial.

Marcos Pontes também comentou sobre a decisão do governo brasileiro de retirar sua candidatura para sediar a COP-25 (Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas), destinada a negociar a implementação do Acordo de Paris, que ocorrerá de 11 a 22 de novembro de 2019. A retirada da candidatura contou com o apoio explícito do presidente eleito. Para o astronauta, há pontos favoráveis para a realização do evento no Brasil, mas ele disse respeitar a posição de Bolsonaro.

"Existem, do nosso ponto de vista, da ciência e tecnologia, pontos favoráveis para que a gente faça isso [realização da COP-25], mas logicamente a decisão é sempre do presidente, e a gente respeita as decisões", afirmou.

Orçamento

Para 2019, o total de recursos da pasta para o setor é de R\$ 3,75 bilhões, cerca de 10% menor do que o deste ano. O orçamento do ministério, que chegou a contar com quase R\$ 10 bilhões em 2013, vem caindo nos últimos 5 anos. Em 2019, os recursos previstos para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), principal agência de fomento à pesquisa no país, só poderiam garantir o pagamento de bolsas até o mês de setembro, segundo técnicos do órgão.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Museu Nacional: resgate e doações ajudam a recompor acervo científico

Um ano após o incêndio que destruiu o Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, no dia 2 de setembro de 2008, algumas boas notícias animam os pesquisadores da instituição. Uma das coordenadoras do trabalho de resgate de peças nos escombros, a professora Luciana Carvalho detalha que foram recuperadas peças importantes para a pesquisa, como esqueletos humanos, inclusive fragmentos do icônico crânio da Luiza, o mais antigo fóssil encontrado no continente americano.

Ela cita também a recuperação de paleovertebrados e peças que contribuíram para descrever novas espécies, chamados de holótipos.

"Estamos atuando agora nos esqueletos humanos, que resistem bem ao calor. Nós resgatamos materiais da nossa coleção de paleovertebrados, não só os dinossauros, mas também de diversos mamíferos e os holótipos desses vertebrados. Assim como também toda a coleção de holótipos da paleontologia de invertebrados, que estava em um armário que, pela localização, não foi tombado nem destruído. Isso é uma notícia maravilhosa".

O diretor do museu, Alexander Kellner, informou que várias doações importantes para recompor o acervo científico e de pesquisa já foram prometidas e entregues.

"Na entomologia nós tivemos 20 doações que dariam mais ou menos 23 mil itens, foi certamente uma das áreas que mais sofreu. Em vertebrados, foram mais de 500 espécimes de diversas áreas do Brasil que foram doados. Na geologia e paleontologia, nós tivemos bens apreendidos pela Receita Federal que foram destinados ao Museu Nacional. Eu faço um apelo público para que isso continue assim: se tiver bens apreendidos, que sejam revertidos para a instituição Museu Nacional".

Kellner destaca que a Biblioteca Francisca Keller, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, que tinha 37 mil documentos e livros e foi totalmente incinerada, já está sendo recomposta.

"A Biblioteca Francisca Keller tem mais ou menos 10.500 volumes que já foram doados, já foram recebidos, e outros 8 mil a caminho. Desses aí, só o que a gente vai receber da França são aproximadamente 700 quilos. E também tivemos na Biblioteca Central a doação de vários outros livros, mais de 170 quilos".

Ele cita também a verba disponibilizada pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, de R\$2,5 milhões para a pesquisa de pós-graduação do museu, e as bolsas da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj), no valor de R\$3 mil reais por mês para 72 pesquisadores pelo período de um ano.

"Pode não parecer muito, mas é essa verba que faz com que você consiga respirar. Faz com que o professor possa fazer uma atividade de campo, que possa levar o estudante para algum local, inclusive para coletar material".

A reitora da UFRJ, Denise Pires de Carvalho, destaca que o trabalho científico desenvolvido pelo Museu Nacional é um dos destaques que faz da UFRJ uma das

principais universidades do país e da América Latina, com pelo menos cinco áreas entre as cem melhores do mundo.

"Dentre essas cinco áreas, duas estão no Museu Nacional: a arqueologia e a antropologia. O Museu Nacional é muito mais do que a área de exposições. Havia no palácio vários laboratórios de pesquisa, funcionava lá curso de pós-graduação, projeto de extensão, envolvimento de estudantes da graduação das diferentes áreas da universidade, através dos programas de iniciação científica".

Ela destacou que em 2020 será construído o Campus da Cavalariça, em uma área fora da Quinta da Boa Vista, doada pela União, que vai abrigar os laboratórios perdidos e a parte administrativa do Museu Nacional. A licitação para a elaboração dos projetos das primeiras intervenções, que serão o cercamento e a infraestrutura básica do local, já está em andamento.

Denise adiantou que estão reservados para a obra R\$ 30 milhões, parte do total de R\$ 43 milhões destinados pela bancada de deputados federais do Rio de Janeiro por meio de uma emenda impositiva. O valor total da emenda havia sido de R\$ 55 milhões, mas uma parte foi contingenciada. Segundo a reitora, essa verba já está à disposição da universidade.

A reitora, o diretor do Museu e a arqueóloga participaram de uma entrevista coletiva à imprensa na quarta-feira (28), para falar sobre o andamento dos trabalhos de recuperação da instituição.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Trabalho acadêmico do Museu Nacional está mais vivo do que nunca Apesar das perdas irreversíveis, o trabalho de pesquisa continua

Um ano após o incêndio que destruiu o Museu Nacional, o trabalho de pesquisa na instituição está mais ativa do que nunca. É o que afirma o biólogo Paulo Buckup, sem deixar de mencionar as inúmeras dificuldades enfrentadas nesse período pelos cientistas, professores e estudantes, como perda de material científico, de livros e de espaço físico, além de cortes no orçamento da universidade.

O Museu Nacional é uma instituição de exposição e de pesquisa, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O prédio histórico, que fica no parque da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, zona norte do Rio de Janeiro, foi atingido por um incêndio na noite do dia 2 de setembro de 2018.

Foi destruída pelas chamas toda a estrutura interna da construção, chamada de Palácio de São Cristóvão, que serviu de residência para a família imperial brasileira da proclamação da independência, em 1822, até a proclamação da república, em 1889. Além da exposição de história natural, o local abrigava laboratórios, uma biblioteca e acervo de pesquisa científica.

Buckup, que no dia da tragédia foi ao local ajudar no resgate emergencial do que fosse possível, conta que não perdeu material de sua própria pesquisa, mas agora precisa compartilhar com os colegas afetados pelo incêndio o espaço de seu laboratório, que fica no Horto Botânico, também dentro da Quinta da Boa Vista, mas distante 500 metros do palácio.

“A gente está hospedando vários docentes de departamentos atingidos na nossa área física, isso é uma limitação para a pesquisa, tanto nossa, que a gente deixa de dispor de determinadas áreas, quanto dos outros departamentos. Eles precisam de espaço para pesquisa, microscópio, equipamentos, até reconstituir o laboratório deles, e do acervo, que eles estão reconstituindo. É fundamental que se reconstrua os laboratórios e prédios”.

Segundo ele, apesar do processo conturbado, o Museu continua com uma atividade muito intensa, com técnicos e pesquisadores se alternando entre as atividades na área de resgate e o trabalho de pesquisa.

“Há, paradoxalmente, um aumento muito grande da atividade, porque as atividades das pós-graduações e científicas continuam, até de uma forma mais exacerbada porque, além da pesquisa de rotina, é necessário providenciar todas as coisas para reconstruir a capacidade de pesquisa da instituição. Uma barreira é a questão do espaço físico, para que essas atividades possam, paulatinamente, voltar à normalidade”.

Por outro lado, a professora Mariza Soares ficou totalmente desanimada com as perdas irreparáveis que o incêndio causou à sua área de pesquisa e se mudou para São Paulo. Ela não é ligada ao Museu Nacional, mas foi a curadora da exposição Kumbukumbu, sobre arte africana, praticamente toda perdida na tragédia.

“O espaço onde ficava a exposição já foi todo limpo, já retiraram tudo o que tinha e eles encontraram um número significativo de peças da coleção africana. Mas o que conseguiram recuperar foi basicamente as peças de metal. Toda a parte de madeira, os marfins, tudo que era palha, toda essa parte desapareceu. A gente tem basicamente pontas de flecha, um agogô e outras peças rituais do candomblé da Bahia e algumas correntes de escravos”.

Segundo Mariza, as peças mais valiosas da coleção, que eram feitas de madeira, tecido e palha, se perderam completamente. Professora aposentada da Universidade Federal Fluminense (UFF), Mariza conta que pretendia aprofundar sua pesquisa sobre o acervo africano do Museu Nacional, mas o incêndio incinerou seus planos.

“Além da perda das coleções, a perda do material de pesquisa do pessoal que trabalhava lá. A gente não perdeu só os objetos, tudo o que eu tinha de bibliografia, de textos, anotações, que eu tinha em uma mesa lá, tudo que era físico foi embora, só salvou o que eu estava no meu computador. Assim como os outros pesquisadores. A biblioteca de antropologia, que é a mais importante para os estudos africanos, estava dentro do prédio e queimou”.

Ela se refere à Biblioteca Francisca Keller, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, que tinha 37 mil documentos e livros e foi totalmente incinerada. “Era uma das bibliotecas que tinha a maior coleção de obras sobre África no Brasil, era uma biblioteca que comprava material, então tinha material recente”, lamenta Mariza.

A exposição de arte africana havia sido inaugurada em maio de 2014. A professora lembra que o tema é muito pouco estudado e exposto no Brasil e no mundo.

“Tem muito material afro-brasileiro, mas coleções africanas mesmo a gente tem muito pouca coisa. Tem uma coleção muito boa no museu da USP, mas são peças do século 20, a nossa era do século 19. Tem uma boa no Museu Goeldi em Belém, outra na Bahia, mas são todas mais recentes. Uma antiga como a do Museu Nacional não existe. São coleções muito pouco conhecidas e muito pouco estudadas. A gente não consegue nem avaliar, porque deveria haver um investimento de pesquisa nessas coleções”.

Além disso, uma exposição itinerante montada por Mariza com o Museu Nacional também se perdeu no incêndio. “Queimou também o material enorme que eu tinha feito, financiado pela Faperj, preparado uma exposição itinerante, que era muito grande, com muito material. A gente tinha desmontado ela em Duque de Caxias e levado para o Museu Nacional, para esperar e montar em outro lugar”.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

**Câmara quer R\$ 250 milhões da Lava Jato para bolsas do CNPq
Pedido para uso de parte do dinheiro para Educação foi enviado ao ministro Alexandre de Moraes, do STF; ideia é que o recurso seja direcionado para amenizar a crise no ensino superior**

BRASÍLIA - Além do combate a queimadas, a Câmara dos Deputados quer usar parte dos recursos recuperados pela Lava Jato para pagar bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Um pedido foi enviado ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, para que reserve R\$ 250 milhões de um fundo da Petrobrás para destinar aos pesquisadores.

Na terça-feira, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), encaminhou uma manifestação ao STF na ação em que Moraes irá decidir sobre o destino dos R\$ 2,5 bilhões originados de um acordo entre a Justiça dos Estados Unidos e a estatal brasileira. Do montante, Maia pede que R\$ 1 bilhão seja usado para o combate a incêndios na floresta amazônica.

Maia e Moraes se reuniram na semana passada para tratar do assunto. A ideia é que o montante previsto em seu pedido para projetos ligados à inovação, popularização da ciência e educação seja direcionado pelo Ministério da Economia para amenizar a situação do ensino superior. Caso o plano funcione, o ministro de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, poderia usar o dinheiro para pagar as bolsas ainda neste ano.

Nesta semana, Pontes declarou à Globonews que sua pasta não terá recursos para pagar bolsas do CNPq até o fim do ano e “implorou” a Paulo Guedes, ministro da Economia, por mais recursos. O déficit orçamentário do órgão é de R\$ 330 milhões, valor necessário para o pagamento das bolsas até o fim do ano.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) fala sobre o risco de 85 mil pesquisadores ficarem sem bolsas a partir de setembro por conta dos cortes orçamentários.

Fundo. O destino dos R\$ 2,5 bilhões do fundo da Lava Jato parou na Suprema Corte em março, depois de a Procuradoria-Geral da República questionar o acordo fechado entre a Petrobrás e a força-tarefa da operação no Paraná. A medida estabeleceu, entre outros pontos, a criação de uma fundação para gerir parte da multa. O caso caiu com Moraes, que resolveu suspender o acordo entre a estatal e o Ministério Público paranaense.

A expectativa no Congresso é que Moraes divulgue sua decisão nos próximos dias, atendendo aos apelos de Maia.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

4 em cada 10 jovens negros não terminaram o ensino médio

Dados do IBGE mostram que abandono escolar atinge mais população negra Brasília

Concluir a educação básica ainda é realidade distante para muitos jovens brasileiros, mas o problema atinge com maior intensidade a população negra.

Um terço dos brasileiros entre 19 e 24 anos não havia conseguido concluir o ensino médio em 2018. Apesar da média geral já ser alta (e cujo percentual é similar entre jovens brancos), o panorama entre os negros é ainda pior: quase metade (44,2%) dos negros homens dessa faixa etária não concluiu a etapa.

Os recortes por cor de pele e gênero revelam outros abismos: 33% das meninas negras nessa idade não têm ensino médio, enquanto o índice é de 18,8% entre as brancas.

O cenário relacionado ao ensino médio é só uma ponta do desafio, que começa mais cedo. Ser negro no Brasil aumenta a chance de exclusão escolar ao longo da educação básica, como mostram dados da mais recente PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), relacionado a 2018. As informações do IBGE foram tabuladas pelo Instituto Unibanco para a Folha.

O abandono escolar é um dos maiores entraves educacionais do país, o que tem forte relação com as altas taxas de reprovação. E desde o ensino fundamental essa conjectura incide de forma mais acentuada sobre a população negra.

Enquanto, na média, 13,1% dos jovens de 19 a 24 anos não haviam concluído o 9º ano do fundamental, entre os negros o percentual era de 19%.

Desigualdades raciais são identificadas também entre aqueles que estão na escola na idade indicada para o ensino médio, de 15 a 17 anos. Entre os brancos, 16,6% não tinham passado do 9º ano. Esse índice é de 25,5% entre pretos e pardos.

Também há mais negros dessa faixa etária que, atrasados, ingressaram em escolas para Jovens e Adultos, o EJA. Mais de seis em cada dez estudantes da modalidade são negros.

Os dados corroboram a existência de traços estruturais de discriminação. E os próprios jovens sentem na pele os reflexos das desigualdades de oportunidades.

Nascido em Cabeceiras (GO), Samuel Marques abandonou a escola na 8ª série. Precisava trabalhar e os horários do emprego, uma cafeteria em Brasília, eram incompatíveis com os da escola.

Só aos 19 anos retomou os estudos em uma escola de EJA e, aos 23, deve terminar o ensino médio neste ano. “É mais difícil para um negro arrumar emprego, ainda mais se você tiver cabelo grande, estilo afro, se fugir do padrãozinho. A gente sente uma cultura

de racismo”, diz.

A mãe é varredora de rua e o pai, pedreiro. Marques mora numa cidade satélite da capital federal e leva uma hora pra chegar ao Plano Piloto, onde estuda. Perto da sua casa não havia vagas em EJA.

“Quem tem mais privilégios pode só estudar, fazer outros cursos junto com a escola, estuda perto de casa, enquanto muita gente ou trabalha ou passa fome”, diz.

Os dados mostram que o percentual de jovens de 15 a 17 anos que só trabalham e não estudam é maior entre os negros (5,7%), ainda que próximo à realidade dos brancos (4,9%).

O superintendente do Instituto Unibanco, Ricardo Henriques, diz que a definição das causas dessas desigualdades exige maiores estudos, mas a recorrência de evidências indica processos estigmatizantes e estruturais.

“Pode ser estigma dos professores [com relação aos jovens negros, como a indisciplina], práticas cotidianas de exclusão, ambientes autorreferidos que produzem preconceito, leituras pretéritas que não são educacionais, e provavelmente uma combinação de todos esses fatores”, diz.

“É necessário um olhar para a diversidade, que favoreça um cotidiano na sala de aula que reconheça as diferenças, que tenha missão de igualdade de oportunidade ao longo do processo. Dado que as características de exclusão são estruturais, não adianta achar que zera o jogo no primeiro dia de aula”, diz. “A missão da escola é entregar à sociedade uma situação de excelência com equidade”.

Henriques protagonizou a criação, em 2004, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC (Ministério da Educação). A primeira ação do governo Jair Bolsonaro (PSL) no MEC foi extinguir essa subpasta, sob o argumento de que temas de diversidade eram de cunho ideológico de esquerda.

Ao acabar com a subpasta, o governo não só esvaziou ações de diversidade, como direitos humanos e relações étnico-raciais, mas também extinguiu a área responsável pelo EJA. Assim, a pasta comandada por Abraham Weintraub não tem nenhum departamento de educação de jovens de adultos.

“Falta uma política indutora, e o MEC sempre teve legitimidade para induzir essa visão”, diz Roberto Catelli Jr., da Ação Educativa. “Embora haja uma suposta igualdade de acesso, não existe a mesma condição de permanência, que depende de outras condições, como salário, moradia, atendimento de saúde”.

A população negra é a que mais sofre com a pobreza. Três em cada quatro pessoas entre os 10% mais pobres do país são negras, segundo dados do IBGE de 2015.

A exclusão escolar ajuda a perpetuar desigualdades. A remuneração ao longo da vida de uma pessoa com ensino médio pode ser, por exemplo, até 48% maior que a daquela com o mesmo perfil, mas com escolaridade até o ensino fundamental, segundo com dados recentes levantados pelo pesquisador Ricardo Paes de Barros.

O atual governo ainda esvaziou totalmente os repasses para um programa de bolsas para alfabetização de adultos, ao lado de outras iniciativas da educação básica, como apoio ao ensino em tempo integral.

Questionado sobre o que o governo tem realizado ou planeja para combater a evasão, o MEC indicou os programas de tempo integral para o ensino fundamental e médio (que não tiveram investimentos no ano) e a criação de 108 unidades militares.

O MEC afirma que a preocupação com a diversidade, sobretudo racial, foi incorporado por outras áreas. Não citou, entretanto, ações específicas.

Segundo a pasta, o governo está elaborando uma política para fortalecer o EJA integrado à educação profissional como forma de tornar a modalidade mais atrativa aos estudantes.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Medalhistas da Olimpíada de Matemática temem futuro dos estudos com corte da bolsa

Quem um dia já foi medalhista podia se candidatar a uma bolsa de R\$ 400 ao ingressar no ensino superior. Foi com esse dinheiro que os únicos três médicos de Cocal do Alves (PI) bancaram seus estudos.

O governo não tem dinheiro para pagar estudantes que dependem de bolsas para continuar os estudos. A falta de verba vai interromper desde pesquisas de ponta até projetos que mantêm adolescentes em sala de aula, em pleno ano letivo. O Fantástico foi ao interior do Piauí ver de perto o impacto dessa notícia em uma cidade onde o sonho é ser professor de matemática.

Os medalhistas da Olimpíada de Matemática recebem uma bolsa de R\$ 100 por mês, durante um ano. A Olimpíada é organizada pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) e envolve escolas públicas em quase todo o país. Todo ano são distribuídas seis mil bolsas de R\$ 100 aos medalhistas.

Em Cocal dos Alves, estudantes têm aulas extras de matemática no sábado, das 8h às 17h. Um investimento que já trouxe mais de 120 medalhas para uma escola pública da região. “No fundo, no fundo, o maior interesse deles é conseguir chegar a universidade”, conta o professor Amaral.

Quem um dia já foi medalhista podia se candidatar a uma bolsa de R\$ 400 ao ingressar no ensino superior. Foi com esse dinheiro que os únicos três médicos da cidade bancaram seus estudos.

topo ↕

PORTAL VEJA - RADAR ONLINE

Weintraub causa pânico na academia – entenda

ALTA PRESSÃO - O ministro Weintraub: convocado para dar explicações na Câmara, passou a tarde ouvindo reclamações (Cristiano Mariz/VEJA)

O Ministro da Educação Abraham Weintraub quer levar o CNPq, órgão de pesquisa hoje ligado à pasta de Ciência e Tecnologia, para o MEC e juntá-lo com a **Capes**. Entidades de pesquisa estão apavoradas.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

**Câmara quer R\$ 250 milhões da Lava Jato para bolsas do CNPq
Pedido para uso de parte do dinheiro para Educação foi enviado ao ministro
Alexandre de Moraes, do STF; ideia é que o recurso seja direcionado para
amenizar a crise no ensino superior**

BRASÍLIA - Além do combate a queimadas, a Câmara dos Deputados quer usar parte dos recursos recuperados pela Lava Jato para pagar bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Um pedido foi enviado ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, para que reserve R\$ 250 milhões de um fundo da Petrobrás para destinar aos pesquisadores. Saiba mais

Na terça-feira, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), encaminhou uma manifestação ao STF na ação em que Moraes irá decidir sobre o destino dos R\$ 2,5 bilhões originados de um acordo entre a Justiça dos Estados Unidos e a estatal brasileira. Do montante, Maia pede que R\$ 1 bilhão seja usado para o combate a incêndios na floresta amazônica.

Maia e Moraes se reuniram na semana passada para tratar do assunto. A ideia é que o montante previsto em seu pedido para projetos ligados à inovação, popularização da ciência e educação seja direcionado pelo Ministério da Economia para amenizar a situação do ensino superior. Caso o plano funcione, o ministro de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, poderia usar o dinheiro para pagar as bolsas ainda neste ano.

Nesta semana, Pontes declarou à Globonews que sua pasta não terá recursos para pagar bolsas do CNPq até o fim do ano e "implorou" a Paulo Guedes, ministro da Economia, por mais recursos. O déficit orçamentário do órgão é de R\$ 330 milhões, valor necessário para o pagamento das bolsas até o fim do ano.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) fala sobre o risco de 85 mil pesquisadores ficarem sem bolsas a partir de setembro por conta dos cortes orçamentários.

Fundo. O destino dos R\$ 2,5 bilhões do fundo da Lava Jato parou na Suprema Corte em março, depois de a Procuradoria-Geral da República questionar o acordo fechado entre a Petrobrás e a força-tarefa da operação no Paraná. A medida estabeleceu, entre outros pontos, a criação de uma fundação para gerir parte da multa. O caso caiu com Moraes, que resolveu suspender o acordo entre a estatal e o Ministério Público paranaense.

A expectativa no Congresso é que Moraes divulgue sua decisão nos próximos dias, atendendo aos apelos de Maia.

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASÍLIA - DF

O outro Centrão de Bolsonaro

Aos poucos, o grupo formado por PP, PL (ex-PR, de Valdemar Costa Neto) e DEM vai colando no governo do presidente Jair Bolsonaro. E não apenas por causa dos cargos que começam a angariar no segundo escalão, com as últimas nomeações da Companhia Desenvolvimento Vale São Francisco (Codevasf) e no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). É que, apesar de todos os problemas e tropeços do atual governo, esses partidos, desacostumados a lançar candidatos a presidente da

República, não veem futuro próspero longe do Planalto.

Nas conversas mais reservadas, eles têm dito que Bolsonaro continua com seu percentual acima de 25%, a economia teve, na semana passada, um sinal de que pode se recuperar. E, nesse quadro, essas legendas não vão brigar com o presidente. Pelo menos, até que o cenário fique mais claro, a ordem é colar no governo, seguindo o dito popular “seguro morreu de velho”. Dia desses, o presidente Jair Bolsonaro falou que consultaria o “seu centrão” sobre a Lei de Abuso de Autoridade. Agora, tem mais um, o Centrão raiz.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL DO LEITOR

Ciência

A interrupção dos pagamentos de bolsas do CNPq e da **Capes** a alunos de mestrado e doutorado é mais terrível do que a paralisação de obra pública. Cessam investimentos que vêm desde a década de 1950 e que passaram por vários governos, independentemente de ideologias. Os valores estão congelados há seis anos, e são muito inferiores aos auxílios-moradia ou auxílios-paletó pagos a políticos e juízes. Tenho certeza de que os poderes constituídos terão a responsabilidade de manter os investimentos.

Luis E. S. Netto, professor titular do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva do Instituto de Biociências da USP

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2019/09/bolsonaro-muda-de-opinioa-a-cada-dia-questiona-leitor.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Sentido!

O governo pretende lançar a partir de terça (3), em meio à chamada Semana da Pátria, uma campanha nas redes para apresentar o programa de escolas cívico-militares. O Ministério da Educação planeja uma divulgação bifuncional: que alardeie qualidades e combata críticas à “militarização do ensino”.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/09/01/maioria-dos-eleitores-de-bolsonaro-defende-verba-estrangeira-para-a-amazonia/>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Militares na escola

Em algumas semanas o Ministério da Educação (MEC) promete anunciar detalhes de um programa ambicioso de investimento em escolas cívico-militares no País, uma das poucas ideias para educação do governo Bolsonaro desde a campanha eleitoral. Quando o mundo todo se preocupa em desenvolver competências cognitivas e socioemocionais nas crianças que viverão em um mundo cada vez mais diverso e dinâmico, nosso projeto para a educação básica será baseado na disciplina, no conteúdo e no rigor.

O modelo não é tão conhecido por aqui porque São Paulo é um dos poucos Estados que ainda não tem. Além disso, muita gente confunde as cívico-militares com as escolas do Exército, que são caríssimas se comparadas às escolas públicas e financiadas pelo

Ministério da Defesa.

O que o MEC quer é colocar militares da reserva para trabalhar em escolas estaduais ou municipais comuns. Segundo dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), os militares, que podem ser bombeiros e policiais, vão “complementar e auxiliar em atribuições específicas relacionadas aos aspectos disciplinar e atitudinal do aluno dentro do ambiente escolar”. Um alento: “não haverá a presença dos militares em sala de aula e eles não exercerão função de professor”.

Em ofício de julho, também obtido por LAI, são pedidos para o Ministério da Defesa 1.100 militares para atuar em 54 escolas públicas a partir de 2020. Como se tratam de escolas do Estado ou do município, é preciso que eles queiram aderir ao projeto. O incentivo são os R\$ 40 milhões dos cofres do governo federal.

Alguns Estados já fizeram esse tipo de movimento por conta própria. A maior parte das 203 escolas cívico-militares do País estão em Goiás, mas também há no Amazonas, Minas, Roraima e Distrito Federal. Na sexta-feira, o deputado estadual Tenente Coimbra (PSL) lançou em São Paulo uma Frente Parlamentar pela Criação das Escolas Militares para tentar impulsionar o projeto em escolas paulistas.

Na Bahia, são 13 nesse modelo, que foi chamado de “autoritário” recentemente pelo Ministério Público Federal (MPF) do Estado. O órgão recomendou que as escolas não mais interfiram em corte de cabelo, cor das unhas e maquiagem dos estudantes ou os impeça de namorar. Para o MPF, elas “restringem a liberdade de expressão” ao proibir até que frequentem locais de jogos eletrônicos e controlar suas redes sociais.

Por mais absurdas que essas ideias possam parecer para boa parte das pessoas, muitas das escolas cívico-militares têm filas de espera para matrícula. Esse sucesso está muito ligado a uma concepção antiga – mas que agora parece estar de volta, como outras tantas – de que educação que funciona é aquela feita com autoridade e sem afeto. Sim, talvez esses meninos que batem continência se saiam bem em avaliações que medem conteúdo. Mas como estamos os preparando para os desafios do mundo do século 21?

Países que têm os melhores resultados em avaliações internacionais – como Finlândia, Austrália, Japão, Canadá e Cingapura – correm desesperadamente no caminho inverso. Com conteúdo aos montes na internet, lutam (porque não é fácil) para desenvolver o indivíduo em suas emoções, na forma de se relacionar, ensinando respeito, empatia, colaboração, criatividade. Estudos já mostraram que essas competências ajudam na permanência e no desempenho na escola e também têm relação direta com empregabilidade, salário, saúde e comportamento sustentável.

É uma educação que se aproxima dos estudantes de hoje. Faz com que gostem da escola em vez de temê-la. E esse é o melhor aprendizado que um país pode dar para suas crianças.

*** É REPÓRTER ESPECIAL DO ESTADO E FUNDADORA DA ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS DE EDUCAÇÃO (JEDUCA)**

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

‘NÃO HÁ MUDANÇAS DE CURTO PRAZO NA EDUCAÇÃO’

Pesquisador de Stanford diz que Brasil deve procurar no próprio país os caminhos para melhorar ensino e que gestores precisam investir em treinamento de professor

O economista Martin Carnoy é professor da Escola de Educação da Universidade Stanford, na Califórnia, Estados Unidos. Membro da Academia Nacional de Educação em seu país, o pesquisador já trabalhou como consultor para instituições como o Banco Mundial, a Unesco e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Com a bagagem de quem já estudou a fundo o sistema de ensino em países como Brasil, Cuba e Chile, ele será um dos principais palestrantes do Educação 360 Encontro Internacional, que acontecerá nos dias 16 e 17 deste mês, na Cidade das Artes, na Barra da Tijuca. Carnoy vai falar sobre caminhos que levam a melhorias na área. Nesta entrevista, ele alerta que é essencial investir no treinamento dos professores e deixa claro que o Brasil deixa muito a desejar nesse aspecto.

O senhor estuda o sistema de ensino no Brasil desde os anos 1960. Que grandes mudanças observa na educação do país desde então?

Uma das principais mudanças começou ao longo dos anos 1990, quando o governo federal ampliou o ensino médio. Até então, o ensino médio público no Brasil era pequeno. Ao mesmo tempo, a rede de educação superior se expandiu muito nos últimos 20 anos. São grandes mudanças em um pequeno espaço de tempo. O país enfrenta um problema antigo de qualidade de ensino. Isso pode ser resolvido, mas é preciso pensar a longo prazo. Tem que planejar onde se quer estar em 30 anos e pensar no que se deve fazer para chegar lá. Buscar mudanças significativas de curto prazo leva a muitos erros, e não muda nada. Não há mudanças de curto prazo na educação. Por isso, é preciso agir logo, não há tempo a perder.

Onde o país pode procurar boas práticas de ensino para reproduzir em sua rede? Tem que começar procurando no próprio país. O Brasil tem que olhar para dentro. O Ceará, por exemplo, tem uma educação muito melhor do que você esperaria em um estado pobre. Outros estados e municípios poderiam procurar saber o que foi feito ali. Se não acharem as respostas, não é necessário buscar em outros países. Vocês conhecem os ingredientes para alcançar um ensino de qualidade, mas é necessário investir em bons professores, um bom currículo de ensino, nutrição adequada para as crianças, boa pré-escola... Os países que estão bem têm esses elementos. É factível, não há mistério.

O Brasil treina bem seus professores?

O Brasil não prepara bem seus professores, assim como muitos países. Já ouvi alegações de que os jovens que procuram as faculdades para se

tornar professores no Brasil não são bons estudantes, mas isso não é verdade. As pessoas que completam a faculdade no Brasil são um sexto da população naquela faixa etária. Estão no topo. Em Stanford, desenvolvemos um programa de treinamento que está acontecendo no Brasil, em universidades interessadas em treinar melhor professores que preparam futuros professores. As pessoas que treinamos se tornam ótimas profissionais. Mas é preciso preparação. É insano colocar alguém despreparado numa sala cheia de alunos.

Então, qual é o grande obstáculo para que tenhamos professores mais bem treinados?

Programas de treinamento de professores no Brasil não são baratos. É preciso acompanhar os alunos, reunir-se com eles, mostrar o que estão fazendo de certo e errado. Os governos estão sem dinheiro e não querem investir nisso. Mas os gestores têm que desenvolver a cultura de querer bons professores, o que é totalmente possível com as pessoas que vocês têm. Há tremendas variações de desempenho entre

“Buscar mudanças significativas de curto prazo leva a erros, e não muda nada. Não há mudanças de curto prazo na educação. Por isso, é preciso agir logo, não há tempo a perder”

“O Brasil tem que olhar para dentro. O Ceará tem uma educação muito melhor do que você esperaria em um estado pobre. Outros estados e municípios poderiam procurar saber o que foi feito ali”

“O Brasil não treina bem seus professores, assim como muitos países. Mas para dar aulas é preciso muita preparação. É insano colocar alguém despreparado numa sala cheia de alunos”

alunos do ensino fundamental no estado de São Paulo. Algumas áreas estão muito melhores que outras. É importante saber por que boas práticas são implementadas em certos lugares e não em outros.

Em 2009, o senhor lançou o livro “A vantagem acadêmica de Cuba”. Por que o país caribenho é um bom exemplo?

Cuba é um país pobre, mas com escolas ótimas. O governo determina como as universidades devem treinar os futuros professores. Quando eles saem das faculdades para lecionar em escolas, são monitorados de perto por dois anos. A escola se certifica de que eles estão seguindo o sistema. Além disso, as escolas alimentam os alunos adequadamente. Ser uma criança pobre em Cuba não é igual a ser uma criança pobre no Brasil. Apenas as crianças de classe média alta no Brasil têm educação com a qualidade das escolas cubanas.

Como reproduzir práticas de países pequenos num país grande como o Brasil?

Por meio dos municípios. Os estados e municípios no Brasil têm autonomia para

imprimir políticas públicas de ensino. O poder está muito mais nas mãos de autoridades locais. É uma loucura, aliás, pensar que o ensino fundamental está nas mãos do município, e o ensino médio é controlado pelos estados. Porque divergências de políticas públicas afetam a formação. Mas as unidades da federação onde há colaboração plena entre estado e municípios, como o Ceará, apresentam bom desempenho.

O governo federal fala em proibir “doutrinação ideológica” em sala de aula e estimula alunos a filmar professores que pregarem pensamentos da esquerda. Acha produtivo?

Não ajuda em nada. Mostre como isso vai melhorar a educação dos alunos. O Estado tem é que dar a melhor educação para as crianças. A receita para tal é filmar professores

e denunciar doutrinações? Acho que é preciso ignorar essas coisas e tornar o sistema bom para todas as crianças. Os gestores têm que começar a implementar medidas que funcionem agora. Não há tempo para o que não ajuda.

topo ↕

CARTA CAPITAL - SP - A SEMANA

A ciência em risco

Com déficit de 330 milhões de reais, a agência ameaça suspender o pagamento de bolsas a partir de setembro

CNPQ

As bolsas de pesquisa mantidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, agência federal subordinada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, correm risco iminente de um apagão. As contas da agência amargam um déficit de 330 milhões. Sem dinheiro, a pasta chefiada pelo ex-astronauta Marcos Pontes só terá como pagar as bolsas até o início de setembro. Mais de 80 mil pesquisadores ficariam “desempregados”. Fundado nos anos 1950, o CNPq financia um terço da pesquisa científica nacional, sobretudo a chamada hard science – física, química, matemática e bioquímica, entre outras áreas. Uma eventual paralisação atrapalharia os planos que o governo diz ter para a ciência. No discurso de posse, Bolsonaro prometeu reservar 3% do PIB para a ciência até o fim de seu mandato. O drama dos cientistas, porém, não parece ter sensibilizado Paulo Guedes. O ministro Pontes disse ter implorado pela recomposição do orçamento do CNPq, mas o cenário “não mudou muito” depois da conversa.naro.

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - EDUCAÇÃO

Universidade não é intocável, é de quem paga imposto, diz secretário do MEC

Depois da apresentação do programa "Future-se" pelo Ministério da Educação (MEC), algumas universidades federais espalharam a narrativa de que sua autonomia, concessão garantida pela Constituição, está "perigosamente" ameaçada.

Ameaçadas, neste caso, não pelos péssimos indicadores de gestão em que se encontram, mas pela iniciativa do Ministério da Educação.

Às academias, o programa, que nem chegou a ser enviado ao Congresso Nacional, e teve o fim de sua consulta pública nesta sexta-feira (29), seria, dizem, um "disfarce para privatizá-las".

Para Arnaldo Barbosa Júnior, secretário de Educação Superior do MEC, argumenta dessa forma quem "não quer contribuir para o aperfeiçoamento da qualidade da educação". Ele também lembra que a adesão ao programa será voluntária.

Mas há algo que o MEC exige: desempenho. E os bons indicadores devem ser apresentados, sobretudo, porque a universidade é "um bem público", sustentada pelos tributos que a sociedade paga.

Barbosa conversou com a Gazeta do Povo sobre o programa Future-se e a autonomia universitária. Leia a seguir:

Um dos principais argumentos utilizados contra o Future-se é o de que, ao aderir voluntariamente ao programa, as instituições perderiam autonomia universitária,

garantida pela Constituição. Por que o projeto não fere a autonomia?

Quem fala em ferir autonomia não quer contribuir para o aperfeiçoamento da qualidade de educação, e está se concentrando em construir guerras de narrativas. Isso não é positivo para o Brasil que a gente quer.

Não há o que temer sobre o Future-se, primeiramente, porque ele visa fortalecer a autonomia financeira das universidades públicas federais. A instância máxima das instituições é o Conselho Superior, que aprova ou rejeita a adesão a qualquer projeto. A adesão só poderá ser feita após a aprovação do Congresso Nacional, e os conselhos que têm se manifestado contra o projeto, na verdade, não entenderam que a consulta pública que fizemos é para aperfeiçoá-lo.

Os questionamentos levantados, na verdade, têm a ver com o papel das organizações sociais e fundações de apoio, que são prestadoras de serviço. E esses serviços serão efetuados apenas se aprovados pelo Conselho Superior da universidade que aderir. O Ministério da Educação não dispõe sobre nenhuma atividade das universidades. São elas que, dentro do orçamento que têm, alocam e decide os recursos.

De que forma a autonomia financeira será fortalecida, na prática?

A despesa obrigatória das universidades é crescente, ou seja, a cada ano que passa, elas têm menos orçamento discricionário. A despesa com pessoal representa, em média, 85% do gasto total. Mas o Future-se, além de garantir o orçamento público, gerará receitas adicionais, que poderão ser alocadas em pesquisa, assistência para estudantes. São benefícios a mais.

A educação é um bem público e, dessa forma, recebe subsídios da sociedade por meio da tributação. Isso significa que a universidade é gratuita para o aluno, mas alguém paga essa conta, e quem paga é a sociedade - geralmente os mais pobres. A universidade tem obrigação de gerar resultados positivos, benefícios econômicos e sociais.

Mas é importante deixar claro que essas instituições precisam prestar mais contas no que diz respeito à governança. Queremos que fique claro que todo tributo repassado está sendo alocado da melhor forma possível.

Mas elas já não prestam contas, não são auditadas?

Prestar contas não quer dizer só digitalizar documentos, mas significa que a sociedade deve estar satisfeita com os serviços prestados. Autonomia também é prestar mais contas e ter melhor governança.

Nós somos apaixonados pela universidade, mas também somos exigentes. As universidades podem fazer mais, seja em relação aos desempenhos nos rankings internacionais, seja com um melhor índice de empregabilidade e inovação.

Em relação à governança, de 63 universidades, 86% estão abaixo do índice de 50% governança do TCU. Nós precisamos prestar melhores resultados. Somente quatro universidades e institutos federais têm um índice satisfatório, que é acima de 70%.

O ministro Abraham Weintraub insiste na frase "autonomia não é soberania". Do ponto de vista jurídico, é impossível que a universidade seja soberana, pois esse é um atributo

exclusivo do Estado. O que ele quer dizer, então, quando repete isso? Existem situações em que as universidades ultrapassam sua autonomia?

Existe, sim, uma minoria barulhenta que não representa o mundo acadêmico e, muitas vezes, passa do ponto. Diversas vezes, a universidade passa a mão na cabeça de alguns alunos. O ministro [Abraham Weintraub] acredita no potencial da educação, e ele realmente tem uma comunicação efetiva no sentido de que nós podemos mais. Recorrentemente, ele tem dito que é preciso "separar o joio do trigo" na educação.

A universidade não é intocável, ela é da sociedade brasileira. Na questão de segurança, por exemplo, é preciso dar maior proteção possível aos professores e alunos. O MEC entende que os parlamentares, que são os representantes da sociedade, independentemente de partido político, devem poder transitar com a maior segurança possível dentro dos campi.

É preciso mais segurança, um ambiente acadêmico fértil e saudável, onde os estudantes possam compartilhar seus conhecimentos, reduzir as taxas de evasão, gerar mais emprego e, acima de tudo, mais investimento para aquela região local, permitindo um desenvolvimento econômico social. É preciso saber valorizar o que a gente tem, e focar em atividades acadêmicas que vão ampliar o conhecimento e gerar um grau de empregabilidade maior.

A pasta afirmou que premiará de acordo com bons indicadores. Isso significa meritocracia, ou alguma área será priorizada, como a de tecnologia, por exemplo? Quem tiver maior impacto em produção científica vai receber mais recursos. É uma regra universal de premiar desempenho.

A área de medicina brasileira tem 85% do impacto da produção científica americana e recebe menos recursos do que outras áreas, como a de ciências sociais.

Bolsas da **Capes** e do CNPq são concessões do próprio Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia, respectivamente. Com o recurso extra que a universidade tiver, ela pode conceder bolsa para o curso que ela quiser.

O "modelo paulista de autonomia" universitária é bastante elogiado. Há alguma intenção por parte do MEC em adotá-lo, de alguma forma, para as universidades federais?

As paulistas são referência em partes. O MEC não gosta de receita carimbada, como a que as estaduais paulistas têm, através do repasse do ICMS. É receita adicional, que não deixa de ser uma parceria público privada. Quem paga imposto é o setor produtivo.

As universidades paulistas estão à frente das universidades federais porque focam mais em pesquisa, e porque limitaram a despesa de pessoal. Hoje, um professor da USP ganha menos que professores das federais. Mas mesmo as paulistas estão aquém do potencial brasileiro. Temos que focar em ser "tops" do mundo.

Nós defendemos uma autonomia de sustentabilidade financeira intertemporal. É mais receita, mas também controle da despesa, permitindo alocar mais recursos em pesquisa, especialmente. Querer mais e acreditar é que nos torna mais exigentes e comprometidos

com todo esse processo de governança e empreendedorismo.

É possível falar em números de instituições que já declararam adesão ao Future-se? Não temos números, mas a adesão ao Future-se será muito mais forte do que a outros programas facultativos.

Essa guerra de números, de quantos vão aderir ou não, é muito superficial. Depois de aprovado o projeto, a adesão será feita a critério das instituições, não precisa ser uma discussão binária.

Vai ser uma adesão contínua, incremental e, acima de tudo, bem consolidada. Vamos "conquistando os corações" aos poucos.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - CIDADES

Universidades do Nordeste apostam em parcerias para expandir horizontes **Universidades criaram a Rede Nordeste de Tecnologias Sociais a fim de fortalecer o intercâmbio de alunos e pesquisas com instituições internacionais**

Em 2002, o professor do Departamento de Morfologia e Fisiologia Animal da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) Anísio Francisco Soares deu início a uma jornada que mudaria sua vida acadêmica e, conseqüentemente, a de dezenas de estudantes que, naquela época, não haviam nem ingressado na universidade. Entre aquele ano e 2006, ele esteve na França, fazendo doutorado após conseguir uma bolsa pelo programa do Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (Cofecub) da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Hoje, depois de ver o quanto a experiência enriqueceu sua formação, ele integra a Coordenação de Assuntos Internacionais da Assessoria de Cooperação Internacional da UFRPE e já ajudou a viabilizar o intercâmbio de mais de 60 alunos para universidades francesas.

O professor Anísio e a França não se separaram mais desde o doutorado. Natural de Paudalho, na Zona da Mata Norte do Estado, ele diz que a oportunidade foi um ponto decisivo em sua formação. “Passar quatro anos aprendendo lá foi muito especial, mudou minha perspectiva e abriu horizontes. Quando voltei, passei a fazer parte da Coordenação de Assuntos Internacionais e começamos a trabalhar para que outros alunos também tivessem essa oportunidade. Eu quero que eles possam ter essa experiência, assim como eu, que fui aluno que dependia da Casa do Estudante. Muitas vezes é inimaginável para um aluno em vulnerabilidade social estar em outro país se especializando ou finalizando pesquisas, mas graças à parcerias como esta isso se torna possível”, conta.

Desde 2011 a UFRPE está com três projetos no âmbito do Programa Brafagri - **Capes**. As parcerias proporcionam trocas entre alunos e materiais com sete universidades francesas. Uma delas é a Montpellier SupAgro, na cidade de Montpellier, onde o zootecnista Hugo Nascimento passou um ano, em 2018. A experiência foi tão boa que agora, formado, ele pretende voltar ao país europeu para se especializar. “É uma oportunidade ímpar. O Ciência Sem Fronteiras é um dos poucos programas que ainda proporcionam intercâmbios. Sou grato a essa parceria da UFRPE. Além de aprender outro idioma, pude conhecer outro lado da minha profissão e do mercado”, explica.

O dia 15 de setembro está sendo aguardado com muita ansiedade pela estudante de

medicina veterinária Anny Alves, 22 anos. Essa é a data de seu embarque para a cidade francesa de Toulouse, onde vai viver por 10 meses enquanto se especializa em produção animal sustentável, na École Nationale Supérieure Agronomique de Toulouse. O intercâmbio sempre foi um sonho da estudante, que se preparou desde o 3º período. “Quando soube das parcerias, comecei a me preparar, fiz até curso de francês da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Chega a ser inacreditável, porque sei que não teria condições de fazer uma especialização dessa se não houvesse um programa como o Brafragi. Financeiramente eu não teria a menor condição.”

As parcerias não beneficiam apenas alunos brasileiros e não dependem apenas de convênios diretos. Graças a uma bolsa oferecida pela Organização dos Estados Americanos (OEA), a equatoriana Tania Ortega está no Brasil há dois anos e meio. Nesse tempo a veterinária concluiu o mestrado e está iniciando o doutorado. Segundo ela, a escolha do país se deu pela possibilidade de fazer especializações. “No Equador, as pós-graduações são muito caras até em instituições públicas. Aqui está valendo muito a pena porque tenho todo o suporte para, mesmo com dificuldades e cortes, realizar minhas pesquisas e incrementar meu currículo”, explica.

As instituições federais possuem parcerias individuais que proporcionam a alunos e professores a troca de conhecimentos, pesquisas, tecnologias e intercâmbios. “Todas essas universidades têm um histórico longo de parcerias com instituições internacionais. A prática é antiga e o modelo adotado é muito exitoso. A ideia é fortalecer ainda mais, mas já temos muitos convênios de sucesso”, explica professor Iure Paiva, coordenador da Rede Nordeste de Tecnologias Sociais, criada em agosto deste ano com a missão de expandir as relações entre as universidades do Nordeste e as possibilidades que as esperam no exterior.

Trocas com o Japão

Parcerias entre universidades brasileiras e internacionais já existem há muito tempo. No Nordeste, elas também já acontecem e têm rendido bons frutos, mas agora ganharam um reforço e tanto. Um convênio inédito entre as 18 universidades federais do Nordeste e uma universidade japonesa pretende abrir portas para novas possibilidades no campo da produção científica nordestina. Com o foco em tecnologias sociais e o impacto delas na vida das pessoas, a iniciativa deu o primeiro passo para o início dos incentivos com a criação da Rede Nordeste de Tecnologias Sociais das Universidades Federais.

“Este é um excelente ponto de partida porque queremos, por meio dessa rede, dar visibilidade e promover aquilo que a gente faz e tem interferência direta na sociedade. A partir dessa percepção das nossas capacidades pretendemos atrair mais universidades, organizações internacionais e até empresas que estejam dispostas a ajudar a transformar o Nordeste em um destino acadêmico internacional”, explica o professor Iure Paiva, coordenador da Rede Nordeste de Tecnologias Sociais.

A Universidade Soka, de Tóquio, no Japão, será a primeira parceira no incentivo ao desenvolvimento destas tecnologias. O convênio tem como base o compromisso no desenvolvimento da cultura de paz e da justiça social. Mais que aporte financeiro, que até o momento não está sendo discutido, a intenção é a troca de conhecimento e prática na formação dos estudantes e pesquisadores. “Independentemente de cortes de verba pelo governo federal, parcerias são sempre mecanismos importantes porque trazem consigo toda uma bagagem de outros interesses muito fortes para as universidades, que

é a melhoria da formação das pessoas, a troca de culturas e o aprimoramento de técnicas e conhecimento”, pontua a professora Rita Maia, assessora de cooperação internacional da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que também integra a Rede de Universidades Federais do Nordeste (RENE).

A ideia é que, além de material científico e equipamentos, as universidades dêem oportunidade para que seus alunos e professores viajem em busca de mais conhecimento, segundo a representante da Soka Gakkai Internacional no Brasil, Silvana Vicente. “Estudantes daqui do Brasil terão oportunidade de ir estudar no Japão, assim como alunos de lá poderão vir ao Brasil para complementar suas pesquisas. O intercâmbio é uma das formas escolhidas para colocar o convênio em prática porque é extremamente rico para a formação desses pesquisadores”.

O convênio foi firmado este mês e a cerimônia concedeu ao pacifista, filósofo e educador Daisaku Ikeda, presidente e fundador da Universidade Soka, o título de Doutor Honoris Causa por seus esforços para a promoção da paz, da cultura e da educação.

topo ↕

A CIDADE ON - TEMPO REAL

Novo levantamento: Unicamp pode perder 2,6 mil bolsas do CNPq

O levantamento também traz quais áreas são as mais afetadas pelos cortes das bolsas. Em primeiro lugar fica a área de Ciências Exatas da Terra, com 643 bolsistas; em segundo lugar, as engenharias

Um novo levantamento interno da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) revelou que mais bolsas do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) estão em risco na Universidade. Antes, o número era de 1.988 bolsas em risco, mas agora os dados foram atualizados e eles chegam em 2.681.

O novo número incluiu bolsas de iniciação científica normal e júnior (858), produtividade em pesquisa (700) e outras (125) - que incluem verbas liberadas diretamente aos grupos nos institutos de pesquisa. Há ainda 1.188 de mestrado e doutorado que estão ameaçadas, após o governo federal anunciar um contingenciamento na pasta de Educação.

O levantamento também traz quais áreas são as mais afetadas pelos cortes das bolsas. Em primeiro lugar fica a área de Ciências Exatas da Terra, com 643 bolsistas. Em segundo lugar, as engenharias - 507 bolsas. Em terceiro lugar, Ciências da Saúde (336).

No total, o orçamento previa R\$ 1,3 bilhão para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e mais R\$ 400 milhões à autarquia - 44% desses valores foram contingenciados. Do Fundo, o CNPq recebeu menos do que 56%: até o momento o valor pago foi R\$ 62 milhões. Com isso, as universidades públicas tiveram as bolsas ameaçadas e têm se mobilizado para evitar que isso ocorra.

PREOCUPAÇÃO EXTREMA

"Estamos extremamente preocupados. O CNPq é um patrimônio da educação, o apoio é fundamental. E essa situação não se deve ao órgão, os cortes foram impostos. É uma coisa de governo, de ministro", afirmou o pró-reitor da pesquisa da Unicamp, Munir Skaf.

Ele conta que novo levantamento foi feito pela Pró-Reitoria de Graduação da Unicamp. Skaf disse que a preocupação maior ainda é com os estudantes que dependem da bolsa para estudar e se manter na universidade.

Segundo ele, são pagos R\$ 400 como ajuda de custo para as bolsas do CNPq de iniciação científica (para alunos de graduação). Pesquisadores de mestrado ganham R\$ 1,5 mil e, de doutorado, R\$ 2,8 mil. No total, a Unicamp tem 4,8 mil bolsistas de pós-graduação, que, além do CNPq, usam outras fontes de financiamento, como a Fapesp e o Capes.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Olimpíada de matemática consegue verba, mas programas não avançam

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ligada ao Ministério da Educação, vai liberar um orçamento adicional de R\$ 4 milhões para a realização de programas relacionados à Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep). Apesar disso, o valor não permite a realização de todas as atividades inicialmente previstas.

A Obmep é a maior olimpíada acadêmica do Brasil, atingindo 18 milhões de alunos da educação básica, do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio.

Segundo o Impa (Instituto de Matemática Pura e Aplicada, localizado no Rio, onde a Obmep nasceu e encontra-se incubada), atividades como o Programa Iniciação Científica Júnior (PIC) e o Obmep na Escola estavam ameaçadas pelo baixo orçamento disponível – apenas R\$ 2 milhões. O assunto foi abordado pela coluna de Elio Gaspari do último domingo (2).

De 2005 até 2015, os medalhistas da olimpíada eram convidados a participar do PIC, que consistia em aulas e atividades científicas com professores universitários, de modo que os alunos tivessem uma oportunidade de desenvolverem seu talento para a matemática e para ciências correlatas, como física, estatística e computação. Os alunos podiam ter também uma bolsa de R\$ 100 mensais.

Em 2016, o programa teve de ser alterado porque a **Capes** não disponibilizou recursos para pagar as bolsas recebidas pelos professores universitários participantes.

A solução foi destinar recursos para alunos de licenciatura em matemática, que recebiam uma bolsa de R\$ 400 para desenvolverem uma nova versão do PIC e ministrarem aulas aos mais jovens.

Em paralelo a isso, foi criado em 2016 um novo braço da Obmep, o Obmep na Escola, que consiste em um programa de aulas dadas por professores de colégios públicos a alunos interessados. Os docentes recebem treinamento e R\$ 765 mensais para participar do programa e há um desempenho francamente superior dos alunos tutelados na olimpíada.

SUPLEMENTO

Com o montante total de R\$ 6 milhões para o ano de 2017, as atividades poderão desenrolar da mesma maneira que se deram ano passado, mas isso foge um pouco do que seria o "plano A" do Impa.

A ideia seria voltar com o PIC original (alunos tutelados por professores universitários) e manter o Obmep na Escola, graças aos bons resultados obtidos.

Pelas contas da instituição, seriam necessários um total de R\$ 10 milhões –dado o orçamento, suplementado na terça (4), ainda faltariam R\$ 4 milhões, o que não é um valor tão elevado tendo em vista que já são gastos R\$ 53 milhões só para a realização da olimpíada propriamente dita, que acontece em duas fases e premia 50 mil alunos.

Procurada pela reportagem para comentar o assunto desde a última segunda (3), a **Capes** não se manifestou até a conclusão da reportagem.

topo ↕

JORNAL IPANEMA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Governo Bolsonaro estuda usar Sistema S para pagar bolsas de pesquisa

O governo Jair Bolsonaro (PSL) estuda uma medida para usar o Sistema S para pagar as bolsas de pesquisas, hoje sob risco de descontinuidade. Avalia-se desde repassar parte das bolsas –mais ligadas, por exemplo, ao sistema produtivo–, ou até mesmo todo o aparato de fomento à pesquisa.

A política de financiamento federal a pesquisadores é, atualmente, de responsabilidade da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O primeiro órgão é ligado ao Ministério da Educação e o segundo, à pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Os planos em discussão no governo envolvem usar recursos hoje direcionados ao Sistema S para arcar com o pagamento de bolsas, inclusive para cobrir o déficit na área neste ano, segundo informações reservadas de integrantes do alto escalão dos ministérios da Ciência e da Educação. Neste ano, a iniciativa envolveria aporte de R\$ 819 milhões.

Esse valor é referente ao déficit de R\$ 330 milhões do CNPq em 2019 (que já anunciou que não tem dinheiro para pagar 84 mil bolsistas a partir do mês que vem) e ao orçamento bloqueado da **Capes** sobre o qual ainda não há definição. A **Capes** sofreu um congelamento neste ano de R\$ 819 milhões, mas já enxugou R\$ 300 milhões do orçamento previsto ao cortar 6.198 bolsas no ano, além de redimensionar o cronograma de programas.

O governo avalia encaminhar uma medida provisória para o Congresso Nacional para implementar as mudanças, o que aceleraria o trâmite legislativo. Não está descartado que o sistema S possa integrar o orçamento total para a pesquisa para os próximos anos, em valores em torno de R\$ 4 bilhões no ano, de acordo com conversas dos bastidores.

O Sistema S é composto por nove entidades ligadas à indústria, entre elas o Senai e Sesc. Seus recursos vêm da contribuição compulsória das empresas, de forma proporcional a seu faturamento, e, em 2018, atingiram R\$ 17,1 bilhões.

A possível mudança já preocupa integrantes da cúpula acadêmica do CNPq e **Capes**, segundo relatos ouvidos pela Folha sob condição de anonimato. O ato pode representar um possível esvaziamento das duas agências.

Capes e CNPq contam com estruturas de interlocução com o sistema de pós-graduação das universidades, que respondem pela grande maioria da produção científica brasileira. A **Capes** ainda é responsável pela avaliação da pós-graduação no país, cujos indicadores orientam repasses. Questionadas pela reportagem, os dois órgãos não responderam à reportagem até a publicação desta reportagem.

O CNPq informou que segue “na expectativa de uma definição sobre a suplementação orçamentária” mas não comentou sobre os planos envolvendo o sistema S. A **Capes** não respondeu à reportagem até a publicação deste texto.

Membros do governo, como o ministro da Economia, Paulo Guedes, têm feito desde o fim do ano passado acenos sobre cortes no orçamento do Sistema S ou novas destinações dos recursos. A Folha questionou a CNI (Confederação Nacional da Indústria) na tarde desta sexta-feira mas ainda não obteve retorno.

topo ↕

REDE BRASIL ATUAL - TEMPO REAL

Três anos de governos devastadores para a pesquisa e a ciência

Cortes nos recursos, que tem sido intensificado, traz insegurança e preocupação aos pesquisadores. Carreiras e todo o trabalho científico estão em risco

São Paulo – O golpe de 2016, que resultou no impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (PT), foi especialmente devastador para a pesquisa e a ciência.

Dados da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) mostram que o país vivia uma importante expansão do orçamento voltado ao desenvolvimento da ciência e à formação de mestres e doutores desde 2004.

No entanto, a partir do governo de Michel Temer (MDB), teve início uma escalada de cortes nos recursos. A preocupação e insegurança são grandes entre os pesquisadores brasileiros e também nos centros de pesquisa, diante da possibilidade de interrupção de muitos trabalhos. Na ciência, que avança a cada dia com novas descobertas, pesquisa interrompida é praticamente sinônimo de pesquisa perdida.

No caso do CNPq, a redução do orçamento vem desde o golpe e chegou ao limite este ano, deixando o órgão deficitário em R\$ 330 milhões. Foram suspensas 4.500 novas bolsas. E cerca de 84 mil bolsistas estão sem saber o que vão fazer a partir deste mês. Se nada for revertido, não haverá continuidade do pagamento de bolsas para pesquisa em andamento.

Na **Capex**, este ano, o corte de 3.474 bolsas de estudo para estudantes de mestrado, doutorado e pós-doutorado levou pesquisadores que atuavam em dedicação exclusiva – por exigência da própria agência – a trabalhar como garçons e vendedores para se sustentar. E ver suas pesquisas abandonadas.

Criado para promover o intercâmbio de pesquisadores brasileiros em diversas universidades estrangeiras, o programa Ciência sem Fronteiras, foi criado em 2013. O orçamento inicial era de R\$ 1,2 bilhão. Dois anos depois já contava com R\$ 3,2 bilhões. Com o golpe foi severamente esvaziado, até praticamente acabar.

Ao todo foram distribuídas 64 mil bolsas para graduação, 26 para doutorado e pós, 7 mil para desenvolvimento tecnológico, entre outras áreas. Hoje é apenas 0,22% disso: R\$ 7 milhões. Dos mais de 100 bolsista que o Brasil chegou a mandar para o exterior, restam 5 mil.

topo ↕

UERGS - TEMPO REAL

Palestra sobre interação entre universidade e indústria de alimentos marca abertura do Mestrado da Uergs em Encantado

A Uergs realizou na noite desta sexta-feira (30) a aula inaugural do Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos. O curso é ofertado na unidade em Encantado, na Região do Vale do Taquari, reconhecida pela produção e processamento de alimentos no estado. A aula foi ministrada pelo professor Eduardo Tondo, do Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos da Ufrgs, que falou sobre a interação entre universidade e indústrias para o controle microbiológico de alimentos. O evento ocorreu no auditório da prefeitura Municipal e reuniu a comunidade universitária e autoridades da Uergs e do município.

Este é o terceiro Mestrado aberto na Uergs. Com uma proposta multidisciplinar, voltada a profissionais de diversas áreas que atuam na cadeia produtiva de alimentos, este curso de pós-graduação pretende inovar e disseminar soluções tecnológicas para o setor. São duas linhas de pesquisa: Desenvolvimento e inovação de produtos e processos na indústria de alimentos; e Gestão da Qualidade dos Alimentos.

Ao dar as boas-vindas aos mestrandos e ao público presente na aula inaugural, o coordenador do curso, Voltaire Santana, agradeceu aos apoiadores pela contribuição para que esse mestrado fosse ofertado na Unidade em Encantado.

O presidente da Câmara de Vereadores, Luciano Moreto, salientou que é a primeira vez que Encantado sedia um curso de mestrado. "Iniciar hoje um curso de mestrado nos deixa extremamente felizes e orgulhosos. Não há caminho para levar o nosso país para o lugar que ele merece se não for pela educação", disse.

Representando o prefeito municipal, o secretário de Agricultura, Roberto Preto, que cursou uma especialização na Uergs, disse que a Prefeitura estará sempre à disposição da Universidade.

O reitor, Leonardo Beroldt, citou o empenho da gestão anterior para a aprovação dos mestrados que receberam parecer positivo da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** do MEC, em 2018. "Num período em que a **CAPES** aprovou menos de 10% das propostas apresentadas pelas universidades de todo o país, a Uergs aprovou três mestrados", ressaltou.

Beroldt falou sobre a importância dos programas de pós-graduação para as universidades. "Uma universidade só é universidade e se diferencia das outras instituições de Ensino Superior porque tem a capacidade de produzir conhecimento novos e numa universidade nós só conseguimos produzir novos conhecimentos através dos programas de pós-graduação. Portanto, é por isso que é tão importante investir tanto na pós-graduação, porque isso é vital para uma universidade", ressaltou. "Os programas de pós-graduação vêm reforçar a graduação", acrescentou.

Tondo é doutor em Ciências e mestre em Microbiologia Agrícola e do Ambiente e professor titular do Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos da Ufrgs. Tem inserção nacional e internacional em projetos de pesquisa e assessorias em empresas de alimentos e alimentação animal.

Na palestra, o pesquisador discorreu sobre as dificuldades e benefícios na interação entre universidades e indústrias. De acordo com Tondo, o primeiro passo para essa interação é transpor a barreira e conhecer as dificuldades de cada segmento. Ele também trouxe exemplos de projetos de pesquisa desenvolvidos no ICTA/UFRGS e apresentou cases de pesquisas desenvolvidas por meio de parcerias entre o Instituto e as indústrias alimentícias.

O evento que marcou a abertura do curso contou com a presença do reitor da Uergs, Leonardo Berold; do prefeito de Encantado, Adroaldo Gonzatti; do presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Luciano Moresco; do pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Uergs, Rafael Haag; e da diretora do Campus Regional 2 da Uergs, Fernanda Stalliviere.

O processo seletivo para o Mestrado em Ciência e Tecnologia de alimentos ocorre uma vez por ano.

Na segunda-feira (2) ocorrerá a aula inaugural do Mestrado Profissional em Docência para Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemática, ofertado na Unidade em Guaíba.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Na véspera de completar um ano do incêndio do Museu Nacional, UFRJ cria comitês para reconstrução da instituição

Obras emergenciais já custaram R\$ 11 milhões. Direção pretende reabrir parte do acervo ao público em 2022

RIO - Na véspera de completar um ano do incêndio que destruiu o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, a reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro promoveu, na manhã deste sábado, um encontro com entidades do setor público e privado para a assinatura de um protocolo que define comitês que darão sequência à reconstrução do museu. O protocolo também marca o encerramento da primeira etapa das obras: retirada de escombros, construção da cobertura provisória e reforço das paredes. A fachada e o telhado do palácio estão na fila entre as próximas demandas.

O documento foi assinado pela reitora Denise Pires, pela representante da Unesco, Isabel de Paula, pelo diretor executivo de relações institucionais da Vale e presidente do Conselho de Curadores da Fundação Vale, Luiz Eduardo Osório, além do superintendente de Gestão Pública e Socioambiental do BNDES, Júlio Costa Leite, que representou o presidente do banco, Gustavo Montezano. Durante o encontro, foi feita uma apresentação sobre as obras realizadas até o momento e sobre os trabalhos de recuperação do acervo. Em nome da Vale, Luiz Osório anunciou um aporte de R\$ 50 milhões para a reconstrução do museu.

Segundo a reitora da UFRJ, Denise Pires, um membro de fora do Brasil ainda deverá integrar o grupo formado para continuar os trabalhos na Quinta da Boa Vista.

— Estamos formando comitês através deste protocolo. Um comitê institucional com a

presença de outras instituições, como Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, do Instituto Brasileiro de Museus e do próprio Ministério da Educação, para que haja um acompanhamento institucional da reconstrução. E um comitê executivo, que irá decidir qual será o futuro do museu e qual o projeto do novo museu nacional. Este comitê executivo é formado pela Fundação Vale, pela Unesco, pela UFRJ e por um representante externo que pode ser um membro internacional especialista em museus — disse a reitora.

Denise Pires também estipulou uma meta clara durante a assinatura: reconstruir, até 2022, uma parte do museu e reabrir a instituição para visitação do público.

— O primeiro desafio é saber que parte será essa. Esse é o nosso foco agora.

Após a apresentação, todos fizeram uma visita guiada dentro do museu, conduzidos pelo diretor Alexander Kelner, que guiou a comitiva.

— Estamos recuperando a história não só do Brasil mas de outros países. Este momento marca uma virada de página. Não é momento de procurar culpados e responsabilidades. É um dos museus de história natural mais importantes do mundo - disse Kelner.

Até o momento, o Ministério da Educação já destinou R\$ 16 milhões para o Museu Nacional. Desse total, R\$ 8,9 milhões foram utilizados nas obras emergenciais, e o restante está sendo utilizado na elaboração dos projetos de fachada e do telhado da instituição. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações aportou, por sua vez, R\$ 10 milhões para aquisição de equipamentos para a pesquisa científica e em ações de infraestrutura. Há também doações internacionais. A Alemanha doou, até o momento, 230 mil euros, e se comprometeu, segundo a direção do museu, alcançar a quantia de 1 milhão de euros ao longo das obras. O BNDES já investiu R\$ 20 milhões na reconstrução do Museu Nacional.

A bancada federal do Rio de Janeiro também levantou, por meio de emendas parlamentares impositivas, a quantia de R\$ 43 milhões para o museu da Quinta. Estiveram presentes, no encontro deste sábado, os deputados federais Alessandro Molon (Rede), Jandira Feghali (PCdoB), Benedita da Silva (PT), Hugo Leal (PSD) e Marcelo Calero (Cidadania), além do deputado estadual Renan Ferreirinha (PSD). O deputado Alessandro Molon reforçou a ideia de que os parlamentares destinem parte de suas emendas individuais ao Museu Nacional.

- Depois do incêndio, nós fizemos uma emenda de bancada para o museu e eu propus que todos os parlamentares, individualmente, além da emenda coletiva, destinassem uma parte de suas emendas individuais para garantir mais recursos para o museu. Vou defender que os parlamentares se comprometam com um valor mínimo de recursos pra reforçar esse caixa - disse Molon.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Olavo está certo. E Weintraub está errado.

“Se um sujeito não sabe nem escrever em português, o direito que ele tem de dar palpites sobre educação é nulo”. Não fui eu que disse isso. Foi Olavo de Carvalho num tuite em 11 de março de 2019. E ele está certo! Olavo está corretíssimo em dar um "pito" em quem não domina o idioma - seja ele um reles ministro ou o presidente. Se

atualizarmos a pensata do guru dos Bolsonaro para esses últimos dias, poderíamos traduzir assim: “Se um sujeito (o ministro Abraham Weintraub) não sabe nem escrever em português, o direito que ele tem de ser ministro da Educação é nulo”. Weintraub estaria portanto reprovado, se seguissemos a lógica do filósofo.

Olavo já havia derrapado ao indicar um colombiano inexperiente, o Ricardo Vélez, para esta pasta que é uma das mais estratégicas para o presente e o futuro do Brasil: Educação. Foi um zero à esquerda enquanto durou. Mas, mesmo falandoportunhol, aposto que Vélez teria mais cuidado ao encaminhar um ofício ao ministro da Economia Paulo Guedes. Teria ao menos passado o corretor ortográfico. Porque essas últimas "falhas" em documento oficial do MEC são inadmissíveis. Olavo não vai perdoar.

Trocar o s pelo z (em paralização) e o s pelo ç (suspenção) é coisa de ignorante. Salta aos olhos. Com holofote. É motivo para suspender um ministro e matricular o dito cujo em algum curso de ortografia. O ofício de Weintraub pedia R\$ 9,8 bilhões de aumento no orçamento da Educação em 2020. Vamos tirar um pouquinho disso daí para ensinar o português básico ao ministro? O que dirá o filósofo Olavo quando Weintraub também dançar? Vamos submeter o próximo ministro da Educação a um exame oral e escrito da língua materna?

Ah, entendi, não foi bem assim. Weintraub se justificou com aquela desculpa básica de que foi outro o escriba e que ele só leu e não percebeu. “Não escrevi, mas li e deixei passar”. Então estamos diante de um ministro da Educação que, além de não saber escrever, também não sabe ler. Não sabe identificar erros grosseiros de Português. Isso é um cataclisma! Como é mesmo a máxima do governo? Educação básica em vez de pós-graduação. O exemplo deveria vir de cima.

Alfabetização primeiro e depois domínio do idioma são essenciais a um cidadão que deseja estar bem empregado, o que dirá a um ministro de Educação. O senhor Weintraub é seguramente um dos ministros do atual governo mais afeitos a factoides e menos preparados. Muita espuma e nenhuma consistência. O Brasil está acompanhando o que ele (não) está fazendo com o Enem. Se um ministro da Educação diz em vídeo que “havam emendas parlamentares” para recuperar o museu destruído, precisa se policiar antes do próximo vexame.

Claro que o ministro tentou reagir atacando a “imprença” – ou seria imprensa? Disse que o Estadão publicou Congresso em vez de Congresso. E que um site de notícias publicou Boslonaro, em vez de Bolsonaro. Ora, Weintraub, é ruim mas esses são erros de digitação e distração, tá ok? No dia em que sair publicado Congreço ou Bolçonaro, aí você compara banana com banana. E jornalista não é responsável por formular a política da Educação.

O filósofo Olavo de Carvalho, condecorado por Bolsonaro, escreveu um livro de sucesso chamado O Mínimo que Você Precisa Saber para não Ser um Idiota. Esse livro tem 616 páginas. Ao indicar o novo ministro de Educação depois do colombiano, Olavo disse à revista Exame em abril deste ano: Weintraub conhece minhas ideias melhor do que Vélez.

Ainda não consegui identificar as ideias de Weintraub para superar nossos desafios na Educação. Acho que sou meio lenta, #desculpeWeintraub. Mas dois lapsos dele

demonstraram falta de cultura e uma certa obsessão com comida. Envolviam Kafta e Acepipes. Não sei mesmo o que o ministro fará pela Educação, pelo ensino, pelas escolas e pelos brasileiros, mas o país não esquecerá o mico de Weintraub protagonizando uma cena risível com um guarda-chuva aberto dentro de casa (dá azar, ministro), onde dizia que estava chovendo fake news.

Está na hora de Weintraub ler o livro do Olavo. Ou então de trocar de pasta. Educação, não.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Os reflexos da crise nas faculdades particulares

Representantes do setor reconhecem as dificuldades enfrentadas pelas instituições (responsáveis pelo maior número de cursos e alunos do país), mas descartam riscos de queda no desempenho acadêmico

Mais da metade das vagas do ensino superior estão ociosas. A diminuição das matrículas é fruto da crise econômica e do desemprego, que reduz a possibilidade de a população arcar com mensalidades, e da limitação do Fies. Com menos recursos, mas precisando manter estruturas que foram expandidas nos tempos de bonança, surgem dúvidas sobre a capacidade de essas instituições manterem o nível do ensino

A qualidade dos cursos de faculdades particulares está ameaçada? O dilema é preocupante já que as instituições privadas são responsáveis pela maior fatia de graduações e universitários do país (saiba mais em Radiografia). O questionamento surge a partir de contratempos financeiros: a crise tem abalado o ensino superior particular de duas maneiras. Em primeiro lugar, com o aumento do desemprego — que atinge 13,7 milhões de pessoas de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) —, menos gente tem condições de arcar com mensalidades. Em segundo, caiu a arrecadação proveniente de repasses do Ministério da Educação (MEC) referentes ao Financiamento Estudantil (Fies). As receitas dessa fonte estão em queda desde 2014.

No primeiro semestre deste ano, o programa começou a funcionar em novo formato, com mais critérios, e será preciso aguardar para avaliar os resultados. No entanto, as sequelas do cenário de recessão podem ser observadas na diminuição do número de matrículas — entre 2015 e 2016, houve declínio de 0,2% segundo o mais recente Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) — e no aumento da quantidade de vagas desocupadas. Mais de metade das oportunidades oferecidas por faculdades não têm sido preenchidas. O índice de ociosidade chegou a 55,9% no Distrito Federal, o quarto maior do país e acima da média nacional (52,9%). Os dados são de análise do Quero Bolsa, portal que oferece descontos em instituições de ensino, com base nos números do Inep.

Pedro Balerine, diretor de Inteligência de Mercado da plataforma, ressalta que certo nível de ociosidade é natural, mas os patamares atuais são alarmantes — e a mudança no Fies é a principal causa. “O governo dava crédito para quase todo mundo. Então, a demanda ficou artificialmente inflada. Houve um movimento das faculdades de ampliar a capacidade para dar conta da procura. Um belo dia, resolvem diminuir abruptamente a quantidade de crédito, logo, haverá consequências”, explica. O fato de instituições melhorarem a infraestrutura, inaugurarem câmpus e aumentarem os existentes é positivo. O problema é quando elas passam a não ter mais quantidade suficiente de

alunos para usufruir dessa base nem receitas para manter as unidades de pé.

O engenheiro da computação avalia que o corte do Poder Executivo foi acertado, mas, para as instituições, foi um grande choque. “Foram cerca de cinco anos de muita demanda, inchada pelo Fies. Houve casos de curso em que 90% das turmas tinha financiamento. As faculdades se aproveitaram disso e subiram os preços das mensalidades”, recorda. “O corte do MEC foi um movimento correto, era insustentável manter o Fies daquela maneira”, diz. “É possível criar ou extinguir crédito muito rapidamente, mas o mesmo não se pode dizer de estruturas”, analisa. E é aí que mora o perigo. Além de se depararem com alta ociosidade, para se manterem atrativas para os estudantes, as instituições precisaram abaixar os valores cobrados.

A fim de economizar, não são raros os casos de demissões de funcionários e professores. Não é de se estranhar que exista um temor de que o nível do ensino fique ameaçado. “Se a faculdade não souber fazer uma gestão eficiente das receitas, isso pode gerar consequências nefastas e comprometer a qualidade”, alerta Pedro Balerine. “O grande risco, do ponto de vista do aluno, é o impacto acadêmico.

E as consequências?

Solon Caldas, diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), e Rodrigo Capelato, diretor executivo e de Assuntos Econômicos do Simesp (que apesar do nome, Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo, tem abrangência nacional), apresentam posição semelhante quanto ao assunto: os dois confirmam o aumento da ociosidade nas vagas, mas negam que a qualidade esteja em risco. “Não existe isso porque se trata da mola propulsora de uma instituição de ensino. Os alunos são um público cada vez mais exigente que não aceitará pagar para não ter algo satisfatório”, observa Solon Caldas. “Além disso, a educação superior é um dos setores mais regulados do país”, completa.

Economista pós-graduado em tecnologia da informação (TI), Rodrigo Capelato também atribui à regulação papel importante. “Nós temos padrões de qualidade mensurados pelo Ministério da Educação, eles não mudaram, não diminuíram, continuam os mesmos e até se tornaram mais rigorosos”, afirma. Num momento de crise, aumenta ainda mais a importância de as faculdades terem alto nível para garantir empregabilidade, algo que será cobrado pelos estudantes. “Se a instituição deixar de ter qualidade neste cenário de dificuldade, aí sim, ela estará completamente fora do páreo”, destaca. Capelato relata que os estabelecimentos têm tomado medidas para economizar. “Hoje as instituições estão sofrendo bastante com essa questão de ociosidade e dos investimentos feitos. Muitas construíram laboratórios caros, por exemplo na área de engenharia. Para lidar com isso, há redução de corpo docente, remanejamento de espaços, devolução de imóveis alugados...”

Ele observa ainda que falta de verba para investir não equivale à impossibilidade de inovação. “Inovar não é só uso de tecnologia de ponta. Mudanças nos modelos acadêmicos e currículos e sala de aula invertida são exemplos disso e trazem muito mais qualidade.” Para Solon Caldas, mestre em gestão do conhecimento e TI, algo que ajuda os estabelecimentos do ramo a passarem pelo período de contenção é a gestão. “No universo das instituições privadas, a maioria está com gestão profissionalizada”, explica. Solon percebe que as empresas educacionais estão se reinventando, procurando

parcerias, oferecendo crédito próprio e outras alternativas para captar alunos. Não há muitas expectativas de que o novo Fies traga tantas receitas quanto o do passado. “As modificações pioraram um pouco o modelo, restringiram e dificultaram o acesso, além de terem acabado com alguns benefícios (como o prazo de carência para pagar o financiamento depois de formado)”, aponta. Para Capelato, a mudança brusca no programa gerou descrédito. “Ele ficou tão restrito que nem nós nem os alunos acreditamos mais no financiamento estudantil.”

O que diz o MEC?

O ministério se manifestou por meio de nota. Confira:

“O Fies não pode ser um programa para sustento de instituições privadas a custo de dinheiro público. Uma instituição consolidada não terá dificuldade de manutenção por causa de menos ou mais vagas no programa. Além disso, preencher a ociosidade de vagas em instituições privadas não é atribuição do Ministério da Educação. Se o Fies se mantivesse como concebido e projetado, ele se tornaria insustentável, o que provocaria o fim da política. O novo Fies oferecerá, em 2018, pelo menos 310 mil vagas, número superior às 225 mil oferecidas em 2017. É um modelo mais justo para todas as partes envolvidas. A participação das instituições no Fies é facultativa. Destaca-se, entretanto, que as instituições assumem o compromisso de continuar prestando o serviço aos alunos que contrataram o Fies durante a sua permanência no programa.”

Palavra de especialista

Vacas magras

Neste momento de crise e contenção de despesas do MEC, instituições de ensino superior públicas e particulares enfrentam dificuldades. A grande vantagem da faculdade particular é a autonomia: ela adquire e usa o recurso como bem entender. A capacidade de gestão é melhor e a adaptação, mais rápida. Neste momento de tentar atrair novos alunos (com financiamento próprio, por exemplo), existe o risco de se esquecerem do estudante que já está lá dentro, que precisa ser estimulado. Outra ameaça à qualidade é se demitirem professores (e, em geral, cortam os mais caros, que têm mestrado e doutorado).

Marcio Magini, especialista em gestão universitária, secretário adjunto de ensino superior de Macaé (RJ), professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Além de aperfeiçoar a gestão, outro caminho para manter a saúde financeira de uma instituição e evitar efeitos negativos na qualidade é oferecer descontos, bolsas e financiamento próprios. “Há duas formas de manter a saúde financeira: aumentar o preço das mensalidades (algo complicado neste contexto) ou aumentar o número de alunos (que dá para fazer oferecendo opções atrativas)”, diz Pedro balerine, do Quero Bolsa.

A maior parte das instituições brasileiras têm apostado nesse segundo caminho, como aponta Maurício Neves, presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos Particulares de Ensino Superior do Distrito Federal (Sindepes/DF). “Não tem nenhuma que esteja conseguindo praticar o preço de tabela, até por causa da crise e do desemprego. Todas trabalham com descontos e bolsas para quem tem bom desempenho no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), por exemplo, e financiamento próprio”, observa. As que não conseguiram se adaptar à nova realidade já sofreram as consequências, fechando cursos ou parando realmente de funcionar. Neste

ano, três faculdades encerraram as atividades. “O motivo foi a dependência do Fies”, conta Maurício, que prefere não revelar os nomes dos estabelecimentos. Na capital federal, porém, o presidente acredita que os efeitos das mudanças no financiamento estudantil não têm sido tão graves porque a maior parte das instituições não dependia tanto do programa. “As faculdades Brasil afora que estão passando por dificuldades tinham 80% dos alunos no Fies e abusaram, aumentando os preços para o programa”, afirma ele, que é secretário geral do Centro Universitário de Brasília (UniCeub) e espera melhora na economia para 2019.

“As instituições do DF preferiram diminuir o número de cursos oferecidos para manter só com qualidade. Os alunos são exigentes e estão até mais agora”, diz. Felipe Alves Leitão, pró-reitor da Faculdade Mauá, confirma que a ociosidade das vagas aumentou (em cerca de 50%) e que tem tentado combater a queda no ingresso de alunos com mensalidade acessível, promoções, descontos e bolsas. “Crescemos no ‘boom’ do Fies. Abrimos alguns cursos e expandimos os câmpus, porém não chegamos a ter prejuízos, continuamos com a nossa estrutura, e estamos lançando dois novos câmpus em Asa Norte e Lago Norte, totalizando seis, com 5 mil alunos, 120 professores e 150 técnico-administrativos”, comenta. Apesar disso, ele admite que foram necessários reajustes na gestão.

Graduado em direito e em administração, Felipe Alves Leitão não tem boas impressões do novo Fies. “É para inglês ver, para dizer que alguma coisa está sendo feita para inserir jovens no ensino superior. O programa hoje não é feito para o filho do pobre, pois é quase impossível para quem vem de um ensino médio defeituoso tirar mais de 400 no Enem”, alerta. “Com isso, às vezes, você só preenche algumas das vagas, pois o público não tira a nota exigida.” Procurados pela reportagem, os centros universitários Iesb, do Distrito Federal (UDF), de Brasília (UniCeub); as universidades Católica de Brasília (UCB), Paulista (Unip) e Estácio de Sá; e as Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central (Faciplac) não se manifestaram sobre a temática da reportagem.

Como ficam os estudantes?

Laura Raquel Chagas Silva, 19 anos, aluna do 5º semestre de educação física na Faciplac, bolsista parcial do ProUni e beneficiária parcial do Fies, estagiária do Ministério da Saúde, filha de uma autônoma e de um microempresário, moradora do Gama.

“Tenho bolsa de 50% do ProUni, financiei o restante, mas ainda sobram uns 10% da mensalidade para eu pagar todo mês. Sem esses programas, eu não teria condições de estudar. São iniciativas muito importantes para dar mais oportunidade a pessoas como eu. O curso, os professores e a estrutura da minha faculdade são muito bons. No entanto, ao longo dos anos, minha turma diminuiu bastante: começou com 30 alunos e, hoje, tem uns 16.”

Rodrigo Araújo, 20 anos, aluno do 4º semestre de medicina veterinária do UniCeub, beneficiário do Fies (70%), filho de uma secretária e de um aposentado, morador da Vila Telebrasília.

“O financiamento é excelente e essencial: sem esse benefício, eu não ingressaria no nível superior. Escolhi estudar aqui por causa da proximidade com a minha casa e pela

qualidade excepcional do curso: em comparação com outras instituições particulares, acredito que é o melhor.”

Viviane Lopes, 23 anos, aluna do 3º semestre de engenharia civil no Centro Universitário Iesb, beneficiária integral do Fies, filha de uma dona de casa e de um mestre de obras, moradora do Recanto das Emas.

“Eu cursava engenharia de materiais na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e, quando tive de me mudar para Brasília, procurei o Iesb pelo renome da instituição. Os meus professores são superqualificados. O Fies me deu a chance de ingressar no curso. Outro programa que ajuda pessoas de baixa renda é o ProUni. Sem esses auxílios, muita gente não teria a oportunidade de fazer uma graduação.”

João Pedro Brígida Santos, 19 anos, aluno do 2º semestre de direito da Faculdade Mauá, bolsista integral pela instituição, filho de uma maquiadora e de um vigilante, morador de Taguatinga.

“Estudei durante três meses com o Fies (que é muito importante para possibilitar que a pessoa faça um curso de peso, como direito, engenharia, medicina ou enfermagem), mas decidi abandonar por descobrir a possibilidade de ganhar bolsa de 100% se passasse a trabalhar na instituição. Isso funciona muito bem e faz com que a gente tenha mais garra para chegar adiante. Escolhi a minha faculdade pelo fato de ela apresentar bons resultados em avaliações educacionais.”

Ana Karoline Silva Evangelista, 22 anos, aluna do 7º semestre de psicologia na Unip, bolsista integral pelo ProUni, filha de uma camareira e de um policial militar, moradora de Planaltina (GO).

“Cursei um ano da faculdade com o financiamento até tentar o Enem de novo e conseguir uma bolsa do ProUni. Sem isso, eu não teria conseguido ingressar no ensino superior; esses programas são fundamentais para a inserção das camadas mais pobres da sociedade. Hoje em dia, os juros de financiamento são mais altos do que quando comecei a estudar, em 2015, e há limites quantitativos, burocráticos, econômicos que atrapalham bastante. Com relação à qualidade da minha faculdade, não tenho do que reclamar: tenho coordenadores excelentes que sempre estão disponíveis para os alunos.”

Kaio Felipe Assis Santos, 25 anos, aluno do 1º semestre de medicina na Faciplac, bolsista integral do ProUni, filho de representantes de venda de medicamentos, morador de Taguatinga.

“Sou da Bahia e estudei sete anos para conseguir cursar medicina de graça. Hoje, ainda recebo uma bolsa de auxílio permanência de R\$ 400, fundamental para permitir a continuidade dos estudos. Com a minha nota no Enem, eu passaria em outros lugares, mas escolhi a Faciplac por ter uma tia no DF, com quem estou morando. O curso é tudo que sempre sonhei, a estrutura da faculdade é muito boa, estou amando, é a realização de um sonho. Os efeitos da crise se mostram no número de pessoas que já desistiram do curso: estamos no primeiro semestre e umas três pessoas já trancaram. Para quem não tem nenhum benefício, é muito caro custear uma faculdade de medicina.”

Grasiela Meireles, aluna do 4º semestre de medicina veterinária do UniCeub, filha de uma professora e de um estatístico, moradora de Sobradinho.

“Meus pais pagam cerca de R\$ 2,7 mil por mês para bancar meus estudos. Eles nem quiseram que eu tentasse o Fies para não precisar adquirir uma dívida para depois da

formatura. O meu curso tem uma qualidade muito boa aqui no UniCeub. Escolhi estudar aqui pelo reconhecimento que o centro universitário tem.”

Gean Kevin Correa Pessoa, 22 anos, aluno do 3º semestre de engenharia elétrica do Centro Universitário Iesb, beneficiário parcial do Fies, filho de aposentados, morador de Taguatinga.

“O Fies é essencial, e eu não estaria aqui sem esse programa. A grande vantagem é o prazo para quitar a dívida, foi isso o que me atraiu. Decidi estudar no Iesb por oferecer o curso que eu queria. Existem problemas com alguns dos meus professores, com relação à qualidade e ao método de ensino, mas são poucos, não posso generalizar, afinal existem dificuldades em toda instituição.”

Gabriela Macedo Lustosa, 19 anos, aluna do 5º semestre de direito da Faculdade Mauá, bolsista integral pela instituição, filha de autônomos, moradora e Vicente Pires.

“Nunca pensei em tentar o Fies porque os juros me assustam. Além disso, tem ficado cada vez mais difícil, tanto que muitas vagas não são preenchidas. Eu já trabalhava na Mauá quando comecei a estudar aqui e, por causa disso, consegui a bolsa. A faculdade só cresce e tem excelente corpo docente.”

Sarah de Sousa Soares Silva, 20 anos, aluna do 4º semestre de ciências contábeis na Unip, bolsista integral pelo ProUni, filha de uma dona de casa e de um churrasqueiro e prestador de serviços gerais, moradora do Núcleo Bandeirante.

“Apesar de achar o Fies um bom programa, eu não queria entrar no ensino superior adquirindo uma dívida. Então, eu só tinha duas opções restantes: passar numa universidade federal ou conseguir uma bolsa integral pelo ProUni. Felizmente, consegui a segunda opção. Escolhi a faculdade somente por ter sido contemplada pela bolsa. Não acredito que, em Brasília, a Unip tenha porte para ser chamada de universidade, no entanto, o corpo docente é ótimo.”

Carlos Eduardo da Silva, 17 anos, aluno do 1º semestre de enfermagem da Faciplac, bolsista parcial do ProUni e beneficiário de financiamento da faculdade (25%), filho de uma empregada doméstica e de um lavrador, morador do Novo Gama.

“Eu fiz ensino médio em escola pública no Maranhão. Resolvi tentar a Faciplac por ela oferecer um financiamento próprio: o Facired. Eu consegui bolsa de 50% no ProUni e financio 25% da mensalidade pelo programa da instituição. O resto (cerca de R\$ 315) minha mãe faz um grande esforço para conseguir pagar. Mesmo tendo conseguido o ProUni, sem esse financiamento, não daria para eu estudar, não conseguiríamos pagar. Então, o Facired ajuda muito. Estou gostando muito do curso e da estrutura.”

Laís Brito de Moraes de Silva, 21 anos, aluna do 4º semestre de psicologia no UniCeub, bolsista parcial pela instituição, filha de uma professora e de um militar, moradora da Asa Norte.

“Eu cursei um semestre de psicologia na Universidade de Brasília (UnB), mas não gostei do método de lá e preferi procurar uma particular para me formar mais rapidamente. Entrei no curso do UniCeub com 30% de Fies e 50% de bolsa da faculdade por causa da minha nota no Enem. Porém, no mês passado, conversei com meus pais e decidi cancelar o financiamento por causa da quantidade de problemas que comecei a ter. Além disso, ter de ir ao banco renovar contrato todo semestre era cansativo. É um programa que parte de uma ideia válida, mas acaba sendo uma política

de repasse de verbas para as universidades, o que acaba mercantilizando o ensino.”

Francisco Aurélio, 22 anos, aluno do 3º semestre de engenharia civil no Centro Universitário Iesb, beneficiário do Fies (90%), filho de uma dona de casa e de um mestre de obra, morador do Recanto das Emas

“Tenho uma pequena empresa de reforma e construção, mas, com essa crise, meu lucro não daria para pagar a mensalidade integral. Então, o Fies é muito importante para ajudar pessoas como eu que, sem isso, não chegariam ao ensino superior. Quando fiz minha inscrição no programa, enfrentei vários problemas, fiquei com medo de não conseguir. O meu curso é excelente, o Iesb oferece grande suporte para os alunos e temos experiência com a teoria e a prática.”

Eduarda Ramalho Viana, 20 anos, aluna do 4º semestre de pedagogia da Faculdade Mauá, bolsista integral pela instituição, filha de uma microempresária, moradora do Guará.

“Sem essa bolsa, eu estaria em apuros, seria muito complicado pagar o curso. Acho muito melhor do que ter um financiamento, em que a desvantagem é pagar durante tanto tempo por um curso que você finalizou há anos. As públicas são boas, mas muito difíceis de entrar. Escolhi a Mauá por ser uma faculdade próxima da minha casa, barata e reconhecida.”

Bárbara Emily dos Santos do Nascimento, 27 anos, aluna do 5º semestre de nutrição da Faciplac, beneficiária integral do Fies, estagiária de um hospital, filha de uma comerciária e de um profissional de nível médio, moradora do Gama.

“Minha primeira experiência com ensino superior foi com bolsa integral do ProUni no curso de RH na Unip. Só que eu engravidei e precisei trancar o curso para cuidar do meu filho, que hoje tem 6 anos, então perdi o benefício. Depois, consegui 100% de Fies para estudar enfermagem na Faculdade JK, aqui no Gama, também com financiamento. Só que eu estava muito desmotivada com o curso, pela falta de estrutura da instituição. Depois que soube da abertura de um curso de nutrição na cidade, resolvi mudar para a Faciplac e consegui transferir o Fies. Estou muito satisfeita com a qualidade da graduação, que é bem mais aprofundada, gosto muito de estudar aqui. Sem programas de apoio, eu não teria condições de fazer o ensino superior, mesmo trabalhando desde os 15 anos.”

Rafael Barreto, 18 anos, aluno do 1º semestre de biomedicina no UniCeub, filho de uma contadora e de um militar, morador da Asa Norte

“Os meus pais bancam minha faculdade, não tenho nenhum benefício. Nem tentei Fies ou outro programa, porque pretendo mudar de estado em breve, então perderia. O UniCeub oferece um preparo muito bom, além de laboratórios de alta qualidade, algo muito importante na minha área.”

Letícia Maria Fontes, 19 anos, aluna do 1º semestre de psicologia do Centro Universitário Iesb, bolsista parcial pela instituição, filha de uma cuidadora de idosos e de um autônomo, moradora da Asa Sul.

“Consegui um desconto de metade da mensalidade oferecido pela própria instituição por causa da minha nota no Enem, e foi por esse motivo que escolhi estudar aqui. Sem isso, eu teria de correr atrás do Fies (como as minhas irmãs, que estudam pelo programa), pois não teria condições de me matricular. Para pagar o restante da mensalidade, trabalho como telefonista em uma empresa de odontologia. Como toda instituição, o

Iesb tem problemas, algum professor ou outro não atende à expectativa, mas ainda estou no primeiro semestre e tenho muito para ver.”

Jaqueline Dias da Rocha, 29 anos, aluna do 4º semestre de direito da Faculdade Mauá, bolsista integral pela instituição, filha de uma aposentada e de um comerciante, moradora de Vicente Pires.

“A Mauá é uma ótima faculdade, com boa estrutura de biblioteca e sala de aula, além dos bons professores. Vejo que aqui tenho a oportunidade de crescer. Ter a bolsa é um ponto muito positivo. Sem isso, caso eu fosse tentar o Fies, vejo que seria muito difícil: ultimamente, ele tem tantos critérios que barram o acesso.”

*Colaborou Marília Lima, estagiária sob a supervisão da subeditora Ana Paula Lisboa

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Programa de mestrado abre seleção para turma 2020; serão ofertadas 15 vagas para a Ufopa

Em Santarém, a prova está marcada para o dia 9 de novembro, das 14h às 18h, na Unidade Tapajós.

Por G1 Santarém — PA

O Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (Profnit) publicou o edital do processo seletivo para a turma 2020. Para a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) serão ofertadas 15 vagas.

O Profnit é um mestrado profissional em rede nacional, realizado pelo Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (Fortec) em parceria com instituições de ensino superior. O curso é gratuito e presencial.

As inscrições estão abertas até o dia 3 de outubro, na página do Profnit. A taxa de inscrição é de R\$ 250. Podem se candidatar graduados em qualquer curso de nível superior ou concluintes de cursos de graduação.

O exame nacional de acesso será realizado em duas etapas. Na primeira, será realizado uma prova nacional e depois será feito uma análise curricular. Em Santarém, a prova está marcada para o dia 9 de novembro, das 14h às 18h, na Unidade Tapajós.

A entrega de documentos da segunda etapa deverá ser efetuada de 28 de novembro a 2 de dezembro na Coordenadoria Acadêmica do Instituto de Engenharia e Geociências (IEG), na Unidade Tapajós. O resultado final será publicado até 16 de dezembro. Acesse o edital e pelo site da instituição.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Governo interveio em 6 de 12 nomeações de reitores de universidades federais até agosto

Em cinco casos, o nomeado não encabeçou a lista tríplice. Em outro, uma reitora temporária de fora da lista foi indicada. MEC diz que palavra final é do presidente e que qualquer um dos três nomes pode ser indicado.

Desde que assumiu a Presidência, Jair Bolsonaro optou por não seguir a vontade da comunidade acadêmica na hora de nomear o novo reitor ou reitora de universidades federais em 6 das 12 oportunidades que teve.

Entre institutos federais, o nome escolhido foi respeitado em 5 das 6 ocasiões. E, em 2 desses 18 casos, o Ministério da Educação (MEC) decidiu nomear uma pessoa de fora da lista porque o processo eleitoral está pendente na Justiça.

O levantamento feito pelo G1 considera as nomeações ocorridas entre janeiro e esta sexta-feira (30). Os dados são de instituições, sindicatos, três entidades nacionais e do próprio MEC.

A escolha dos reitores tem várias etapas, que incluem um processo interno e a posterior aprovação pelo governo federal. Nesse processo, a principal etapa é a indicação por representantes da universidade de uma lista tríplice de candidatos ao cargo. Em boa parte das instituições, ocorre uma consulta pública informal à comunidade acadêmica para definição dos três nomes.

Apesar de a lei permitir que o presidente da República escolha qualquer um dos três nomes, o primeiro da lista é tradicionalmente o escolhido pelos últimos governos.

Em 2018, último ano de Michel Temer, todas as sete nomeações divulgadas pelo MEC foram do candidato mais votado, mesmo quando a pasta questionou juridicamente a lista tríplice.

As sete ocasiões em que o escolhido pela universidade ou instituto não resultou em nomeação neste ano aconteceram na Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina (veja no mapa e leia detalhes sobre cada nomeação mais abaixo).

O que diz o MEC

Procurado pelo G1, o MEC afirmou que "a cada quatro anos, as universidades federais promovem uma eleição para indicar três nomes que formam a lista tríplice". "A relação é enviada para o Ministério da Educação, e a palavra final é do presidente da República."

A pasta disse ainda: "Não há hierarquia na lista tríplice, ou seja, qualquer um dos três nomes pode ser indicado para o cargo de reitor e vice-reitor".

"De acordo com a legislação, o reitor e o vice-reitor de universidade federal serão nomeados pelo presidente da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurem em listas tríplexes organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado que o englobe, instituído especificamente para este fim, sendo a votação uninominal."

Mudanças nas regras

A legislação atual já foi alvo de debates internos em gestões anteriores, segundo fontes ouvidas pelo G1, e neste ano o ministro Abraham Weintraub já defendeu possíveis alterações no processo.

Em entrevista ao site Poder360 em agosto, ele afirmou que o MEC tem respeitado a lei, mas que está apresentando a parlamentares da situação e da oposição uma sugestão de projeto de lei que altere as regras. Ele defendeu, como uma possível alternativa, permitir

que os deputados possam "participar da discussão", enquanto representantes do povo.

"São ideias, coloquei essa discussão na mesa", afirmou Weintraub na entrevista. "Se nós pagamos, a universidade não é dos professores, não é dos técnicos, e não é dos alunos. A universidade é do povo, de todos nós. E, na discussão da escolha, falta a sociedade entrar. (...) A gente está querendo trazer alguma forma que a sociedade possa participar na escolha do reitor, na composição da lista tríplice."

Em julho, o governo federal já alterou uma parte das regras relativas aos institutos federais. No dia 10 daquele mês, um decreto de 2003 foi alterado para incluir uma nova competência ao ministro da Educação: de nomear como diretor-geral pro tempore (temporário) qualquer professor do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, desde que tenha pelo menos 5 anos de exercício em uma instituição federal de ensino.

Ao G1, a assessoria de imprensa do MEC afirmou que não há, dentro da pasta, nenhum estudo sobre alteração das leis e decretos que regem o processo eleitoral para reitor (veja, ao final desta reportagem, como ele funciona).

Na entrevista ao Poder360, Weintraub também disse que é uma exceção o ato de não nomear o primeiro nome da lista tríplice. "Normalmente vai ser o primeiro. Acho que 90% das vezes você tem que pegar o primeiro. É exceção quando não é o primeiro", afirmou ele.

Veja abaixo como foram as 12 nomeações de universidades e seis de institutos federais:

Nomeações de alguém fora da lista

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Na UFGD, o processo eleitoral foi suspenso inicialmente pela 1ª Vara Federal de Dourados em 24 de maio, depois que o Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul solicitou a suspensão da lista tríplice por considerar incorreto o processo eleitoral.

O pedido deveu-se ao fato de o segundo e o terceiro candidatos mais votados terem assinado, depois da eleição, um acordo segundo o qual eles não entrariam na lista tríplice. Dessa forma, ela acabou sendo composta pelo primeiro candidato mais votado e por outros dois professores que não tinham sido candidatos, mas apoiavam o nome vencedor da votação.

A instituição alegou no processo que a medida está prevista no regulamento da eleição. Em 1º de junho, o Tribunal Federal da 3ª Região (TRF-3) acatou a mesma decisão, aceitando o argumento da UFGD de que a manobra está prevista no regulamento e considerou o processo eleitoral válido.

Em 11 de junho, o governo federal nomeou Mirlene Ferreira Maedo Damázio para o cargo de reitora pro tempore (temporária) da UFGD. Ela tomou posse uma semana depois. Segundo o MEC, a nomeação "atende às normas legais considerando também os efeitos da decisão do TRF da 3ª Região".

No entanto, em 13 de agosto, uma audiência na 1ª Vara terminou com a Justiça decidindo que a ação do MPF é improcedente (assista abaixo). Segundo afirmou o MPF

ao G1, o juiz considerou válido o processo de escolha da UFGD. O órgão disse nesta quarta-feira (28) que não sabe se vai recorrer ou não da decisão. O processo, portanto, ainda corre na Justiça.

Justiça Federal declara válida lista tríplice de candidatos da UFGD enviada para o MEC

Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (Cefet-RJ)

Em 15 de agosto, o ministro Weintraub usou sua nova atribuição decretada em julho por Bolsonaro e nomeou para o cargo de diretor-geral pro tempore (temporário) do Cefet-RJ Maurício Aires Vieira. Formado em física, o gaúcho não tem ligação acadêmica com o Rio de Janeiro, segundo o próprio MEC. Ele fez carreira em diversas instituições federais do Rio Grande do Sul e, antes da nomeação, tinha um cargo de assessor dentro do ministério.

Ao G1, a pasta diz que o objetivo da nomeação foi "assegurar a imparcialidade e afastar qualquer influência sobre o processo eleitoral", que ainda está "sob análise administrativa" porque "[há] indícios de irregularidade que levaram à suspensão do processo eleitoral". Essas denúncias foram encaminhadas à Corregedoria do MEC para apuração. O Cefet-RJ não respondeu às perguntas da reportagem.

Segundo Rômulo de Souza Castro, presidente da ADCEFET-RJ, o sindicato dos docentes, o nome do professor Maurício Motta, o mais votado na eleição interna, foi encaminhado ao MEC em 3 de maio.

"Faz mais de 80 dias que não nomeiam. Eles não têm transparência de mostrar qual é o teor [da denúncia]", afirmou Castro, que diz que documentos jurídicos do MEC corroboram a lisura do processo. Ao G1, o MEC não respondeu se confirma a existência desses documentos.

A nomeação de um temporário foi criticada e gerou protestos. O MPF pediu na terça-feira (27) a Weintraub que justificasse sua decisão em cinco dias. O MEC diz que vai "prestar todos os esclarecimentos necessários ao Ministério Público".

Nomeações do 2º ou 3º candidatos da lista tríplice
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

O processo entre a votação para a Reitoria da UFTM e a posse do novo reitor durou praticamente um ano.

O professor Luis Fernando Resende dos Santos Anjos, atual reitor, está no cargo há pouco mais de dois meses – foi nomeado pelo governo federal em 17 de junho e tomou posse dois dias depois. Mas ele não tinha sido escolhido na votação do Conselho Universitário (Consuni), realizada em 25 de junho do ano passado, pois recebeu 24 votos, contra 31 do primeiro colocado.

Dias antes da votação do Consuni, porém, a chapa de Santos Anjos questionou na Polícia Federal e no MPF o resultado da consulta pública informal realizada no início de junho de 2018. Na época, eles disseram ter enviado "documentos, fotos e vídeos apontando indícios de irregularidades" no processo. Durante as investigações, uma

professora foi nomeada reitora pro tempore (temporária).

Em agosto do mesmo ano, o próprio MPF pediu o arquivamento da denúncia, afirmando que não encontrou irregularidades. Finalmente, em junho deste ano, o candidato que ficou na segunda colocação foi nomeado pelo governo federal.

Ao G1, a nova gestão afirmou, nesta quinta-feira (29), que "tem trabalhado com foco na manutenção de suas atividades acadêmicas e administrativas". A Associação de Docentes da UFTM (ADUFTM) disse ter adotado postura de neutralidade durante o processo eleitoral e considera o desenrolar "totalmente dentro da legalidade".

Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)

Entre a elaboração da lista tríplice da UFRB, em fevereiro, e a nomeação do reitor pelo governo federal se passaram cinco meses.

A publicação do nome do novo ocupante do cargo no Diário Oficial da União só aconteceu em 1º de agosto, quando terminou o mandato do agora ex-reitor Silvio Soglia. Mas o governo decidiu escolher o professor Fabio Josué Santos, terceiro colocado na disputa, em vez de Georgina Gonçalves, mais votada na consulta informal e na votação da lista tríplice.

"Nenhum candidato que concorreu ao pleito entrou com recurso junto ao Consuni", afirmou ao G1 a assessoria de imprensa da UFRB. Santos, o reitor nomeado, divulgou um comunicado no qual disse que esperava "que a vontade da comunidade acadêmica fosse respeitada".

Segundo a professora Georgina, a decisão "abre um perigoso precedente na vida democrática, não apenas das universidades públicas, mas das instituições de modo geral".

A Associação de Professores Universitários do Recôncavo (Apur), por sua vez, disse que o governo "optou por favorecer a instabilidade política da instituição ao não nomear a candidata escolhida pela comunidade universitária".

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Em 10 de agosto, o governo federal publicou no DOU a nomeação de Janir Alves Soares para o cargo de reitor da UFVJM, em Minas Gerais. Terceiro colocado na consulta à comunidade acadêmica, ele está há menos de um mês no cargo e, ao G1, afirmou que tem "buscado informar e esclarecer tanto a comunidade acadêmica quanto a comunidade externa sobre a importância da união de esforços em prol da solução dos principais desafios que a instituição apresenta".

Segundo Soares, o fato de não ter recebido mais votos que outros colocados durante a eleição não afeta negativamente a credibilidade de sua gestão. "O principal fator que deve ser levado em consideração é a necessidade de buscar um novo modelo de gestão para nossa instituição", disse ele, afirmando que quer priorizar o "capital intelectual" sobre "recursos para a infraestrutura" da instituição.

Já a Associação de Docentes da UFVJM afirmou, em nota, que o processo eleitoral contou com debates e sabatinas. "Assim, a votação é a manifestação da vontade da

comunidade acadêmica pelo projeto de gestão que consideram mais adequado à instituição", diz a entidade, ressaltando que "a nomeação de uma pessoa que recebeu um percentual muito reduzido de votos reflete a imposição de um projeto de gestão que foi rejeitado e assim afeta a autonomia universitária e a legitimidade".

Universidade Federal do Ceará (UFC)

A eleição para a reitoria da UFC aconteceu em maio deste ano, e o candidato mais votado tanto na consulta informal quanto no Conselho Universitário foi o então vice-reitor. Mas quem acabou nomeado pelo governo federal em 19 de agosto foi o professor José Cândido de Albuquerque, que tinha sido o terceiro mais votado na consulta e o segundo colocado na eleição do Consuni. Ele tomou posse no dia 22.

Em resposta ao G1, a UFC afirmou que "a nomeação é legítima e se deu absolutamente dentro da legislação" e que "a gestão está aberta ao diálogo".

A Associação de Docentes da UFC (ADUFC), por sua vez, afirmou que o primeiro colocado teve dez vezes mais votos que Albuquerque na consulta e quase o triplo na votação do Consuni. A entidade disse ainda que essa nomeação "gera desconfiança".

Como reação, o sindicato montou uma tenda em frente à reitoria e afirmou que vai "questionar em todos os espaços possíveis" a nomeação, que considera "a ruptura com uma tradição democrática consolidada, durante a qual a UFC só cresceu e só melhorou".

Por causa do bloqueio, a transmissão de posse do novo reitor ocorreu fora do campus da reitoria e, até quinta (28), ele ainda não havia despachado de lá. "A universidade está funcionando normalmente. O grupo de insatisfação não atinge 1%", disse ele ao G1 Ceará.

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

O caso mais recente de nomeação do candidato menos votado na lista tríplice aconteceu na UFFS, que tem sede em Chapecó (SC).

Segundo o site da instituição, os conselheiros se reuniram em 24 de junho para a sessão que resultou na composição da lista tríplice. Durante o processo, três chapas se candidataram e, no dia 24, cada uma apresentou suas propostas para a gestão.

A chapa do professor Marcelo Recktenvald recebeu quatro votos e ficou em terceiro lugar na eleição, contra 26 votos do primeiro e 19 do segundo. A nomeação de Recktenvald, o terceiro da lista, foi publicada nesta sexta-feira (30), dia em que termina o mandato do atual reitor, Jaime Giolo.

No mesmo dia, um grupo ocupou a sala de entrada da reitoria em Chapecó em protesto contra a escolha. Recktenvald divulgou nota no sábado (31), dizendo que sua escolha se deve "principalmente em função do seu compromisso institucional e desejo de transformar a UFFS em uma universidade reconhecida pela sua qualidade, missão pública e função social".

Nomeação do 1º candidato da lista tríplice

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

A UFRN diz que realizou o processo eleitoral em 2018 e encaminhou ao MEC a lista tríplice em 22 de novembro. Em 8 de fevereiro, Bolsonaro nomeou o primeiro nome da lista, o professor José Daniel Diniz Melo, que na gestão passada havia sido vice-reitor da instituição.

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

A professora Denise Pires de Carvalho foi eleita em consulta informal na UFRJ em 6 de abril e, no dia 30, o Colégio Eleitoral ratificou a escolha dela. Em 31 de maio, o presidente Bolsonaro a nomeou, tornando-a oficialmente a primeira mulher reitora da UFRJ. A posse foi em 2 de julho, e a cerimônia de transição de cargo aconteceu seis dias depois.

Nova reitora da UFRJ, Denise Pires de Carvalho assumiu o cargo em 8 de julho

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

Segundo a Unirio, o professor Ricardo Silva Cardoso foi o mais votado na eleição feita pelo Conselho Universitário em 11 de abril. Em 18 de junho, ele foi nomeado oficialmente pelo governo federal e tomou posse no dia seguinte.

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

A eleição na federal mineira ocorreu em novembro de 2018, e a chapa composta pelos professores Demetrius David da Silva e Rejane Nascentes foi eleita pela comunidade universitária com 88,07% dos 5.518 votos. Em 24 de maio, o governo federal nomeou Silva como o novo reitor da UFV.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)

Na instituição, que fica em Foz do Iguaçu (PR), o professor Gleisson Alisson Pereira de Brito foi o nome mais votado na consulta pública, em outubro, e na votação da lista tríplice, em novembro de 2018. Sua nomeação, porém, não foi feita durante a gestão de Michel Temer e só foi publicada em 3 de junho deste ano. Ele tomou posse em 19 de junho.

Universidade Federal do Cariri (UFCA)

A lista tríplice da UFCA também foi encaminhada ao MEC na gestão passada, em 11 de dezembro. No DOU de 3 de junho, o professor Ricardo Luiz Lange Ness, eleito após dois turnos de votação no Colégio Eleitoral, foi nomeado para o cargo de reitor. Sua posse também ocorreu em 19 de junho.

Instituto Federal de Rondônia (Ifro)

O Ifro só teve um candidato durante o processo eleitoral: Uberlando Tiburtino Leite, que já ocupava o cargo de reitor. Ele foi reeleito durante o processo eleitoral, e o resultado foi encaminhado ao MEC em julho de 2018, segundo a instituição.

Sua nomeação oficial para o segundo mandato, porém, só foi publicada em 3 de junho deste ano. Nesse período, seu primeiro mandato venceu e, por isso, o MEC precisou publicar uma nomeação pro tempore (como temporário) em 26 de fevereiro. O nome indicado foi, mais uma vez, o de Uberlando Leite.

"O reitor já estava respondendo pela instituição, tinha uma equipe formada, um planejamento em andamento das ações institucionais e apenas continuou as atividades

como pro tempore, desta forma não houve prejuízo institucional", afirmou o Ifro em nota. "Por parte da comunidade interna ocorreu apreensão, uma expectativa com relação à possibilidade de não ocorrer a nomeação do reitor eleito pelo pleito."

Instituto Federal do Amazonas (Ifam)

O professor Antônio Venâncio Castelo Branco foi o escolhido no processo eleitoral do Ifam ainda em 2018. Sua nomeação oficial foi publicada em 11 de junho deste ano, e a posse aconteceu no dia 19 do mesmo mês.

Instituto Federal de Alagoas (Ifal)

Assim como no Ifam, no Ifal a eleição do professor Carlos Guedes de Lacerda foi finalizada em dezembro de 2018, mas sua nomeação e posse aconteceram, respectivamente, em 11 de junho e 19 de junho.

Instituto Federal do Pará (IFPA)

Cláudio Alex Jorge da Rocha foi reeleito reitor no processo de votação do IFPA, que aconteceu ainda em novembro de 2018. A nomeação, porém, só saiu em 1º de agosto deste ano. Sua posse aconteceu na última terça (27).

Instituto Federal de Brasília (IFB)

Segundo o IFB, a consulta informal para a reitoria aconteceu em dois turnos, em 27 de março e 11 de abril. Em 23 de abril, o Conselho Superior do IFB homologou o resultado da consulta, que elegeu a professora Luciana Massukado, e o encaminhou ao MEC.

Quando o mandato do ex-reitor terminou, ele foi indicado para seguir no cargo como pro tempore (temporário). A nomeação de Massukado foi confirmada pelo governo federal em 2 de agosto, e a posse aconteceu na última terça (27).

Como é a eleição para as federais?

O reitor das universidades e institutos pode ocupar o cargo por um mandato de quatro anos e tem direito a uma reeleição;

A eleição tem várias etapas, sendo que as principais são: elaboração de uma lista tríplice pela instituição e posterior nomeação, pela qual o presidente da República escolhe um dos três nomes. No caso dos institutos, regidos por outra legislação, o resultado enviado ao MEC contém apenas um nome, do candidato mais votado;

Em boa parte das instituições, a lista tríplice é formada após uma consulta pública informal à comunidade acadêmica, na qual estudantes, professores e servidores podem votar no sistema paritário, no qual cada voto tem o mesmo peso, independentemente da categoria;

Na elaboração da lista tríplice, porém, o voto dos professores tem peso maior do que o dos representantes de estudantes e de servidores – condição obrigatória para o MEC aceite a lista;

Já por parte do governo, a Consultoria Jurídica do MEC avalia se o documento foi elaborado seguindo as regras regimentais da eleição de cada instituição. Não existe lei que obrigue o presidente a nomear o primeiro colocado da chamada lista tríplice, mas ele não pode escolher alguém de fora da lista, a não ser temporariamente;

Um reitor temporário (ou pro tempore) é nomeado pelo governo federal caso o mandato do reitor anterior termine e não seja possível nomear outro reitor de forma definitiva,

em geral porque o processo eleitoral ainda está em andamento ou sob julgamento na Justiça; nesses casos, o pro tempore pode permanecer no cargo por até cinco anos.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ex-secretário de Saúde do Acre deve assumir Sefaz após gestora pedir pra sair, diz governo

Governador Gladson Cameli estuda nomear Alysson Bestene para cargo deixado por Semírames Maria Dias.

O ex-secretário Alysson Bestene deve assumir o cargo na Secretaria de Fazenda Indústria e Tecnologia do Acre após a saída de Semírames Maria Dias. Bestene foi exonerado em junho após cinco meses à frente da Secretaria de Saúde (Sesacre).

A secretária de comunicação, Silvania Pinheiro, confirmou que o governador Gladson Cameli estuda nomear Bestene para o cargo provisoriamente, até conseguir um novo nome. Se for nomeado, o ex-secretário deve assumir o cargo na segunda-feira (2).

O anúncio da saída de Semírames foi feito pelo secretário da Casa Civil, Ribamar Trindade, nesta sexta-feira (30).

Por meio de nota, o secretário informou que o governador foi informado do pedido de exoneração pela Casa Civil. Semírames estaria saindo por motivos pessoais.

Exonerações

O primeiro secretário exonerado foi Raphael Luiz Bastos Júnior no dia 24 de abril, após quatro meses a frente da Secretaria de Planejamento. O governo alegou incompatibilidade de gestão para a saída de Júnior.

A reestruturação do governo também resultou na exoneração do ex-secretário da Polícia Civil do Acre, Rêmullo Diniz. O delegado saiu no dia 6 de abril. O delegado José Henrique Maciel Ferreira assumiu o cargo.

Além dessa saída dos secretários, o governo também trocou o comandante-geral PM-AC. O coronel Ezequiel Bino assumiu no lugar do coronel Mário César. A troca ocorreu quatro dias após a exoneração do ex-secretário da Polícia Civil.

No mês de junho, o governo anunciou a saída do ex-secretário Alysson Bestene, que esteve à frente da Secretaria de Saúde do Acre (Sesacre) por cinco meses. A pediatra Mônica Feres Kanaan Machado, que atuava no Hospital Regional de Ceilândia, em Brasília, assumiu o cargo.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

**Com doação da Vale, reconstrução do Museu Nacional entra em nova fase
Destruído por incêndio, museu era um dos maiores museus de história natural e antropologia das Américas**

A reconstrução do Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, zona norte da cidade, entrou hoje (31) em uma nova fase. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) assinou junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Fundação Vale, um procolo de intenções para estabelecer um novo modelo de governança para o projeto Museu Nacional Vive, de reconstrução do espaço cultural,

que antes do incêndio no dia 2 de setembro de 2018, era um dos maiores museus de história natural e antropologia das Américas.

O diretor do Museu Nacional, Alexander Kellner, disse que o novo modelo vai permitir um ambiente adequado de conformidade para atração de investimentos privados. “Certamente quando você traz transparência, consegue melhorar este processo. Nós teremos também mais agilidade. A sociedade quer o seu Museu Nacional de volta, as crianças querem o museu de volta. Cabe a nós fazer isso acontecer”, contou.

O coordenador-geral de Planejamento e Orçamento das Instituições Federais de Ensino do Ministério da Educação, Weber Gomes de Sousa, disse que, para o MEC, a reconstrução do Museu é uma ação prioritária do estado brasileiro. “Esta instituição que está representada nesse palácio ao nosso lado conta a história da nossa humanidade.

A reação da comunidade interna após a trágica ocorrência mostra a importância que o Museu tem para o mundo, não só para o Brasil. O MEC enxerga como prioridade e tem atuado de forma ativa apoiando o Museu”, informou, acrescentando, que o MEC já repassou do seu próprio orçamento mais de R\$ 16 milhões para o início da recuperação do Museu, como estabilização do prédio e a construção da cobertura.

Assinatura

A assinatura ocorreu em uma cerimônia dentro do que sobrou do Palácio São Cristóvão, sede do Museu Nacional, onde já foram realizadas obras de escoramento do prédio e de cobertura para garantir a qualidade do acervo que ficou em meio aos escombros. A reitora da UFRJ, Denise Pires de Carvalho, disse que a expectativa é de que entre o fim desse ano e o início do próximo comecem as obras da fachada do prédio e do telhado. Para 2022, ano do bicentenário da Independência, ela planeja a inauguração, de pelo menos, uma ala do novo Museu.

Recursos

Conforme o protocolo, a Fundação Vale vai liberar R\$ 50 milhões para emprego no novo modelo de governança para a reconstrução do museu. “O modelo de governança, sustentabilidade, velocidade para uma obra que é muito importante. Senhores, nós não podemos perder tempo. A sociedade nos cobra hoje transparência, velocidade e entrega”, observou o diretor executivo de Relações Institucionais da Vale e presidente do Conselho de Curadores da Fundação Vale, Luiz Eduardo Osório.

O Museu conta ainda com R\$ 21 milhões referentes a um projeto com o BNDES para a reforma do espaço cultural. Negociado antes do incêndio, ele teve o escopo alterado para permitir que os recursos sejam aplicados na reconstrução.

O superintendente de Gestão Pública e Socioambiental do BNDES, Júlio Costa Leite, que representou o banco na cerimônia, disse que o valor de R\$ 21 milhões foi mantido. “Não adianta a gente só reformar e construir, mas tem que pensar na sustentabilidade dos museus, como dialogam com a sociedade e o banco está desenvolvendo muitas coisas em relação a isso”, revelou.

Os recursos do BNDES, de acordo com a reitora da UFRJ, foram liberados para a Associação dos Museus. “Assim que o projeto executivo da fachada ficar pronto vamos licitar as obras usando uma parte dos recursos de emendas de bancada e uma parte do

BNDES”, disse.

Bancada

Parlamentares da bancada federal do Rio de Janeiro estiveram presentes à cerimônia. Dois dias após o incêndio do Museu, em 2 de setembro de 2018, os deputados se comprometeram em destinar emendas impositivas no valor de R\$ 55 milhões, referentes ao estado do ano passado com liberação prevista em 2019.

O coordenador da bancada fluminense em Brasília, deputado Hugo Leal (PSD/RJ), que falou em nome dos seus colegas, disse que a decisão foi tomada, apesar das outras responsabilidades que a bancada tinha para a aplicação dos recursos, como a área de saúde. Mas diante da falta de recursos para cumprir o orçamento da União, houve um contingenciamento linear de 21,65% no valor das emendas.

Hugo Leal garantiu que ainda assim, a bancada permanece com o compromisso de apoiar a recuperação do Museu. “Cada um de nós é responsável por essa reconstrução também. A bancada do Rio de Janeiro não vai ceder em hipótese nenhuma e nem abrir mão de um espaço que seja para poder recompor a história do Brasil e parte da história da humanidade”, disse.

A coordenadora de Cultura da Unesco, Isabel de Paula, destacou a importância do novo modelo de governança do Museu, que, segundo ela, é um patrimônio histórico e científico comprovado pela comunidade internacional. “Mais do que olhar para trás, agora é hora de olhar com muito entusiasmo para frente, porque temos aqui uma grande união de esforços”, pontuou.

O documentário Resgates, produzido pela Coordenadoria de Comunicação Social da UFRJ, e exibido em primeira mão na cerimônia emocionou os presentes. O trabalho mostra depoimentos de técnicos que atuaram nas obras emergenciais do Museu Nacional. O documentário está disponível a partir do dia 19 de setembro, no link [youtube.com/webtvufrj](https://www.youtube.com/webtvufrj).

Do lado de fora do Museu, no pátio em frente, os visitantes da Quinta da Boa Vista podem, neste fim de semana, aproveitar o Festival Museu Nacional Vive. O público vai poder se divertir com oficinas, mostras e exposições abertas com entrada franca.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

**Nobles, do MIT: empresas brasileiras perdem se país não educar seus jovens
Para pesquisadora do MIT, investir na educação dos brasileiros é o principal caminho para que empresas locais não fiquem para trás na era da automação**

São Paulo — Na corrida dos países pela inovação e para competir em um mundo que será cada vez mais dominado por automação e inteligência artificial, a educação dos jovens para atender a essas novas demandas precisa ser uma das prioridades. E, para além do papel do poder público, as empresas também devem ajudar neste processo.

É o que afirma a cientista política Melissa Nobles, professora do MIT (Massachusetts Institute of Technology) e especialista no estudo dos impactos de novas tecnologias. “Eu não vejo como uma empresa consiga não ficar para trás no século 21 se não houver mão de obra qualificada nos lugares em que atua”, diz a pesquisadora.

Nobles falou a EXAME por telefone antes de sua vinda ao Brasil para o evento “The future of work” (“o futuro do trabalho”, em inglês), que aconteceu nesta quinta-feira 29, em São Paulo (SP), e debateu como a inteligência artificial, a automação e as mudanças na economia estão afetando o mercado. A conferência é organizada pelo escritório para a América Latina da faculdade de administração do MIT, em parceria com a consultoria de recrutamento e seleção PageGroup.

Investir em educação “não vai sair barato” e é um trabalho de décadas, diz Nobles, que estuda o Brasil há anos. Na educação básica — período que vai da pré-escola ao fim do Ensino Médio —, o Brasil investe por aluno menos da metade do que investe a média dos países desenvolvidos, segundo o relatório Education at a Glance, da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que compara anualmente as políticas e investimentos em educação em diferentes países.

“Uma coisa que as empresas brasileiras podem fazer é usar sua influência para pressionar o poder público a investir em educação de qualidade, sobretudo nas regiões mais pobres”, completa Nobles. Veja os principais trechos da entrevista abaixo.

Existe a preocupação de que a automação e a inteligência artificial podem prejudicar os trabalhadores e reduzir empregos. A senhora concorda com isso? Como um país como o Brasil pode se preparar para essa nova era?

É certamente verdade que a automação está apresentando desafios, e há uma grande preocupação sobre como ficarão os empregos que exigem menor qualificação, mesmo nos países desenvolvidos. A resposta para isso é que é preciso uma educação pública melhor, que prepare os jovens para os empregos do futuro. O maior compromisso precisa ser na educação básica. A automação pode até ser um desafio novo para o Brasil e para outros países, mas a necessidade de melhorar a educação não é nova. Agora é a hora de o Brasil enxergar essas novas demandas tecnológicas como uma oportunidade para se preparar para o futuro.

Quando a senhora fala em preparar os alunos, isso significa inserir conhecimentos mais técnicos nas aulas? Como aulas de programação e ciência da computação, por exemplo.

O desafio é preparar os alunos para as habilidades de tecnologia que vão ser exigidas. A computação vai ser tão importante quanto disciplinas como matemática. Mas de uma forma mutável: quando as escolas públicas começaram a ensinar matemática nos anos 1940 era uma matemática diferente da que eu aprendi nos anos 1980. O mesmo para a computação. Mas o que também é exigido é a capacidade de continuar crítico. As humanidades são tão importantes quanto a tecnologia. Não é porque os alunos precisam de mais ciência da computação que eles não precisam estudar outras coisas.

Essa “ameaça” da automação para os empregos pode ser ainda pior para trabalhadores de baixa escolaridade. Como impedir que as inovações tecnológicas não perpetuem desigualdades, sobretudo em um país com grandes diferenças regionais como o Brasil?

Para as regiões mais pobres é preciso investir ainda mais para que elas não fiquem atrasadas. Mesmo dentro de estados ricos, como São Paulo, há necessidades diversas. É uma decisão política, porque investir em educação não vai ser barato, e é um processo de décadas, que depende de legislação, regulação. Também é preciso encontrar formas

de encorajar e incentivar os professores para ajudarem a melhor preparar seus estudantes.

Como os problemas educacionais do Brasil podem afetar as empresas?

Está muito claro para onde a economia mundial está caminhando no século 21. Se países como o Brasil não se prepararem, as empresas brasileiras serão prejudicadas, porque a tecnologia será a base da economia em todas as áreas. Eu não vejo como uma empresa consiga não ficar para trás no século 21 se não tiver mão de obra qualificada nos lugares em que atua.

Qual o papel do setor privado neste processo de preparar o Brasil para as novas demandas tecnológicas?

Uma coisa que as empresas brasileiras podem fazer é usar sua influência para pressionar o poder público a investir em educação de qualidade, sobretudo nas regiões mais pobres. Vou dar dois exemplos, nos Estados Unidos, dos estados do Alabama e da Carolina do Sul, que queriam atrair investimentos da Mercedes Benz e da BMW [montadoras alemãs]. As empresas disseram aos estados que não importava o quão atrativas as isenções fiscais fossem, elas não investiriam lá se os políticos não fizessem compromissos com educação pública, porque eles precisavam contratar profissionais qualificados. É aí que os governos começam a se mexer. Uma empresa estrangeira que venha a operar no Brasil pode levar toda a mão de obra de fora, mas é mais interessante para a região que eles contratem localmente. E para as empresas brasileiras, ter uma população bem formada é mais importante ainda, porque ela depende da mão de obra local para crescer.

No Ensino Superior, o Brasil discute com frequência o fato de que as universidades — sobretudo as públicas no caso do Brasil, mais reconhecidas por seu trabalho em pesquisa — não se aproximam do setor privado e das empresas. Como melhorar essa relação?

É um desafio descobrir como essa relação deve ser. Mas há formas como os professores, por exemplo, podem ser uma ponte para a iniciativa privada, tanto trabalhando em empresas quanto incentivando as conexões com a indústria. Os reitores e lideranças das universidades também têm que trabalhar com a indústria. É possível um modelo em que o setor privado invista na universidade, por exemplo. Isso não significa necessariamente que a universidade precisa trabalhar para um projeto específico de uma empresa, porque as universidades, é claro, estão focadas em produzir conhecimento, e não a servir o setor privado. Mas, no fim, a pesquisa de base é importante porque produz coisas que são boas para a humanidade e vão virar parte da produção de massa no futuro.

No Brasil, sempre que se fala em aumentar investimentos públicos, existe o argumento de que há muita corrupção e estes recursos não estão sendo usados da melhor forma.

Sim, infelizmente, há corrupção. Primeiro, é preciso tentar diminuir a corrupção, que o eleitorado encontre um jeito de premiar os bons políticos. Enquanto isso, o investimento em educação precisa acontecer, mesmo que você considere a corrupção como um “custo” para fazer isso até que o Brasil atinja um ponto que consiga melhorar esse cenário. Mas é preciso haver um reconhecimento de que o Brasil não vai prosperar se

não investir na qualificação de seus jovens. A questão da educação pública é difícil na maior parte dos países. Mas não há nenhum país que tenha conseguido prosperar e ser bem-sucedido sem investir na educação das massas.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

**Deputados do PSL pedem criação de colégios militares em São Paulo
Frente parlamentar estuda como se dará implantação. Cada aluno de colégio militar custa três vezes mais do que quem estuda em escola pública regular**

Plínio Aguiar, do R7

Uma frente parlamentar será lançada, nesta sexta-feira (30), por deputados do PSL, partido de Jair Bolsonaro, pela criação de escolas militares no Estado de São Paulo.

O evento irá ocorrer, a partir das 18h30, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). De acordo com o deputado estadual Tenente Coimbra (PSL), a frente irá estudar a melhor forma de implementar o modelo no Estado e, em seguida, apresentá-lo aos municípios.

“Já temos excelentes exemplos em Goiás e em Brasília de escolas que mudaram não só o desempenho escolar como influenciaram na segurança de sua vizinhança, demonstrando minimamente que é um modelo de gestão eficaz e que faz diferença para as escolas brasileiras”, argumenta, sem apresentar dados.

Segundo o MEC (Ministério da Educação), enquanto a média do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) em colégios militares é 6,99, nos civis é 4,94.

Gastos

Cada aluno de colégio militar custa ao País três vezes mais do que quem estuda em escola pública regular. São R\$ 19 mil por estudante, por ano, gastos pelo Exército nas 13 escolas existentes – que têm piscinas, laboratórios de robótica e professores com salários que passam dos R\$ 10 mil.

O setor público investe, em média, R\$ 6 mil por estudante do ensino básico anualmente. Se todos os alunos de 11 a 17 anos estivessem matriculados em instituições militares, seriam necessários R\$ 320 bilhões por ano, o triplo do orçamento do MEC.

Brasil

Uma das ações previstas no Compromisso Nacional pela Educação Básica, apresentado no dia 11 de julho, é justamente a implantação de 108 escolas cívico-militares até 2023 – a pauta é defendida desde a campanha de Bolsonaro.

Neste ano, o MEC passou a contar inclusive com uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. A medida deve atender, aproximadamente, 112 mil estudantes. Ao todo, o governo pretende investir R\$ 40 milhões por ano.

MPF

O Ministério Público Federal (MPF) da Bahia determinou, no dia 27 de julho, que escolas públicas militarizadas não mais interfiram em corte de cabelo, cor de unhas e maquiagem de estudantes ou os impeçam de namorar e se manifestar politicamente. Para o órgão, as escolas têm visão “autoritária” e restringem a liberdade de expressão.

Escola Presidente Jair Bolsonaro

O presidente viajou, no dia 14 de agosto, ao Piauí pela primeira vez desde que foi eleito para participar da inauguração de uma escola militar batizada com o seu nome no município de Parnaíba.

A escola erguida pelo Serviço Social do Comércio (SESC) foi alvo de críticas de opositoristas no Piauí por ser batizada com o nome de uma autoridade viva. O nome será Escola Presidente Jair Messias Bolsonaro, segundo informou a assessoria de imprensa do Serviço no Estado.

De acordo com a lei 6.454, de 24 de outubro de 1977, “é proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta”. Por outro lado, o presidente do conselho regional do Sesc-PI, Valdeci Cavalcante, defende que o Sesc faz parte do setor privado, portanto não se enquadra na regra. “Como pessoa do direito privado, pode homenagear qualquer pessoa”, justificou.

Outro lado

Em nota, o deputado estadual Tenente Coimbra (PSL), presidente da frente parlamentar que estuda a criação de escolas militares, ressaltou que, ao informar que o aluno de colégio militar “custa três vezes mais do que quem estuda em escola pública regular”, o texto desconsidera afirmação nele já contida de que a intenção da Frente é justamente a de estudar a melhor forma de implementar o modelo no Estado, para, entre outras coisas, não onerar os cofres públicos.

O deputado Tenente Coimbra demonstra em seu mandato preocupação com o dinheiro do contribuinte, gastando mensalmente muito menos do que poderia, numa economia estimada em R\$ 2 milhões até o final da atual legislatura.

*Com informações da Agência Estado e Agência Brasil

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Reconstrução do Museu Nacional entra em nova fase

A reconstrução do Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, zona norte da cidade, entrou hoje (31) em uma nova fase. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) assinou junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Fundação Vale, um procolo de intenções para estabelecer um novo modelo de governança para o projeto Museu Nacional Vive, de reconstrução do espaço cultural, que antes do incêndio no dia 2 de setembro de 2018, era um dos maiores museus de história natural e antropologia das Américas.

O diretor do Museu Nacional, Alexander Kellner, disse que o novo modelo vai permitir um ambiente adequado de conformidade para atração de investimentos privados. "Certamente quando você traz transparência, consegue melhorar este processo. Nós teremos também mais agilidade. A sociedade quer o seu Museu Nacional de volta, as crianças querem o museu de volta. Cabe a nós fazer isso acontecer", contou.

O coordenador-geral de Planejamento e Orçamento das Instituições Federais de Ensino

do Ministério da Educação, Weber Gomes de Sousa, disse que, para o MEC, a reconstrução do Museu é uma ação prioritária do estado brasileiro. "Esta instituição que está representada nesse palácio ao nosso lado conta a história da nossa humanidade. A reação da comunidade interna após a trágica ocorrência mostra a importância que o Museu tem para o mundo, não só para o Brasil. O MEC enxerga como prioridade e tem atuado de forma ativa apoiando o Museu", informou, acrescentando, que o MEC já repassou do seu próprio orçamento mais de R\$ 16 milhões para o início da recuperação do Museu, como estabilização do prédio e a construção da cobertura.

Assinatura

A assinatura ocorreu em uma cerimônia dentro do que sobrou do Palácio São Cristóvão, sede do Museu Nacional, onde já foram realizadas obras de escoramento do prédio e de cobertura para garantir a qualidade do acervo que ficou em meio aos escombros. A reitora da UFRJ, Denise Pires de Carvalho, disse que a expectativa é de que entre o fim desse ano e o início do próximo comecem as obras da fachada do prédio e do telhado. Para 2022, ano do bicentenário da Independência, ela planeja a inauguração, de pelo menos, uma ala do novo Museu.

Recursos

Conforme o protocolo, a Fundação Vale vai liberar R\$ 50 milhões para emprego no novo modelo de governança para a reconstrução do museu. "O modelo de governança, sustentabilidade, velocidade para uma obra que é muito importante. Senhores, nós não podemos perder tempo. A sociedade nos cobra hoje transparência, velocidade e entrega", observou o diretor executivo de Relações Institucionais da Vale e presidente do Conselho de Curadores da Fundação Vale, Luiz Eduardo Osório.

O Museu conta ainda com R\$ 21 milhões referentes a um projeto com o BNDES para a reforma do espaço cultural. Negociado antes do incêndio, ele teve o escopo alterado para permitir que os recursos sejam aplicados na reconstrução. O superintendente de Gestão Pública e Socioambiental do BNDES, Júlio Costa Leite, que representou o banco na cerimônia, disse que o valor de R\$ 21 milhões foi mantido. "Não adianta a gente só reformar e construir, mas tem que pensar na sustentabilidade dos museus, como dialogam com a sociedade e o banco está desenvolvendo muitas coisas em relação a isso", revelou.

Os recursos do BNDES, de acordo com a reitora da UFRJ, foram liberados para a Associação dos Museus. "Assim que o projeto executivo da fachada ficar pronto vamos licitar as obras usando uma parte dos recursos de emendas de bancada e uma parte do BNDES", disse.

Bancada

Parlamentares da bancada federal do Rio de Janeiro estiveram presentes à cerimônia. Dois dias após o incêndio do Museu, em 2 de setembro de 2018, os deputados se comprometeram em destinar emendas impositivas no valor de R\$ 55 milhões, referentes ao estado do ano passado com liberação prevista em 2019.

O coordenador da bancada fluminense em Brasília, deputado Hugo Leal (PSD/RJ), que falou em nome dos seus colegas, disse que a decisão foi tomada, apesar das outras responsabilidades que a bancada tinha para a aplicação dos recursos, como a área de saúde. Mas diante da falta de recursos para cumprir o orçamento da União, houve um

contingenciamento linear de 21,65% no valor das emendas. Hugo Leal garantiu que ainda assim, a bancada permanece com o compromisso de apoiar a recuperação do Museu. "Cada um de nós é responsável por essa reconstrução também. A bancada do Rio de Janeiro não vai ceder em hipótese nenhuma e nem abrir mão de um espaço que seja para poder recompor a história do Brasil e parte da história da humanidade", disse.

A coordenadora de Cultura da Unesco, Isabel de Paula, destacou a importância do novo modelo de governança do Museu, que, segundo ela, é um patrimônio histórico e científico comprovado pela comunidade internacional. "Mais do que olhar para trás, agora é hora de olhar com muito entusiasmo para frente, porque temos aqui uma grande união de esforços", pontuou.

O documentário Resgates, produzido pela Coordenadoria de Comunicação Social da UFRJ, e exibido em primeira mão na cerimônia emocionou os presentes. O trabalho mostra depoimentos de técnicos que atuaram nas obras emergenciais do Museu Nacional. O documentário está disponível a partir do dia 19 de setembro, no link youtube.com/webtvufrj.

Do lado de fora do Museu, no pátio em frente, os visitantes da Quinta da Boa Vista podem, neste fim de semana, aproveitar o Festival Museu Nacional Vive. O público vai poder se divertir com oficinas, mostras e exposições abertas com entrada franca.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Nomeado por Bolsonaro, novo reitor da UFFS elogiou programas do PT

Cristão conservador, defensor da família e pastor batista. Assim se define nas redes sociais o professor Marcelo Recktenvald, escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) para ser o novo reitor da UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul), que abrange municípios do oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e noroeste do Rio Grande do Sul. A nomeação foi publicada sexta-feira no Diário Oficial da União. O novo reitor assume neste sábado.

Recktenvald foi o terceiro candidato mais votado na eleição para o cargo, resultado que o deixou fora do segundo turno, realizado em maio. Apesar de não ter sido o preferido da comunidade acadêmica, o professor integrava a lista tríplice enviada ao MEC (Ministério da Educação), por isso a escolha do presidente da República é legal. A indicação dos eleitos, porém, tinha se tornado a regra nas instituições federais nos últimos anos.

De perfil alinhado com o novo governo, como indicam postagens na internet favoráveis ao presidente da República e desqualificadoras da esquerda, Recktenvald recentemente comentou em seu perfil no Facebook a crise decorrente do aumento das queimadas e do desmatamento na Amazônia. Com ataques à "imprensa esquerdopata mundial", "ONGs hipócritas e interesseiras" e "governantes canhotos", reproduziu a retórica presidencial. "A Amazônia é só a cortina de fumaça. Só não vê quem não quer. Que Deus abençoe o nosso presidente!", escreveu.

No Twitter, sua conta ressoa influenciadores de direita, mas há um buraco na linha do tempo —todas as postagens de maio de 2012 a fevereiro deste ano foram aparentemente excluídas.

O engajamento pró-Bolsonaro e antiesquerda é recente, segundo colegas de universidade.

"O professor Marcelo mudou o tom do seu discurso apenas neste ano, mais precisamente próximo do início do nosso processo eleitoral na universidade. Anteriormente o discurso dele era muito diferente", diz o professor Anderson Alves Ribeiro, que ficou em primeiro na eleição para reitor. "O Marcelo inclusive foi pró-reitor de Assuntos Estudantis e posteriormente de Gestão de Pessoas, numa gestão que é classificada como de esquerda na universidade."

A produção acadêmica de Recktenvald reforça a reviravolta ideológica. Há um ano e meio, ele obteve o título de doutor em administração pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) com uma tese na qual valoriza políticas educacionais dos governos Lula e Dilma.

Com o título "Política de permanência em uma universidade pública popular: compreendendo os clamores de acadêmicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica", o trabalho analisa o processo de inclusão de estudantes de baixa renda oriundos do ensino público e a formulação de políticas de permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul.

O texto ressalta, por exemplo, que, com "o advento do governo social-desenvolvimentista decorrente da eleição de Lula à Presidência em 2002, o foco (do ensino superior) se deslocou para a oferta de vagas públicas", em oposição à expansão "centrada na demanda lucrativa dos interesses da iniciativa privada" durante o governo FHC.

Recktenvald elogiou o Pnaes (Programa Nacional da Assistência Estudantil), criado na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com objetivo de fornecer a alunos de baixa renda ajuda de custo, alimentação barata e auxílio-moradia, entre outros benefícios. Citando definição de outro autor, chamou o programa de "marco histórico na política de reconhecimento de direitos sociais em se tratando de educação superior".

O novo reitor da UFFS defendeu que o Pnaes precisava de ajustes para garantir não somente o acesso mas também a permanência dos estudantes na universidade. Nesse contexto, lamentou a redução do orçamento do programa após o impeachment de Dilma Rousseff. De R\$ 1,03 bilhão em 2016, o valor destinado às universidades caiu para R\$ 967 milhões no último ano do governo de Michel Temer (MDB) —em 2019, os recursos para assistência estudantil somam R\$ 1,07 bilhão e ficaram fora do corte global de 30,33% efetuado pelo MEC, de acordo com a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior).

"O tom neoliberal deste novo grupo de comando no governo não se preocupa adequadamente com a educação como um direito universal", afirmou Recktenvald sobre a administração Temer.

Em comentário sobre a política educacional implantada pelo sucessor da petista, afirmou que no período de Lula e Dilma "era possível compreender as intenções com a educação, especialmente com a educação pública".

E prosseguiu com críticas semelhantes às de opositores do atual governo: "Com uma nova coligação no poder, novas intenções se revelam, sobre as quais se instaura uma dinâmica de direita-volver, com ataques à universidade pública, patrocinados por interesses financeirizados do Banco Mundial, que possivelmente coloquem em xeque as políticas de acesso e permanência".

A tese de doutorado do reitor escolhido por Bolsonaro para comandar a UFFS ainda se atém à influência do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) em alunos contemplados no programa de assistência estudantil. As origens e histórias de vida de alguns deles são objeto de análise de Recktenvald, que constata a simpatia dos jovens pelo movimento.

"O simples envolvimento com o MST, a meu ver, não potencializa vulnerabilidades destes estudantes", afirma. Em seguida, reconhece potenciais benefícios da convivência com o MST: "o conhecimento que se desenvolve nos espaços de militância, seja neste ou em qualquer outro, pode ser riquíssimo para o crescimento cidadão destes estudantes".

Reitor eleito promete "reação democrática"

A nomeação de Marcelo Recktenvald foi recebida como afronta à democracia na UFFS, mas previsível segundo o vencedor da disputa. "Recebemos a notícia com certa surpresa, embora soubéssemos da possibilidade", diz Anderson Alves Ribeiro, até o início de agosto o diretor do campus de Erechim —a sede da universidade fica em Chapecó (SC), e também existem campi em Laranjeiras do Sul (PR), Realeza (PR), Cerro Largo (RS) e Passo Fundo (RS).

Ribeiro questiona a motivação da escolha do presidente Bolsonaro. "O processo de consulta e de composição da lista tríplice foi realizado dentro dos marcos legais, sem problemas judiciais, democrático e participativo. Não há motivo que desqualifique nosso processo e tampouco a nomeação do primeiro indicado na lista tríplice".

"Qual a motivação de não indicar o primeiro?", pergunta. "A lista não é apenas uma coleção de nomes, com um ordenamento qualquer, é uma ordem de indicação. O primeiro é o indicado pela comunidade universitária, no impedimento deste o segundo é nomeado e assim por diante".

"Na administração pública, diferente da esfera privada, os atos devem ser motivados e o gestor público deve, além de seguir a legislação, dar transparência e clareza aos seus atos", defende. Ribeiro afirma que a comunidade acadêmica deve reagir "por vias democráticas" e que não vai abandonar o programa de gestão que foi aprovado pela maioria da comunidade universitária.

Procurado, o reitor nomeado Marcelo Recktenvald não foi localizado. Segundo um funcionário da coordenação do curso de administração em Chapecó, onde o professor voltou a dar aulas recentemente, seu número de telefone não estava atualizado. Ele também não respondeu e-mail enviado pela reportagem

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Corrupção

A Operação Lava Jato, nem de longe, detém o monopólio da virtude

Diante do desmonte de órgãos de Estado promovido pelo atual governo, um membro da força-tarefa da LavaJato disse numa entrevista à GloboNews que aquele grupo apoiou Bolsonaro para evitar o fim da operação que, segundo ele, eu patrocinaria se ganhasse a eleição.

Antes de tudo, não custa lembrar que Sergio Moro, quando condenou Lula, apontou o ex-presidente como aquele que fortaleceu como poucos as instituições de combate à corrupção, como a Receita Federal, a Polícia Federal, o Coaf, a CGU, a PGR etc., hoje enfraquecidas com sua complacência.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernando-haddad/2019/08/corruptcao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

**Governo apresenta Orçamento que pode travar máquina pública em 2020
Primeiro projeto orçamentário de Bolsonaro prevê despesas com custeio e investimento no mínimo histórico em 2020**

Brasília

O primeiro Orçamento anual elaborado pela gestão Jair Bolsonaro pode levar à paralisação da máquina pública em 2020. Pela proposta enviada ao Congresso nesta sexta-feira (30), as despesas com custeio e investimentos no ano que vem devem ficar no patamar mínimo histórico.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/governo-apresenta-orcamento-que-pode-travar-maquina-publica-em-2020.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**EUA investigam gráfica que imprimiu Enem
Comissão que regula mercado americano, pede à matriz da R.R. Donnelley documentos que envolvem o MEC**

Brasília e Washington

A SEC, órgão que fiscaliza o mercado de capitais norte-americano, abriu investigação por supostas práticas ilícitas de representantes da gráfica que imprimia o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) que envolvem o MEC (Ministério da Educação).

A divisão da SEC encarregada das apurações, Unidade da Lei contra Práticas Corruptas Estrangeiras, enviou em abril deste ano intimação à R.R. Donnelley & Sons Company, responsável pela produção das provas de 2009 a 2018.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/eua-investigam-grafica-que-imprimiu-enem.shtml>

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

ORÇAMENTO

Governo terá menor patamar de investimento em uma década

O governo Jair Bolsonaro apresentou ontem seu primeiro Orçamento anual, que pode levar à paralisia da máquina pública em 2020. A proposta entregue ao Congresso Nacional prevê o menor patamar de despesas para custeio da máquina e investimentos da série histórica, iniciada em 2009. Os gastos obrigatórios vão consumir 94% do Orçamento no próximo ano. Os investimentos vão somar R\$ 19,3 bilhões, número que também é o mais baixo já registrado desde 2009, início da série, e representará apenas 1,3% do Orçamento. O montante —que poderia ser usado em obras de infraestrutura, compras de equipamentos ou reformas de prédios públicos, por exemplo —corresponde a menos da metade do que a Petrobras investiu no ano passado ou a apenas 35% do orçamento do Comperj, projeto que não foi concluído diante do escândalo de corrupção revelado na Lava-Jato.

Em 2020, o governo terá R\$ 69,8 bilhões para os gastos de custeio, que são classificados como não obrigatórios, mas englobam despesas com energia elétrica, água, terceirizados e materiais administrativos, além de bolsas de estudo e passaportes. Os chamados gastos discricionários (não obrigatórios), que incluem sobre as queixas dos ministros custeio e investimento, vão somar R\$ 89,1 bilhões. Mais da metade do Orçamento está comprometido com aposentadorias e funcionalismo. Em 2020, a despesa total do governo somará R\$ 1,479 trilhão. Desse valor, R\$ 682 bilhões (46%) serão destinados a aposentadorias do INSS, e R\$ 336 bilhões (22,7%) para a folha de ativos e inativos. O governo estima que precisará de ao menos R\$ 13 bilhões a mais para garantir a manutenção da máquina, tomando como referência o patamar deste ano, e promete anunciar medidas para liberar espaço no Orçamento. O rombo da Previdência crescerá quase R\$ 30 bilhões em 2020, já contando a reforma aprovada na Câmara. O déficit no regime geral, que paga as aposentadorias no setor privado, chegará a R\$ 244,2 bilhões no ano que vem. O do regime dos servidores federais será de R\$ 39,8 bilhões. Sem a presença do ministro da Economia, Paulo Guedes, a proposta foi entregue pelo secretário da Fazenda, Waldery Rodrigues, ao Senado. Integrantes da equipe econômica estimam que são necessários ao menos R\$ 100 bilhões de despesas não obrigatórias para que a máquina pública opere sem risco de apagão de serviços. —Algo abaixo de R\$ 100 bilhões causa muita dificuldade para a máquina pública — disse o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida. As restrições orçamentárias para o próximo ano estão relacionadas com o teto de gastos públicos. A regra prevê que as despesas não podem crescer acima da inflação do ano anterior. Com o incremento de gastos com aposentadorias e salários, o governo tem menos espaço para outros gastos. — O governo entende que essas medidas (para liberar espaço no Orçamento) serão detalhadas oportunamente, mas muito em breve. São medidas que têm, em diálogo com o Congresso, chance de aprovação. Não trabalhamos com cenário de shutdown (paralisação da máquina pública) — disse o secretário de Fazenda. O chamado shutdown ocorre quando o governo tem o funcionamento prejudicado e não consegue produzir serviços públicos para a sociedade. —O nosso Orçamento precisa ser reformatado, com flexibilização. Precisamos desobrigar, desvincular, desindexar. O Orçamento é muito rígido —disse Waldery.

A falta de margem no Orçamento deve se refletir na manutenção de programas e nas ações dos ministérios. Ministros como Sergio Moro (Justiça) e Abraham Weintraub (Educação) chegaram a pedir mais dinheiro para Guedes.

Antes da apresentação dos dados, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que os ministros estão reclamando da previsão de gastos. —Todos estão reclamando. Até eu estou

chorando. Falei para o Paulo Guedes, o meu ministério, eu adotei um ministério, adotei o da Defesa, mesmo eu adotando o da Defesa, está difícil, está apertando. Agora, é reflexo de irresponsabilidade do passado — disse Bolsonaro, na saída do Palácio da Alvorada. O Ministério da Justiça terá R\$ 3 bilhões em despesas não obrigatórias. Havia pedido R\$ 6,6 bilhões. Na Saúde, esta mesma categoria de gasto terá R\$ 18,2 bilhões. É dinheiro usado para o programa Farmácia Popular, por exemplo, já que a maior parte dos gastos da pasta é obrigatória. O governo garante que irá cumprir os mínimos constitucionais de gasto para Saúde e Educação. Segundo o Ministério da Economia, haverá um excedente de R\$ 900 milhões para a Saúde e de R\$ 4,9 bilhões a Educação. O Orçamento prevê que o salário mínimo será reajustado para R\$ 1.039, 4,1% a mais que os R\$ 998 atuais. O reajuste não traz ganho real para o trabalhador. Antes, a previsão era de salário de R\$ 1.040. A opção foi estabelecer apenas a inflação como parâmetro para corrigir o piso, o que ajuda a controlar as contas.

O governo revisou para baixo a projeção de crescimento da economia para 2,17%. A anterior era de 2,7%. A inflação deve ficar em 3,91%. O Orçamento prevê um rombo de R\$ 124 bilhões nas contas do governo em 2020, valor 10% menor que os R\$ 139 bilhões autorizados para 2019.

(Colaborou Daniel Gullino)

topo ↕

VEJA - SP - RADAR

Pânico na Academia

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, quer levar o CNPq, órgão de pesquisa hoje ligado à pasta de Ciência e Tecnologia, para o MEC e juntá-lo com a **Capes**. Entidades de pesquisa estão apavoradas.

topo ↕

ISTOÉ DINHEIRO - SP - A SEMANA

Paulo Guedes quer dar R\$ 500 bilhões a quem não sabe gastar

Na terça-feira 20, o ministro da Economia Paulo Guedes se reuniu com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e lideranças da Casa para anunciar um novo pacto federativo. Batizado de Plano de Fortalecimento Federativo (PFF), o projeto prevê repartir com estados e municípios recursos que hoje estão nas mãos da União. Entre eles, os repasses de royalties do petróleo que deverão chegar a R\$ 32 bilhões em oito anos.

Uma parte do leilão do pré-sal estimada em R\$ 10,9 bilhões também irá para estados e municípios. Outros R\$ 4 bilhões serão repassados para compensar os estados pela renúncia ao ICMS das importações implementado pela Lei Kandir.

O Fundeb, fundo de fomento à educação básica, também vai sofrer reformulação para que a transferência aumente. No total, estados e municípios receberão R\$ 500 bilhões a mais nos próximos quinze anos. Essa nova divisão do butim foi uma promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro, mas o pacote de bondades também tem como objetivo a aprovação da reforma da Previdência.

O temor, porém, é que o incremento de capital faça estados e municípios praticarem uma irresponsabilidade fiscal ainda maior. Dos 27 estados brasileiros, apenas quatro têm as contas em dia. Um quinto das 5.570 cidades brasileiras não presta informações contábeis e fiscais, obrigatórias por lei.

topo ↕

ISTOÉ - SP - A SEMANA

Quase desesperado

Um ministro

Com a iminência do calote nas bolsas de estudo e pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologia (CNPq), o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, se reuniu com o da Economia, Paulo Guedes. O astronauta afirmou que teria “basicamente implorado” ao guru financeiro do governo para que ele garantisse recursos emergenciais, mas que a situação não mudou muito. Dessa forma, é esperado que o CNPq atrase pagamentos a partir de setembro.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro estuda usar Sistema S para pagar bolsas de pesquisa

A transferência de todo aparato de fomento à pesquisa, hoje sob o CNPq e Capes, não está descartado

O governo Jair Bolsonaro (PSL) estuda uma medida para usar o Sistema S para pagar as bolsas de pesquisas, hoje sob risco de descontinuidade. Avalia-se desde repassar parte bolsas —mais ligadas, por exemplo, ao sistema produtivo—, ou até mesmo todo o aparato de fomento à pesquisa.

A política de financiamento federal a pesquisadores é, atualmente, de responsabilidade da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O primeiro órgão é ligado ao Ministério da Educação e o segundo, à pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Os planos em discussão no governo envolvem usar recursos hoje direcionados ao Sistema S para arcar com o pagamento de bolsas, inclusive para cobrir o déficit na área neste ano, segundo informações reservadas de integrantes do alto escalão dos ministérios da Ciência e da Educação. Neste ano, a iniciativa envolveria aporte de R\$ 819 milhões.

Esse valor é referente ao déficit de R\$ 300 milhões do CNPq em 2019 (que já anunciou que não tem dinheiro para pagar 84 mil bolsistas a partir do mês que vem) e ao orçamento bloqueado da **Capes** sobre o qual ainda não há definição. A **Capes** sofreu um congelamento neste ano de R\$ 819 milhões, mas já enxugou R\$ 300 milhões do orçamento previsto ao cortar 6.198 bolsas no ano, além de redimensionar o cronograma de programas.

O governo avalia encaminhar uma medida provisória para o Congresso Nacional para implementar as mudanças, o que aceleraria o trâmite legislativo. Não está descartado que o sistema S possa integrar o orçamento total para a pesquisa para os próximos anos, em valores em torno de R\$ 4 bilhões no ano, de acordo com conversas dos bastidores.

O Sistema S é composto por nove entidades ligadas à indústria, entre elas o Senai e Sesc. Seus recursos vêm da contribuição compulsória das empresas, de forma proporcional a seu faturamento, e, em 2018, atingiram R\$ 17,1 bilhões.

A possível mudança já preocupa integrantes da cúpula acadêmica do CNPq e **Capes**, segundo relatos ouvidos pela Folha sob condição de anonimato. O ato pode representar

um possível esvaziamento das duas agências.

Capes e **CNPq** contam com estruturas de interlocução com o sistema de pós-graduação das universidades, que respondem pela grande maioria da produção científica brasileira. A **Capes** ainda é responsável pela avaliação da pós-graduação no país, cujos indicadores orientam repasses. Questionadas pela reportagem, os dois órgãos não responderam à reportagem até a publicação desta reportagem.

Membros do governo, como o ministro da Economia, Paulo Guedes, têm feito desde o fim do ano passado acenos sobre cortes no orçamento do Sistema S ou novas destinações dos recursos. A Folha questionou a CNI (Confederação Nacional da Indústria) na tarde desta sexta-feira mas ainda não obteve retorno.

topo ↕

ARIQUEMES ONLINE - TEMPO REAL

IFRO é aprovado para oferta de Mestrado Profissional

IFRO é aprovado para oferta de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia foi aprovado para ofertar o Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, da Rede PROFNIT. A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** aprovou a inserção de novos polos seletivos no dia 23 de agosto de 2019. O curso Stricto Sensu será ofertado no Campus Porto Velho Zona Norte. Poderão participar da seleção, servidores docentes e técnico-administrativos do IFRO e público externo.

Este será o segundo curso de mestrado ofertado no IFRO, fortalecendo a Pós-Graduação Stricto Sensu na instituição e a verticalização dos cursos já ofertados, afirma o Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (Propesp), Gilmar Alves Lima Junior. “O curso será ofertado inicialmente somente no Campus Porto Velho Zona Norte, sendo dez vagas iniciais, quatro ofertadas para servidores e as demais demanda universal, incluindo a política institucional de cotas. No futuro, o planejamento é que este curso seja ofertado em outros campi, no interior do estado, acompanhado do aumento do número de vagas. A oferta do PROFNIT deverá impactar o ecossistema de inovação no estado de Rondônia, formando profissionais em uma área com escassez de profissionais: a Gestão da Inovação”, explica o gestor.

Segundo o Coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica, Márcio Miranda, o NIT do IFRO, alinhado ao aumento do número de pesquisas aplicadas, com desenvolvimento ou potencial para gerar propriedade intelectual industrial, produziu bons resultados nos últimos anos, o que favoreceu a candidatura do IFRO a ser um polo do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT). “A partir da seleção, através de envio de documentos ao edital e uma visita in loco da Comissão Central do Programa, com acesso a documentos e reuniões com gestores e parceiros externos, o IFRO é um dos mais novos polos de oferta do PROFNIT, conforme documento oficial da **CAPES** publicado no final do mês de agosto”, comenta.

Poderão participar da seleção, servidores do IFRO e população externa que possuam graduação em qualquer área do conhecimento. O Edital já pode ser conferido no seguinte link: <https://bit.ly/32hILPo>. As inscrições poderão ser realizadas a partir do dia

25 de setembro de 2019. “O primeiro processo seletivo ocorrerá em breve, através do Exame Nacional de Avaliação (ENA), com previsão de início das aulas em 2020, portanto, os interessados devem ficar atentos ao Portal do IFRO”, ressalta Gilmar Alves Lima Junior.

Comissão Avaliadora do Mestrado

Nos dias 25 e 26 de abril, o IFRO recebeu a Comissão Avaliadora do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, da Rede PROFNIT, composta pelas professoras Maria das Graças Ferraz, Analista em ciência e tecnologia sênior do Museu Paraense Emílio Goeldi/MCTI e Maria Hosana Conceição da Universidade de Brasília, que conheceram a infraestrutura do IFRO, o corpo docente da proposta, além de conhecer e conversar com instituições parceiras que demandam pela implantação do curso no estado. Para saber mais sobre o Mestrado acesse: <https://bit.ly/2dIvFqD>

topo ↕

CRUZEIRO DO SUL – SP - TEMPO REAL

Biblioteca da UFSCar tem cursos e exposição em setembro

Biblioteca do campus Sorocaba da UFSCar promove programação que reúne cursos, exibição de filmes e exposição

No mês de setembro, a biblioteca do campus Sorocaba (B-So) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) promove uma programação especial que reúne cursos, exibição de filmes e exposição.

Na próxima quarta-feira, dia 4, acontece treinamento para uso do Portal de Periódicos **Capes**, a partir das 16h30. No dia 13, a será apresentada a instalação de artes visuais “Impermanências”, de autoria de Ernesto Ferro, artista plástico, historiador e filósofo.

Em 26 de setembro, haverá o curso “Fontes de informação para pesquisa”, às 16h30. Completando a programação, a biblioteca promove o projeto BibMovie, com sessões de cinema ao longo do mês. Os filmes exibidos serão “A gente se vê ontem” (dia 3), “Buscando...” (dia 12), “Os filhos do padre” (dia 18) e “O insulto” (dia 25). Todos os filmes serão exibidos em três horários: às 12h, às 16h e às 19h. Todas as atividades acontecem são gratuitas. Mais informações em www.bso.ufscar.br. (Da Redação)

topo ↕

JORNAL DA USP - SP - GERAL

Pesquisadores temem colapso das agências de fomento à ciência no Brasil Com o CNPq à beira da falência e outros órgãos vitais da ciência nacional fortemente debilitados por falta de orçamento, lideranças da comunidade científica e acadêmica apelam ao Congresso para tentar salvar a pesquisa brasileira

A ciência brasileira nunca olhou para o calendário com tamanha apreensão. Setembro surge no horizonte acompanhado de um prognóstico tenebroso, que assombra a comunidade científica já há alguns anos: o colapso das agências de fomento federais — em especial, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Criado em 1951 — muito antes mesmo do ministério ao qual hoje ele está vinculado —, o CNPq é uma pedra fundamental do sistema de ciência e tecnologia no Brasil, responsável por apoiar o desenvolvimento de pesquisas científicas no País por meio de bolsas e financiamento de projetos. Difícil achar um bom cientista brasileiro, seja no

setor público ou privado, que não seja ou tenha sido apoiado pelo CNPq em algum momento da sua carreira.

Pois bem: após cinco anos de uma hemorragia orçamentária contínua, imposta por sucessivos cortes e contingenciamentos do governo federal, o CNPq está agora à beira da falência. Literalmente. O valor desembolsado pela agência com fomento (financiamento de projetos) encolheu 65% desde 2014, reduzindo-se a míseros R\$ 270 milhões em 2018, segundo um levantamento feito pelo professor Carlos Henrique de Brito Cruz (tabela e gráficos abaixo).

Já orçamento de fomento previsto para este ano, de R\$ 127 milhões, foi contingenciado pela metade; e a outra metade, que não foi congelada, já está praticamente esgotada. Resultado: chamadas canceladas, repasses atrasados, compromissos sustados, milhares de pesquisadores e laboratórios sem apoio para continuar suas pesquisas em todo o Brasil.

A situação das bolsas é ainda mais crítica. “Vamos pagar as bolsas de agosto normalmente; mas de setembro em diante não tem como pagar mais nada. A folha de agosto, essencialmente, zera o nosso orçamento”, disse ao Jornal da USP o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, no início deste mês.

O último pagamento será depositado em 6 de setembro. Dali para a frente, o órgão precisa de R\$ 330 milhões em crédito suplementar para continuar pagando seus bolsistas até o fim do ano. E isso não é novidade. Pelo contrário, já é algo sabido desde o fim do ano passado, quando da aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2019, e que vem sendo alardeado pela imprensa, pelo próprio CNPq e pela comunidade científica deste o início deste ano.

Faltando poucos dias para essa falência anunciada, porém, não há dinheiro em caixa para tapar o buraco. Apenas promessas, conquistadas graças a uma forte mobilização da sociedade.

O Congresso Nacional foi inundado nas últimas semanas por uma enxurrada de cartas e manifestos em defesa do CNPq, assinadas por diversas entidades de representação da comunidade científica e acadêmica. Uma petição online lançada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em 13 de agosto, e apoiada por mais de 100 entidades, já recebeu mais de 900 mil assinaturas.

“Este fato, se concretizado, colocará milhares de estudantes de pós-graduação e de iniciação científica, no País e no exterior, em situação crítica para sua manutenção e para o prosseguimento de seus estudos, além de suspender as bolsas de pesquisadores altamente qualificados em todas as áreas do conhecimento”, diz o manifesto, que pede uma recomposição imediata do orçamento da agência.

Uma cópia impressa da petição, com mais de 300 mil assinaturas, foi entregue em mãos ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, no dia 28. Lideranças da ciência e da academia passaram o dia conversando com lideranças políticas do Parlamento e do Poder Executivo, e saíram de lá com compromissos expressos de Maia, da deputada Joice Hasselmann (líder do governo no Congresso) e do ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, de que os R\$ 330 milhões seriam liberados e o

problema seria resolvido até este sábado, 31 de agosto.

A mobilização da comunidade científica foi muito importante. Houve muita pressão da sociedade, o que sensibilizou os parlamentares”, disse ao Jornal da USP o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich, que participou das reuniões.

“Tudo que é possível fazer, estamos fazendo”, disse o presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira. “Conquistamos esses compromissos”, comemora ele. “Mas só acredito mesmo quando ver o recurso depositado.”

Se o dinheiro não vier, são 84 mil pessoas — um Maracanã lotado — que ficarão desamparadas desse recurso da noite para o dia. Entre elas, mais de 15 mil alunos de pós-graduação, que muitas vezes têm nessa bolsa sua única fonte de renda (pois são proibidos de exercer trabalho remunerado durante a sua vigência), e mais de 40 mil alunos de graduação, que recebem R\$ 400 por mês para apoiar sua participação em atividades de pesquisa (as chamadas “bolsas de iniciação científica”). O valor é pequeno, mas o impacto na vida desses jovens — e no futuro das suas carreiras científicas — é enorme.

Cerca de um terço dos trabalhos científicos publicados por pesquisadores brasileiros têm ao menos um bolsista do CNPq entre os seus autores, segundo um levantamento publicado no jornal Folha de S. Paulo. O ministro da Economia, Paulo Guedes, inclusive, estudou na Universidade de Chicago com bolsa do CNPq, na década de 1970.

Sem dinheiro para financiar projetos ou pagar bolsas, o CNPq, na prática, deixaria de existir, com impactos devastadores sobre o funcionamento da ciência nacional. “O CNPq é muito mais do que só um pagador de bolsas”, diz Davidovich.

E isso é apenas a ponta do iceberg. A eventual liberação dos R\$ 330 milhões garante uma sobrevivência ao CNPq, mas não tira o órgão — muito menos a ciência brasileira — da UTI. O problema crônico maior, que se agrava a cada ano desde 2014, é a redução orçamentária do CNPq e das outras agências de fomento à pesquisa, tanto na esfera federal quanto nas estaduais.

“Não adianta ter bolsas se os laboratórios estão paralisados”, resume Moreira, da SBPC. Mais do que tapar buracos emergenciais, diz ele, é preciso se engajar desde já nas negociações do orçamento de 2020 do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que foi drasticamente reduzido nos últimos anos. “Essa é a questão crítica.”

No caso da Finep, o valor desembolsado para fomento à pesquisa em instituições de ciência, tecnologia e inovação (as chamadas ICTs, que incluem universidades e institutos de pesquisa) caiu mais de 60% em relação aos valores de 2010 a 2013, segundo Brito Cruz. Os valores destinados a start-ups e apoio à inovação em empresas também caíram.

Desvio de finalidade

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que é gerido pela Finep e deveria constituir uma das principais fontes de recursos para pesquisa no País, foi drasticamente contingenciado nos últimos anos pelo governo

federal — privando a ciência brasileira de bilhões de reais que, por lei, deveriam ser destinados a ela de forma integral.

“Consideramos isso uma ação ilegal, de desvio de finalidade do fundo”, afirma Moreira. O contingenciamento, este ano, é de 90% — dos R\$ 6 bilhões previstos de arrecadação, a Finep está autorizada a gastar só R\$ 600 milhões.

“A despeito de seu papel histórico para o desenvolvimento do Brasil, a Finep e o FNDCT passam por uma das maiores provações de sua trajetória, diante do desmonte do sistema de fomento e drástico contingenciamento de seus recursos. Pior que isso, a ameaça ao funcionamento da Finep, seja pela sua paralisia ou mesmo fusão com outros órgãos do governo, vem sendo persistentemente veiculada nos últimos tempos”, diz um manifesto de sete ex-presidentes da agência, divulgado em 23 de agosto.

Fusão x extinção

A possibilidade de uma fusão de agências preocupa a comunidade científica. Nos bastidores do governo, fala-se numa possível fusão da Finep com o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES); ou do CNPq com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Ministério da Educação (MEC); ou até num combo CNPq-Capes-Finep. Além das diferentes funções exercidas por cada agência, teme-se que a fusão enfraqueça ainda mais a governança, a importância e o orçamento de todas elas.

O ministro do MCTIC, Marcos Pontes, reconheceu em uma reunião com representantes do Fórum de C&T no dia 19 que a fusão CNPq-Capes está sendo contemplada pelo governo, segundo reportagem do blog Direto da Ciência.

A fusão significaria uma extinção do CNPq”, avalia Moreira. “Talvez esse estrangulamento orçamentário do CNPq esteja relacionado a essa ideia, como uma forma de justificar a mudança.”

Ex-presidentes da Finep pensam de forma semelhante: “A extinção da Finep representaria um dano irreversível na capacidade nacional de formulação e implementação de políticas públicas de geração de conhecimento e financiamento à inovação”, diz o manifesto.

Na **Capes**, por enquanto, os impactos foram mais leves do que na Finep e no CNPq, segundo Brito, com um encolhimento de aproximadamente 10% nos dispêndios de 2018, quando comparados a 2014.

Enquanto isso, nos Estados...

A situação se agrava nas esferas estaduais com a crise das Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs), cujos orçamentos são atrelados à arrecadação tributária de seus respectivos Estados. Quando a economia vai mal, a arrecadação cai e o orçamento das FAPs encolhe na mesma proporção — em muitos casos até mais, pois, com exceção da Fapesp em São Paulo, quase nenhum Estado repassa seus recursos às fundações como deveria. Assim, a dependência de verbas federais aumenta, e cientistas Brasil afora não têm mais para onde correr. A não ser, talvez, para o exterior.

O sistema tem uma inércia que lhe garante uma certa sobrevivência em períodos de crise.

Assim como um carro em movimento não para imediatamente quando acaba seu combustível, muitos laboratórios seguem funcionando — ainda que precariamente —, consumindo reservas, fazendo parcerias e garimpando algum dinheirinho novo aqui e ali.

“Em função dos drásticos cortes orçamentários para a Ciência, Tecnologia e Inovação, já se observa uma expressiva evasão de estudantes, o sucateamento e o esvaziamento de laboratórios de pesquisa, uma procura menor pelos cursos de pós-graduação e a perda de talentos para o exterior. Este quadro se acelerará dramaticamente com a suspensão do pagamento das bolsas do CNPq”, diz a petição da SBPC que foi entregue aos parlamentares.

topo ↕

NSC TOTAL - RS - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro estuda usar Sistema S para pagar bolsas de pesquisa

Método é composto por nove entidades ligadas à indústria, entre elas Senai e Sesc

O governo Jair Bolsonaro (PSL) estuda uma medida para usar o Sistema S para pagar as bolsas de pesquisas, hoje sob risco de descontinuidade. Avalia-se desde repassar parte das bolsas — mais ligadas, por exemplo, ao sistema produtivo —, ou até mesmo todo o aparato de fomento à pesquisa.

A política de financiamento federal a pesquisadores é, atualmente, de responsabilidade da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O primeiro órgão é ligado ao Ministério da Educação e o segundo, à pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Os planos em discussão no governo envolvem usar recursos hoje direcionados ao Sistema S para arcar com o pagamento de bolsas, inclusive para cobrir o déficit na área neste ano, segundo informações reservadas de integrantes do alto escalão dos ministérios da Ciência e da Educação. Neste ano, a iniciativa envolveria aporte de R\$ 819 milhões.

Esse valor é referente ao déficit de R\$ 330 milhões do CNPq em 2019 (que já anunciou que não tem dinheiro para pagar 84 mil bolsistas a partir do mês que vem) e ao orçamento bloqueado da **Capes** sobre o qual ainda não há definição. A **Capes** sofreu um congelamento neste ano de R\$ 819 milhões, mas já enxugou R\$ 300 milhões do orçamento previsto ao cortar 6.198 bolsas no ano, além de redimensionar o cronograma de programas.

O governo avalia encaminhar uma medida provisória para o Congresso Nacional para implementar as mudanças, o que aceleraria o trâmite legislativo. Não está descartado que o sistema S possa integrar o orçamento total para a pesquisa para os próximos anos, em valores em torno de R\$ 4 bilhões no ano, de acordo com conversas dos bastidores.

O Sistema S é composto por nove entidades ligadas à indústria, entre elas o Senai e Sesc. Seus recursos vêm da contribuição compulsória das empresas, de forma proporcional a seu faturamento, e, em 2018, atingiram R\$ 17,1 bilhões.

A possível mudança já preocupa integrantes da cúpula acadêmica do CNPq e **Capes**, segundo relatos ouvidos sob condição de anonimato. O ato pode representar um

possível esvaziamento das duas agências.

Capes e **CNPq** contam com estruturas de interlocução com o sistema de pós-graduação das universidades, que respondem pela grande maioria da produção científica brasileira. A **Capes** ainda é responsável pela avaliação da pós-graduação no país, cujos indicadores orientam repasses. Os dois órgãos não responderam à reportagem até a publicação desta reportagem.

O **CNPq** informou que segue "na expectativa de uma definição sobre a suplementação orçamentária", mas não comentou sobre os planos envolvendo o Sistema S. A **Capes** não respondeu à reportagem até a publicação deste texto.

Membros do governo, como o ministro da Economia, Paulo Guedes, têm feito desde o fim do ano passado acenos sobre cortes no orçamento do Sistema S ou novas destinações dos recursos. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também não retornou até a publicação desta matéria.

topo ↕

PORTAL FATOR BRASIL - TEMPO REAL

Repsol Sinopec Brasil, Ouro Negro e PUC-Rio ampliam parceria tecnológica

Novo projeto visa desenvolvimento de ferramenta de perfilagem através da coluna de produção para avaliação da integridade do cimento de poços (logging through tubing). Solução poderá ser incorporada ao Wellrobot®, projeto tripartite de robô modular autônomo para inspeção e atuação em poços. Essas tecnologias vão gerar dados importantes para subsidiar a indústria de óleo e gás nas operações de plugueamento e abandono (P&A).

Rio de Janeiro — Acreditando no modelo de inovação aberta na cadeia produtiva de óleo e gás como a forma de gerar soluções otimizadas que contribuam para a sustentabilidade das operações dessa indústria, a Repsol Sinopec Brasil, a Ouro Negro e o Departamento de Engenharia Mecânica do Centro Técnico Científico da PUC-Rio (CTC/PUC-Rio) ampliam a parceria tecnológica firmada no primeiro semestre. O novo acordo tecnológico prevê o desenvolvimento de uma ferramenta de perfilagem (TTilt), inserida dentro da coluna de produção (logging through tubing), para avaliação da qualidade do cimento em poços revestidos.

“A proposta é ter uma ferramenta que possibilite detectar anomalias do cimento na camada adjacente e não apenas na camada mais próxima à ferramenta, como ocorre com as soluções disponíveis no mercado, evitando assim a remoção da coluna de produção para realizar essa operação”, explica Tâmara García, Gerente de Pesquisa e Inovação da Repsol Sinopec Brasil. Em uma visão mais simplista, enquanto a tecnologia atual permite que se ‘enxergue’ a integridade do cimento apenas quando este se encontra mais próximo à ferramenta, a solução que será desenvolvida pelos três parceiros possibilitará ter uma ‘visão’ mais potente, indo além de uma única parede. “O potencial é enorme, tanto no abandono quanto nas intervenções de poços”, complementa.

De acordo com o CEO da Ouro Negro, Eduardo Costa, a ideia é que o TTilt seja futuramente incorporado ao Wellrobot®, tornando ainda mais autônomo o sistema. A necessidade de realizar intervenções no poço será reduzida, com todos os custos e impactos que essas operações acarretam. Isso porque o robô fica permanentemente instalado no poço, analisando e, repassando os dados continuamente para o toposide do

FPSO, para um ROV ou mesmo para um AUV que esteja passando pela região para coletar dados”, explica o executivo. “O TTilt já seria extremamente disruptivo. Sua incorporação ao Wellrobot® e todas essas outras possibilidades levariam essa disrupção a um patamar hoje inimaginável, mas perfeitamente possível”, complementa Tamara Garcia.

O professor Arthur Braga, do Departamento de Engenharia mecânica do CTC/PUC-Rio, que conduz essa parceria pela universidade, observa que as operações de tamponamento e abandono (P&A) apresentam enormes desafios técnicos e econômicos para a indústria de óleo e gás. “Para ser permanentemente abandonado, o poço deve ser vedado hidraulicamente de forma a isolar o reservatório e outras formações portadoras de fluido, evitando vazamentos para o seu entorno e potenciais desastres ambientais de larga escala”, explica. “Daí a importância em desenvolver tecnologias para avaliar a integridade do cimento e sua capacidade de vedação”, conclui.

A parceria tripartite é vista como estratégica pela Repsol Sinopec. “O exemplo recente de outras indústrias mostrou que a colaboração entre universidades e empresas de tecnologia trazem resultados mais impactantes. Nesse contexto, a Repsol Sinopec Brasil vem buscando o desenvolvimento de tecnologias desde conceitos fundamentais até a sua aplicação em campo, de modo a atingir inovações realmente disruptivas, que tanto precisamos para nossa indústria”, finaliza Tâmara García, Gerente de Pesquisa e Inovação da Repsol Sinopec Brasil.

A Repsol Sinopec Brasil S/A – A Companhia brasileira atua no seguimento de exploração e produção de petróleo e gás e é parte do Grupo Repsol. Ocupa posição estratégica nas áreas de maior potencial do pré-sal brasileiro com atividades nas Bacias de Santos e Campos. Sua carteira de ativos inclui três campos produtivos, Albacora Leste, Sapinhoá e Lapa, e blocos exploratórios de grande potencial. Nos últimos três anos, a Repsol Sinopec investiu R\$ 80 milhões em projetos de PD&I no Brasil. | www.repsolsinopec.com.br

A Ouro Negro – Empresa de tecnologia com foco no desenvolvimento de soluções inovadoras para as atividades de E&P da indústria de óleo e gás, a Ouro Negro disponibiliza soluções de monitoramento da integridade de equipamentos e estruturas, sistemas integrados de completação inteligente de poços, engenharia submarina, soluções baseadas no uso de laser de alta potência, sistemas robóticos para inspeção e operação em poços e subsea e inteligência computacional para a gestão da integridade de ativos. | www.ouronegro.com.br

O Centro Técnico Científico da PUC-Rio (CTC/PUC-Rio) — O CTC/PUC-Rio é um dos quatro Centros da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), agregando cerca de 5 mil alunos, 140 laboratórios de ponta e aproximadamente 300 professores, a maioria de tempo integral e com doutorado no exterior. Ele engloba dez cursos de graduação em Engenharia, Sistemas de Informação, Ciência da Computação, e os bacharelados em Química, Matemática e Física. Na pós-graduação, além dos tradicionais mestrados e doutorados acadêmicos, o CTC oferece ainda o Mestrado em Metrologia, Qualidade, Inovação e Sustentabilidade (Pós MQI) e os Mestrados Profissionais em Engenharia Urbana e Ambiental e o de Logística. De acordo com os resultados da última avaliação **CAPES** (2013-2016), dos 12 programas do CTC avaliados, cinco conquistaram nota máxima e outros três ficaram apenas um ponto

abaixo, confirmando a PUC-Rio como referência de qualidade de ensino no Brasil e no exterior. Ciência, tecnologia e inovação estão presentes no dia a dia de todas as atividades do CTC, que tem como meta principal oferecer à sociedade brasileira formação de excelência em recursos humanos, além de pesquisas e soluções de nível internacional, equiparando-se às melhores universidades do mundo. | www.ctc.puc-rio.br

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Ufes suspende mais de 220 bolsas de iniciação científica oferecidas em edital De acordo com o Departamento de Pesquisa da universidade, a medida foi tomada devido à restrições orçamentárias

A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) informou, nesta sexta-feira (30), que as 225 bolsas de Iniciação Científica (referentes ao Edital PIIC/PRPPG/UFES 2019-2020) foram suspensas. De acordo com o Departamento de Pesquisa, a medida foi tomada devido a restrições orçamentárias.

Dos estudantes selecionados por esse edital, os 108 mais bem colocados passarão a receber o fomento com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes). Os demais deverão aguardar a possível liberação dos recursos financeiros contingenciados.

O Departamento de Pesquisa informou também que o Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC) da Ufes será mantido mesmo com as limitações orçamentárias. Além de projetos com estudantes bolsistas de iniciação científica (Bolsas Ufes, CNPQ e Fapes), o PIIC conta também com projetos de pesquisa envolvendo estudantes selecionados pelo Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC).

topo ↕

REVISTA GALILEU - TEMPO REAL

Futuro do mercado de trabalho depende de investimentos na ciência Especialistas afirmam que a produção de pesquisas e o desenvolvimento de inovações são essenciais para gerar novas tecnologias e profissões ainda inexistentes

Até o ano de 2030, 50% dos empregos que você conhece hoje deixarão de existir. O dado é de um levantamento Futuro do Trabalho 2018 do Fórum Econômico Mundial. E para que a humanidade possa preencher com eficiência os novos postos de trabalho, é preciso investir em ciência e tecnologia, conforme indicaram pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), nos Estados Unidos.

Durante a conferência The Future of Work, realizado em São Paulo na última quinta-feira (29 de agosto) e organizado pelo MIT Sloan para a América Latina, os especialistas indicaram que a Inteligência Artificial (IA) e o Aprendizado de Máquinas serão algumas das tecnologias que vão demandar novos profissionais nas próximas décadas.

“Invenção não é o suficiente para a inovação, que basicamente trata-se de uma ideia nova. A ciência é a base para a inovação”, disse Ezequiel Zylberberg, pesquisador do MIT e coautor do estudo Innovation in Brazil: Advancing Development in the 21st Century (Inovação no Brasil: Avançando o Desenvolvimento no Século 21, em tradução livre). A pesquisa, que foi publicada em inglês, será disponibilizada em português até o

final deste ano.

Na visão dele, o Brasil passa por um momento crítico devido ao corte de bolsas científicas anunciado pelo governo federal. Zylberberg acredita que instituições como a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) são importantes para formar e treinar pesquisadores, que podem gerar a base para a cadeia de inovações no Brasil.

“O que está acontecendo com a comunidade científica, de sofrer corte de verbas dos estudantes, pode gerar um cenário catastrófico para o país”, ele declarou. “A ciência e a tecnologia são ferramentas para gerar novas indústrias, o que gera empregos e cria trabalho para o futuro.”

Trabalho com robôs

Para o holandês Gijs van Delft, diretor do Page Group Brasil, empresa de recrutamento, os robôs serão essenciais para o futuro do trabalho. Entretanto, ele acredita que nunca irão substituir 100% a necessidade de trabalhadores, pois as máquinas não possuem potencial de discernimento como os humanos. “Não podemos tratar com medo as profissões que não existem ainda”, ele comentou. “O fator humano é chave para promover a diversidade nas empresas e serão necessários postos de lideranças para gerenciar a atuação de pessoas e das máquinas.”

Roberto Rigobon, professor de economia aplicada do MIT Sloan, acredita que as áreas de STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática) contribuirão significativamente com melhorias e novas criações para o mercado de trabalho. Ele considera que, no futuro, não haverá competição entre tecnologia e pessoas, mas sim a colaboração do conhecimento humano e o processamento das máquinas.

Rigobon ainda sugeriu que cada vez mais as empresas vão precisar considerar o que ele chama de E.P.O.C.H.: sigla para os termos em inglês que significam "Ética; Presença e Contato Humano; Abertura e Empatia; Criatividade e Imaginação; e Esperança". “Vamos precisar de STEM para programar as máquinas, mas os dados podem cometer erros. O E.P.O.C.H. será complementar a Inteligência Artificial para tornar o trabalho mais rico”, afirmou.

topo 

UERGS - TEMPO REAL

Palestra sobre interação entre universidade e indústria de alimentos marca abertura do Mestrado da Uergs em Encantado

A Uergs realizou na noite desta sexta-feira (30) a aula inaugural do Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos. O curso é ofertado na unidade em Encantado, na Região do Vale do Taquari, reconhecida pela produção e processamento de alimentos no estado. A aula foi ministrada pelo professor Eduardo Tondo, do Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos da Ufrgs, que falou sobre a interação entre universidade e indústrias para o controle microbiológico de alimentos. O evento ocorreu no auditório da prefeitura Municipal e reuniu a comunidade universitária e autoridades da Uergs e do município.

Este é o terceiro Mestrado aberto na Uergs. Com uma proposta multidisciplinar, voltada a profissionais de diversas áreas que atuam na cadeia produtiva de alimentos, este curso

de pós-graduação pretende inovar e disseminar soluções tecnológicas para o setor. São duas linhas de pesquisa: Desenvolvimento e inovação de produtos e processos na indústria de alimentos; e Gestão da Qualidade dos Alimentos. O curso é coordenado pelo professor Voltaire Santana.

Ao dar as boas-vindas aos mestrandos e ao público presente na aula inaugural, Voltaire agradeceu ao apoiadores pela contribuição para que esse mestrado fosse ofertado na Unidade em Encantado.

O presidente da Câmara de Vereadores, Luciano Moreto, salientou que é a primeira vez que Encantado sedia um curso de mestrado. "Iniciar hoje um curso de mestrado nos deixa extremamente felizes e orgulhosos. Não há caminho para levar o nosso país para o lugar que ele merece se não for pela educação", disse.

Representando o prefeito municipal, o secretário de Agricultura, Roberto Preto, que cursou uma especialização na Uergs, disse que a Prefeitura estará sempre a disposição da Universidade.

O reitor, Leonardo Beroldt, citou o empenho da gestão anterior para a aprovação dos mestrados que receberam parecer positivo da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** do MEC, em 2018. "Num período em que a **CAPES** aprovou menos de 10% das propostas apresentadas pelas universidades de todo o país, a Uergs aprovou três mestrados, ressaltou.

Beroldt falou sobre a importância dos programas de pós-graduação para as universidades. "Uma universidade só é universidade e se diferencia das outras instituições de Ensino Superior porque tem a capacidade de produzir conhecimento novos e numa universidade nós só conseguimos produzir novos conhecimentos através dos programas de pós-graduação. Portanto é por isso que é tão importante investir tanto na pós-graduação, porque isso é vital para uma universidade", ressaltou. O "programas de pós-graduação vêm reforçar a graduação", acrescentou.

Tondo é doutor em Ciências e mestre em Microbiologia Agrícola e do Ambiente e professor titular do Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos da UFRGS. Tem inserção nacional e internacional em projetos de pesquisa e assessorias em empresas de alimentos e alimentação animal.

Na palestra, o pesquisador discorreu sobre as dificuldades e benefícios na interação entre universidades e indústrias. De acordo com Tondo, o primeiro passo para essa interação é transpor a barreira e conhecer as dificuldades de cada segmento. Ele também trouxe exemplos de projetos de pesquisa desenvolvidos no ICTA/UFRGS e apresentou cases de pesquisas desenvolvidas por meio de parcerias entre o Instituto e as indústrias alimentícias.

O evento que marcou a abertura do curso contou com a presença do reitor da Uergs, Leonardo Beroldt; do prefeito de Encantado, Adroaldo Gonzatti; do presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Luciano Moresco; do pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Uergs, Rafael Haag; e da diretora do Campus Regional 2 da Uergs, Fernanda Stalliviere.

O processo seletivo para o Mestrado em Ciência e Tecnologia de alimentos ocorre uma vez por ano.

Na segunda-feira (2) ocorrerá a aula inaugural do Mestrado Profissional em Docência para Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemática, ofertado na Unidade em Guaíba.

topo ↕

24 HORAS NEWS - TEMPO REAL

Governo estuda reduzir salários e congelar progressões de servidores As medidas integram conjunto de ações para diminuir despesas obrigatórias em 2020, estimadas em 94% do orçamento

Preocupada com o comprometimento das receitas referentes à folha de pessoal, que não para de crescer, a equipe econômica do governo Bolsonaro estuda medidas a fim de evitar colapso nas contas públicas e paralisia do Estado. Entre as propostas colocadas na mesa, duas atingem diretamente os servidores públicos federais: redução da jornada e dos salários e o congelamento das progressões nas carreiras. A ideia é economizar pelo menos R\$ 10 bilhões.

Nessa sexta-feira (30/08/2019), ao explicar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2020 enviado ao Congresso Nacional, o secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, afirmou que a peça não contempla a abertura de vagas novas em concursos nem reajustes salariais ao funcionalismo público. De acordo com o gestor, valerão apenas os já autorizados neste ano.

Para reduzir expediente e salários, integrantes do Ministério da Economia propuseram ao ministro Paulo Guedes o envio ao Congresso Nacional de proposta de emenda à Constituição (PEC), estabelecendo gatilho para que as medidas pudessem ser adotadas. A proposição daria embasamento jurídico necessário, tendo em vista que recentemente o Supremo Tribunal Federal (STF) tratou do assunto e considerou as reduções inconstitucionais, embora estejam previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em caso de excesso de gasto com pessoal.

O congelamento das progressões de servidores públicos nas carreiras é outra alternativa para economizar recursos em 2020. De acordo com o tempo de serviço, os servidores avançam na carreira e ganham aumentos salariais. Na carreira de auditor-fiscal da Receita Federal, por exemplo, o funcionário começa, atualmente, ganhando R\$ 21 mil mensais e vai progredindo com os anos, até chegar à remuneração de R\$ 27,3 mil mensais.

A intenção do governo é congelar as progressões que seriam canceladas no ano que vem como medida emergencial para poupar recursos. Mesmo sem reajustes para o funcionalismo, o gasto com pessoal é um dos que mais crescem, ao lado dos benefícios previdenciários.

A maior parte das ações que estão sendo elaboradas pelo governo deve ser encaminhada via medida provisória, que tem vigência imediata. Uma reunião foi realizada na quarta-feira (28/08/2019) no Palácio do Planalto com o objetivo de tentar definir estratégias adicionais para fechar as contas do ano que vem. Além da economia já atingida, a equipe segue em busca de saídas a fim de conseguir mais cerca de R\$ 15 bilhões para as chamadas despesas discricionárias, que incluem o custeio da máquina.

A mira da equipe econômica está centrada nas despesas obrigatórias, isso porque o maior obstáculo hoje é o teto de gastos, que vai crescer só 3,37% em 2020. Medidas pelo lado da receita reduzem o déficit, mas não resolvem o problema da despesa porque, mesmo com arrecadação maior, existe a trava do teto.

Orçamento

A proposta de Lei Orçamentária Anual do governo federal para 2020 registra uma redução na previsão do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,7% (como constava na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO) para 2,17%. O governo também estimou no projeto que o déficit primário para 2020 seja de R\$ 124,1 bilhões, um pouco inferior ao estimado para este ano, de R\$ 139 bilhões, mas ainda assim um valor elevadíssimo – no sétimo ano consecutivo de rombo.

Na peça, o governo federal previu um valor de R\$ 89,2 bilhões para as “despesas discricionárias”, que englobam gastos com energia elétrica, água, terceirizados e materiais administrativos, além de investimentos em infraestrutura, na área de ciência e pesquisa (como bolsas de estudo) e para serviços básicos, como emissão de passaportes, por exemplo.

A estimativa de técnicos e de ministros de outras áreas é de que qualquer valor abaixo de R\$ 100 bilhões ao ano coloca a administração em risco de paralisia ou encolhimento com cortes profundos de atendimento em serviços básicos.

Mínimo sem aumento real

O salário mínimo para 2020 será de R\$ 1.039, segundo a proposta. O valor foi calculado com base no valor deste ano (R\$ 998), corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O secretário de Fazenda, Waldery Rodrigues, já havia falado que o salário mínimo ficaria acima de R\$ 1 mil no ano que vem. “Nós não temos no PLOA uma política de salários mínimos. Tem até o prazo de dezembro para ser apresentado pelo governo”, explicou.

Previdência Social

A pressa do governo federal em aprovar a reforma da Previdência é devida ao rombo do sistema nos cofres públicos. Para o ano que vem, a previsão do déficit previdenciário é de R\$ 244,2 bilhões. Na última avaliação do Executivo, o número estava em R\$ 215,9 bilhões.

As despesas com as aposentadorias do país estão previstas em R\$ 682,6 milhões para 2020. O valor está acima do que foi estimado na LOA para 2019, que previu R\$ 637,8 milhões. (Com informações de Agência Estado e O Globo)

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Não escrevi, mas li e deixei passar, diz ministro sobre paralisação com z Abraham Weintraub disse no Twitter que erros acontecem. Estado mostrou que, em ofício a Paulo Guedes, palavra foi escrita de forma errada duas vezes

SÃO PAULO - O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse nesta sexta-feira, 30, pelo Twitter que "erros acontecem". Ele se referia a uma matéria do Estado que mostrou dois erros em um ofício assinado por ele e encaminhado ao ministro da Economia, Paulo Guedes, onde a palavra paralisação foi escrita com a letra z. "Minha responsabilidade. Não escrevi, mas li e deixei passar (...). Erros acontecem."

No documento, Weintraub alerta que os recursos previstos para o ministério em 2020 são insuficientes para a prestação de serviços públicos, como a compra de livros escolares, e podem levar à interrupção das atividades em universidades públicas.

O ministro pediu aumento de R\$ 9,8 bilhões em verbas previstas para as chamadas despesas discricionárias (aquelas que não são obrigatórias, como pagamento de servidores e aposentados). Com o incremento, os recursos previstos para esses gastos, que incluem o custeio de programas e investimentos, alcançariam R\$ 26 bilhões.

"Com a redução de bolsistas de mestrado e doutorado, há paralisação (sic) de pesquisas e risco de evasão de pesquisadores para atuação no exterior, comprometendo o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país", alerta o ministro na página 4 do ofício, de 15 de agosto deste ano.

"O referencial monetário apresentado ao MEC impossibilita a destinação de menos da metade do orçamento que as universidades e institutos possuem atualmente. Com isso, haverá a paralisação (sic) de cursos, campi e possivelmente instituições inteiras, comprometendo a educação superior e a educação profissional e tecnológica (EPT)", afirma o ministro na página 6.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

EUA investigam gráfica que imprimiu Enem

Comissão que regula mercado americano, pede à matriz da R.R. Donnelley documentos que envolvem o MEC

A SEC, órgão que fiscaliza o mercado de capitais norte-americano, abriu investigação por supostas práticas ilícitas de representantes da gráfica que imprimia o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) que envolvem o MEC (Ministério da Educação).

A divisão da SEC encarregada das apurações, Unidade da Lei contra Práticas Corruptas Estrangeiras, enviou em abril deste ano intimação à R.R. Donnelley & Sons Company, responsável pela produção das provas de 2009 a 2018.

Na ordem, requisita documentos e informações sobre os contratos firmados com o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), ligado ao MEC.

O Enem foi impresso pela subsidiária da empresa no Brasil, que venceu concorrências para isso em 2010 e 2016, de 2009 a 2018. Em março deste ano, ela declarou falência.

A contratação em 2009 ocorreu com dispensa de licitação após o roubo da prova dentro da gráfica que imprimia o exame, a Plural — uma parceria do Grupo Folha com a Quad Graphics. Nos outros anos, o contrato foi renovado sem disputa.

Com a falência da R.R. Donnelley, a Valid, segunda colocada na licitação de 2016, foi contratada para prestar o serviço.

Pela legislação americana, a SEC pode investigar empresas com ações negociadas na Bolsa de Valores dos EUA, como a Donnelley, mesmo se as supostas irregularidades forem cometidas no exterior.

Consultado, o órgão não deu detalhes da apuração. Não respondeu qual suspeita está sob averiguação nem quem provocou as apurações.

“Não há nada que eu possa comentar. Nossas investigações não são públicas”, disse à Folha o procurador David Kagan-Kans.

Na intimação, obtida pela reportagem, o procurador informa o advogado da Donnelley, Matthew Kipp, que tenta “determinar se houve violações às leis de valores mobiliários federais” e avisa que, se a empresa não entregar os papéis pedidos voluntariamente, está sujeita a ação judicial.

A SEC requer informações produzidas a partir de 2009, primeiro ano em que Donnelley prestou serviços ao Inep.

A intimação lista 19 blocos de dados e documentos a serem entregues, incluindo a descrição de políticas e de treinamento anticorrupção dados aos funcionários e às empresas subcontratadas para prestar os serviços ao Inep.

O órgão americano pediu todos os contratos, propostas e negociações relativas às provas do Enem, além de todas as comunicações com agentes do MEC e do Inep sobre as contratações e seus aditivos.

Também mira subcontratações feitas pela Donnelley, inclusive ordens de compra, análises de preços praticados e registros de pagamentos e despesas —incluindo aquelas que possam caracterizar suborno de agentes públicos, como pagamentos de serviços de entretenimento.

A R. R. Donnelley vem sendo alvo de denúncias por parte de representantes de seus funcionários e de concorrentes.

A Gráfica Plural enviou documento à Polícia Federal e ao MPF (Ministério Público Federal) indicando que o Inep direcionou a subcontratação, pela Donnelley, de uma empresa, a Genneral Suport, para representá-la perante o instituto.

Outra suposta irregularidade apontada foi a contratação, pelo Inep, de um ex-funcionário da Donnelley para fazer auditorias na prestação de serviços da própria empresa.

A Plural também denunciou ao TCU (Tribunal de Contas da União) indícios de direcionamento das licitações vencidas pela Donnelley.

A corte concluiu que alguns itens do edital de 2016 restringiam a concorrência. Também viu indícios de conluio da empresa americana com a Valid, que assumiu a impressão do Enem, nos lances apresentados no pregão daquele ano.

Em abril, o tribunal proibiu prorrogar contratos do Enem e determinou a abertura de licitação para escolher a gráfica das provas. A Valid poderá prestar o serviço neste ano em caráter excepcional.

Pedidos de providências vieram também da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Gráfica, que solicitou ao Ministério da Justiça investigação de eventuais fraudes em licitações vencidas pela Donnelley para o Enem.

Procurada pela Folha, a R. R. Donnelley não comentou a abertura da investigação.

O Inep, por sua vez, informou que não foi notificado pela SEC até a conclusão desta edição.

“Quando acionado[o Inep], todos os esclarecimentos sobre o contrato com a R.R. Donnelley & Sons Company’s serão prestados prontamente, bem como rotineiramente qualquer outro questionamento”, diz nota do instituto.

O instituto sustenta que “qualquer irregularidade detectada internamente sempre é apurada para aplicação de medidas cabíveis” e destaca que cumpriu todas as determinações feitas pelo Tribunal de Contas.

“A equipe técnica e jurídica do Inep mantém contato frequente com órgãos de controle do governo federal para garantir transparência aos contratos e iniciativas da autarquia”, diz a nota.

“Os esclarecimentos solicitados, recomendações e sugestões são acatados conforme a pertinência. O processo de contratação da gráfica para os exames educacionais segue essa diretriz.”

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

**Apoiador de Bolsonaro, terceiro nome da lista tríplice da UFFS é nomeado reitor
Eleição na Universidade Federal da Fronteira Sul foi a sexta em que o presidente ignorou preferência da comunidade acadêmica, o que é permitido por lei**

RIO — Terceiro colocado na eleição para reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), cuja sede fica em Chapecó (SC), Marcelo Recktenvald foi o escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro para o comando da instituição. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (30).

Essa é a sexta vez que o Governo Bolsonaro decide não seguir o primeiro nome da lista tríplice que as universidades federais enviam para nomeação do reitor; em outros cinco casos, o nome mais votado acabou sendo nomeado no cargo.

O Presidente da República tem a prerrogativa constitucional de indicar qualquer um dos três nomes da lista que lhe é apresentada pelas universidades, mas a nomeação do primeiro colocado no pleito eleitoral vinha sendo a praxe desde 2003, até ser rompida por Bolsonaro.

A chapa de Recktenvald, “Nova UFFS”, ficou em terceiro lugar na consulta eleitoral à comunidade acadêmica e não se capacitou para o segundo turno, vencido pelo professor Anderson Alves Ribeiro.

O docente derrotado inscreveu-se então na disputa no colégio eleitoral —que é a que decide a lista tríplice a ser enviada ao Ministério da Educação (MEC) — e ficou novamente em terceiro lugar, com apenas quatro votos. Acabou, no entanto, sendo escolhido por Bolsonaro.

O futuro reitor tem 44 anos, ingressou na instituição em 2010 e substituirá Jaime Giolo. A UFFS tem campi localizados em seis cidades do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul: Cerro Largo (RS), Chapecó (SC), Erechim (RS), Laranjeiras do Sul (PR), Passo Fundo (RS) e Realeza (PR).

Nomeado, Recktenvald acredita que a lista seja um instrumento que permite refletir a decisão das urnas na instância acadêmica:

— A prerrogativa de escolha do presidente existe exatamente para possibilitar que a democracia da sociedade brasileira, de modo amplo, possa ser exercida por meio da discricionariedade do Presidente. Acredito que sua escolha tenha sido para atender um desejo claro que as urnas demonstraram, democraticamente, no último pleito eleitoral no país.

Procurado, o MEC afirmou ao GLOBO que “não há hierarquia na lista tríplice, ou seja, qualquer um dos três nomes pode ser indicado para o cargo de reitor”. No entanto, questionado sobre os critérios levados em conta pelo presidente Bolsonaro na escolha de Recktenvald, o ministério não respondeu. A pasta também não se pronunciou sobre as críticas que apontam prejuízo à autonomia universitária na quebra da tradição informal do primeiro colocado.

Pastor batista e professor

Nas redes sociais, Marcelo Recktenvald é apoiador declarado do presidente. Em seu perfil no Twitter, ele se descreve como “cristão conservador, defensor da família, pastor batista e professor da UFFS”.

Em 1º de agosto, reproduziu postagem de Olavo de Carvalho, tido como “guru” do governo Bolsonaro, afirmando que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, está para seus antecessores na pasta assim “como um antibiótico está para suas bactérias”.

Em entrevista ao GLOBO, Recktenvald nega que seu apoio expresso ao presidente tenha contado na escolha e confirma seu apoio ao Future-se, programa do MEC que viabilizará investimentos privados na educação:

— Acredito que minha trajetória de vida, meu currículo e perfil conservador tenham sido mais decisivos para a escolha do presidente. — diz.

Em outra situação, no Twitter, o futuro reitor da UFFS compartilhou publicação que defende ser “totalmente impossível” acreditar na existência do aquecimento global. Além disso, costuma fazer forte defesa da Operação Lava Jato e alguns de seus quadros, como o procurador Deltan Dallagnol, a quem define como “filho de Deus escolhido para combater o bom combate contra principados e potestades das trevas, muitos do submundo das togas”, além do juiz Marcelo Bretas.

A decisão pela nomeação se tornou pública apenas dez dias após o governo federal nomear o terceiro colocado na lista tríplice da Universidade Federal do Ceará (UFC), José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque, que ficou em quarto lugar na eleição. Também neste mês, Janir Alves Soares foi nomeado como dirigente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri (UFVJM), que também ficou em quarto.

A exemplo da UFC e do Cefet, que teve um assessor de Weintraub nomeado como diretor-geral interino, há expectativa na comunidade acadêmica da UFFS por mobilizações de estudantes, docentes e técnicos. Recktenvald reconhece a possibilidade de manifestações:

— Possivelmente (haverá). Mas trataremos da forma adequada.
Tese de doutorado fora do eixo

Segundo seu currículo Lattes, Recktenvald se graduou em Administração na Universidade de Passo Fundo (UPF), em 1997, e é doutor na mesma área pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com ênfase em acesso e permanência de estudantes vulneráveis. Na sua tese, o professor detalha políticas assistencialistas, dentre as quais implementadas pelos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

Em um trecho do trabalho, ao atribuir às administrações petistas a condução de políticas redistributivas na educação para promover "oportunidades iguais a atores sociais desiguais", o docente faz uma ponderação: "Estas ações, quando referem-se ao governo, estão postas ainda no período dos governos Lula e Dilma, sobre os quais era possível compreender as intenções com a educação, especialmente com a educação pública. Agora, com uma nova coligação no poder (a de Michel Temer, do MDB), novas intenções se revelam, sobre as quais se instaura uma dinâmica de direita-volver, com ataques à Universidade Pública, patrocinados por interesses financeirizados do Banco Mundial, que possivelmente colocam em xeque as políticas de acesso e permanência."

Uma suposta mudança de posicionamento por parte de Recktenvald foi mencionada por uma fonte da comunidade acadêmica. Indagado sobre sua tese, negou tendências à esquerda:

— Comentários existem em todos ambientes. Não me pauto por comentários, mas por princípios que tenho ao longo de toda a minha vida. Minha tese tratou da política de permanência de estudantes vulneráveis, com os quais me identifico pela minha própria história de vida, que é de superação de dificuldades. Pretendo preservar esse tipo de política, não para a formação de militância, mas para o desenvolvimento de pessoas qualificadas profissionalmente para a vida — contestou.
Primeiro colocado se diz surpreso

Ribeiro, em entrevista ao GLOBO, disse que foi pego de surpresa na madrugada desta sexta-feira com a decisão. Segundo o docente, ele chegou a receber uma ligação na manhã da última quarta-feira do gabinete da Secretaria de Educação Superior do MEC para acertar detalhes da posse, marcada para a próxima quarta-feira, às 17h, em Brasília. Os contatos foram confirmados pelo atual reitor, Jaime Giolo.

Para ele, a indicação do terceiro nome, que não foi escolhido democraticamente pela comunidade e não disputou o segundo turno, deveria ser acompanhada de uma justificativa.

— No entendimento de impossibilidade de nomear o primeiro nome da lista por alguma causa ou circunstância, na minha opinião, a motivação deveria estar explícita. A arbitrariedade não está na livre escolha, que é prerrogativa constitucional, mas está na motivação que não aparece — argumenta. — A lista tríplice não é organizada em ordem alfabética, ou uma ordem qualquer, é em ordem de decisão. A comunidade acadêmica indicou o primeiro lugar.

Atual reitor vê aparelhamento perigoso

Há oito anos à frente da UFFS, o reitor da instituição, Jaime Giolo, foi chefe direto de Recktenvald. Seu sucessor atuou como pró-reitor de Assuntos Estudantis e, posteriormente, de Assuntos Administrativos, e deixou a gestão para anunciar a candidatura contra o vice de Giolo, Antonio Adrioli, que terminou em segundo lugar. A despeito da proximidade, ele vê a decisão do presidente com extrema preocupação.

— Não quero, evidentemente, depor contra o professor Marcelo, que foi escolhido pelo presidente, mas sua nomeação revela uma posição muito preocupante no cenário brasileiro. O governo federal está em uma cruzada de desprestigiar e provocar as universidades federais, e isso não é bom. O maior patrimônio institucional do país em termos culturais e científicos são as universidades — critica Giolo. — É evidente que a tese da lista tríplice é legal, mas a prática institucional das últimas décadas é pela escolha do primeiro em função do respeito à autonomia e aos processos democráticos. Todo o nosso arcabouço legal, da educação, chama atenção para as necessidades de gestões democráticas, que se fazem também com escolhas democráticas dos dirigentes.

Giolo avalia que, dadas as circunstâncias de sua nomeação, seu sucessor pode encontrar dificuldades na administração:

— Ele fez em torno de 20% dos votos nas consultas e ganhou quatro votos no Consuni. Temo pela governabilidade. Não é o presidente, não é o ministro que vai gerir essa universidade. O reitor precisa ter condições de governabilidade interna senão as conquistas realizadas podem estacionar onde estão ou até retroceder.

Recktenvald, por outro lado, se diz otimista:

— Quanto à governabilidade nas instâncias internas, tenho absoluta certeza que será construída. Tivemos apoio significativo na consulta prévia informal, e apoio da comunidade regional — garante. — A diferença na consulta entre a candidatura que encabeçou a lista do Conselho Universitário e a minha, por exemplo, foi de, aproximadamente, apenas seis pontos percentuais. Tudo que construímos de apoio foi em apenas 18 dias de campanha, diferentemente das demais candidaturas que já estavam articuladas há muito mais tempo. Pra mim, são indícios de um desejo de mudança na gestão da universidade.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Após vencer eleição questionada, vice-diretor do Cefet é exonerado do cargo

No campus do Maracanã, grades isolaram a sala da direção. Líder estudantil vê ato de intervenção

RIO — O vice-diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet), do Rio, Maurício Saldanha Motta, foi exonerado do cargo. A decisão, assinada pelo diretor interino da instituição, Maurício Aires Vieira, foi publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira.

Em abril, Motta foi eleito para a direção do Cefet. A chapa obteve pouco mais de 40 votos de vantagem sobre o segundo colocado, Sérgio Roberto de Araújo, que contestou o resultado. O Ministério da Educação (MEC) decidiu, então, nomear o interino.

Vieira justificou a exoneração do vice afirmando que "o diretor pro tempore tem a prerrogativa de formar sua equipe mesmo que sendo em um período de curto tempo, com a finalidade da manutenção dos trabalhos."

Em nota, o Ministério da Educação informou que, para assegurar a imparcialidade, Vieira irá nomear um vice-diretor de dentro da comunidade do Cefet que tenha perfil técnico e que não tenha concorrido no último processo eleitoral.

Vieira pediu, em nota, a "preservação da imagem institucional" do Cefet e diz que não há "a mínima possibilidade de um mandato" seu.

"Não há, de forma NENHUMA, ruptura do processo democrático e de autonomia institucional; e, sim, um total respeito a todo processo, garantindo, conforme a lei, direito a todos para manifestação e espaços de contrapontos a determinados temas e/ou supostas irregularidades, arroladas no processo, respeitando os princípios legais da supervisão de competência da mantenedora do órgão, nesse caso, o MEC", afirma no comunicado.

Grades

Nesta sexta-feira, o Cefet amanheceu com grades internas no entorno da sala da direção onde aconteceria uma reunião do Conselho Diretor. Por duas ocasiões, os alunos da instituições fizeram manifestações contra a decisão do MEC, impedindo o diretor temporário de entrar na sala.

No entanto, o encontro desta sexta acabou ocorrendo fora da unidade.

Para o presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Christian Vicenzi, as grades são um "ato de intervenção".

— A gente entende que isso é uma violação do direito da comunidade de ir e vir, até porque as grades foram postas de forma inconveniente no corredor, que é uma passagem de todas as pessoas da comunidade — disse.

Segundo o estudante, a exoneração de Motta era "esperada" porque o interino estaria "tomando rédea" do Cefet.

A comunidade acadêmica questiona a nomeação de Aires. Estudantes e professores veem na nomeação uma intervenção do ministro da Educação, Abraham Weintraub , na instituição.

Na terça-feira (27), o Ministério Público Federal deu cinco dias para que Weintraub explique por que indicou o nome de Vieira.

A Corregedoria do MEC abriu sindicância na quarta (28) para apurar denúncia que aponta irregularidades no processo eleitoral da instituição. Servidores teriam utilizado do cargo e de informações privilegiadas para pedir votos a candidatos. O prazo inicial para a realização dos trabalhos da comissão é de 60 dias.

No mesmo dia, os alunos voltaram a protestar contra o interino, que precisou ser escoltado pela Polícia Militar.

24 a 26 de abril: ocorrem as eleições internas entre servidores e alunos para eleger o novo diretor-geral do Cefet.

29 de abril: a apuração dos votos é concluída e encaminhada em ofício aos conselheiros e ao Conselho Diretor. O vencedor é Maurício Saldanha Motta, com 23,75% dos votos. Em segundo lugar, Sérgio Roberto de Araújo, com 21,82%, seguido de Hilário Antônio Gonçalves, com 13,32%.

24 de maio: a vitória de Maurício é homologada pelo Conselho Diretor do Cefet.

13 de junho: um processo é aberto na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC. Aparecem como partes implicadas o segundo colocado na eleição, Sérgio Roberto de Araújo; o vencedor do pleito, Maurício Motta; o senador Temário Mota, líder do Partido Republicano da Ordem Social (PROS); e Carlos Henrique Figueiredo Alves, ex-diretor-geral do Cefet, que na época estava prestes a deixar o cargo.

26 de junho: outro processo é aberto no Ministério da Educação em nome de Sérgio e do Senador Temário Mota (PROS).

10 de julho: o presidente Jair Bolsonaro assina novo decreto nº 9.908/19 que altera as regras para o processo de escolhas de dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais.

A íntegra do Decreto nº 9.908/19:

"O Decreto nº 4.877, de 13 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 7º-A O Ministro de Estado da Educação poderá nomear Diretor-Geral pro tempore de Centro Federal de Educação Tecnológica, de Escola Técnica Federal e de Escola Agrotécnica Federal quando, por qualquer motivo, o cargo de Diretor-Geral estiver vago e não houver condições de provimento regular imediato."

15 de agosto: O ministro da Educação, Abraham Weintraub, nomeia Maurício Alves Vieira para o cargo de Diretor Geral pro tempore do Cefet.

O MEC alega que o diretor-geral foi nomeado interinamente enquanto a eleição está "sob análise", sem, no entanto, detalhar o processo. Em nota, a pasta informou que "até que seja concluída (a análise), foi designado o diretor-geral pro tempore para que seja

dada continuidade às atividades administrativas da instituição".

27 de agosto: o Ministério Público Federal dá cinco dias para que Weintraub explique por que indicou o nome de Vieira.

28 de agosto: Corregedoria do MEC abre sindicância para apurar denúncia que aponta irregularidades no processo eleitoral. O prazo inicial para a realização dos trabalhos da comissão é de 60 dias.

30 de agosto: Maurício Saldanha Motta, vencedor da eleição para o cargo de diretor geral, é exonerado do cargo de vice-diretor.

*Estagiária sob supervisão de Cristina Fibe

topo ↕

BLOG DO REINALDO AZEVEDO - TEMPO REAL

Contas em frangalhos, máquina à beira do colapso, e Bolsonaro de olho em 22

Um ET que baixasse por aqui e tentasse entender a cabeça do presidente Jair Bolsonaro, diria: "Vai ver é assim porque o país vive um momento raro de desenvolvimento, as contas do governo estão em dia, está em marcha um amplo programa de redução da pobreza, e o governante de turno se dá ao luxo, por exemplo, de recusar recursos externos para conter os incêndios nas matas brasileiras. Mas é assim? Não! Os próprios ministros de Bolsonaro admitem que parte da máquina pública pode parar por falta de dinheiro. Leiam o que informa Folha. Volto em seguida.

O primeiro Orçamento anual elaborado pela gestão Jair Bolsonaro pode levar à paralisia da máquina pública em 2020. Pela proposta enviada ao Congresso nesta sexta-feira (30), as despesas com custeio e investimentos no ano que vem devem ficar no patamar mínimo histórico.

Em 2020, o governo estima que terá R\$ 89,2 bilhões para as chamadas despesas discricionárias, que englobam gastos com energia elétrica, água, terceirizados e materiais administrativos, além de investimentos em infraestrutura, bolsas de estudo e emissão de passaportes, por exemplo.

Membros da equipe econômica avaliam que são necessários pelo menos R\$ 100 bilhões ao ano nessa conta para que a máquina pública opere no limite, sem risco de apagão dos serviços.

Em 2019, por exemplo, o governo iniciou o ano com autorização para gastar R\$ 129 bilhões com essas despesas não obrigatórias. O fraco desempenho da economia e a frustração nas receitas, porém, levaram a cortes nas verbas de ministérios, levando essa cifra a R\$ 97,6 bilhões.

Com esse valor, a gestão pública já começou a ser afetada. Treinamentos, viagens e grupos de investigação da Polícia Federal sofreram restrições. Bolsas de estudos foram cortadas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, agência federal de fomento à pesquisa). Para economizar despesas, o Exército autorizou corte de expediente de trabalho.

Do total de R\$ 89,2 bilhões de gastos que podem ser cortados em 2020, R\$ 69,8 bilhões

são de custeio e R\$ 19,4 bilhões de investimento.

O esmagamento das despesas discricionárias foi provocado, por um lado, pela regra do teto de gastos, que impede o crescimento dos gastos públicos acima da inflação.

Ao mesmo tempo, os gastos obrigatórios da União não param de subir desde 2014. o que faz com que as despesas discricionárias sejam estranguladas.

Enquanto as despesas discricionárias recuam, os gastos obrigatórios da União não param de subir desde 2014.

A previsão é que, em 2020, essas despesas, que incluem aposentadorias e salários, alcancem 94% do total do Orçamento.

RETOMO

A situação é dramática. Esses R\$ 19,4 bilhões de investimentos é o mais baixo volume em 10 anos, com queda de 19,3% em relação ao previsto para este ano.

Informa o Estadão:

"Como antecipou o Estadão/Broadcast, o governo estuda o fim da multa adicional de 10% sobre o FGTS do trabalhador em demissão sem justa causa (dinheiro que passa pelo Orçamento e consome R\$ 5,4 bilhões no teto de gastos), o congelamento das progressões de servidores civis do Executivo nas carreiras (que poderia economizar R\$ 2 bilhões), a suspensão de novas contratações do Minha Casa Minha Vida (que pouparia outros R\$ 2 bilhões) e o redirecionamento de recursos do Sistema S.

Segundo o secretário especial adjunto de Fazenda, Esteves Colnago, o compromisso do governo é garantir as contratações já realizadas no Minha Casa Minha Vida, mas o secretário não fez comentários sobre novos contratos."

Vamos ver. São medidas, ao lado da queda brutal de investimentos, que redundam em piora efetiva da qualidade de vida dos brasileiros mais pobres.

É um escândalo que, com esse quadro à vista, o presidente da República faça "lives" com bazófilas de suposto teor nacionalista e já comece a eleger adversários pensando na eleição de 2022.

Sim, também no ano que vêm, o governo precisará pedir autorização ao Congresso para um crédito suplementar para cumprir o Orçamento. E em valor ainda maior: neste ano, foram R\$ 248,9 bilhões; em 2020, serão R\$ 367,031 bilhões.

Antes de pensar em reeleição, conviria que Bolsonaro tentasse antever o legado que vai deixar.

topo ↕

ÉPOCA - RJ - TEMPO REAL

Aluno patrocinado por Olimpíada de Matemática pode perder incentivo do governo

Morador de Magé, Caio Galvão recebe bolsa de R\$ 400 desde que ganhou sua primeira medalha na competição, há quatro anos

Caio Diniz Dupin Galvão tem 17 anos e, como a maioria dos brasileiros de sua idade, se prepara para prestar os exames vestibulares no segundo semestre do ano. Ao contrário de boa parte de seus colegas, porém, ele não está preocupado apenas com a chegada das provas. Isso por conta de mudanças nas bolsas da Olimpíada Brasileira de Matemática (OBMEP). Desde que ganhou sua primeira medalha na competição, há quatro anos, ele recebe um apoio mensal de R\$ 400 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que ajuda a custear seus estudos, além de uma série de cursos e materiais didáticos. O problema? Ele pode parar de recebê-la no mês que vem.

Devido a um déficit orçamentário de R\$ 330 milhões, determinado pela lei orçamentária do ano passado, o órgão diz já ter gasto 88% de seus fundos até o momento. A situação é tão grave que Marcos Pontes, o ministro da Ciência e da Tecnologia, pasta que controla o CNPq, já foi a público pedir uma intervenção ao ministro da economia, Paulo Guedes. Até segunda ordem, contudo, 88 mil pesquisadores, mestrandos, graduandos e alunos do ensino básico como Galvão vivem a angústia de não saber até quando receberão o benefício.

“Não sou ninguém sem as provas. E a bolsa incentiva muito a participar delas”, ponderou o jovem estudante de Magé, na Região Metropolitana do Rio, que já conquistou 12 medalhas em competições escolares desde seu primeiro bronze na OBMEP, em 2015. Aluno de escolas públicas da região rural do Rio, Galvão contou que pagou boa parte das inscrições dessas provas com a bolsa recebida pelo CNPq, além de pagar a conexão de internet da própria casa. Disse também que foi devido ao reconhecimento das medalhas que já recebeu ofertas de universidades como a Fundação Getúlio Vargas, onde quer cursar administração no ano que vem.

Segundo Galvão, que se inscreveu na OBMEP quando ainda estava no 8º ano por sugestão da própria escola, o apoio oferecido pelo governo o impulsionou a se dedicar mais ao estudo da matemática e outras áreas como a física. Com isso, por exemplo, ele conseguiu ser medalhista de ouro na Olimpíada Nacional de Física (ONF) e conquistar prêmios em outras competições, como a Olimpíada Nacional de Astronomia (ONA) e a Canguru.

“Antes era um estudo mais amplo, sem foco. Não tinha um objetivo. Mas as provas ajudaram a dar um foco. Só de ganhar a medalha já é um grande sentimento, mas o incentivo econômico sempre ajuda a gente a se esforçar ainda mais. É o caso da bolsa que estou recebendo para poder complementar minha entrada na faculdade”, explicou Galvão. Ele destacou também a importância dos pais — Luis Galvão, que trabalha nos Correios, e Liliane Diniz, dona de casa. “O maior incentivo veio de casa.”

Ainda assim, ele faz questão de salientar a importância do apoio oferecido aos medalhistas. É o caso da bolsa do Programa de Iniciação Científica Jr. oferecida com exclusividade a alunos do ensino público pelo CNPq em parceria com o Instituto de Matemática Pura e Avançada (Impa). Sediado no Rio de Janeiro, o Impa também oferece acompanhamento individual aos 6.500 medalhistas da competição, com cursos presenciais ou on-line com foco em áreas de seu interesse, envio de material didático e de ofertas de bolsas e competições no Brasil e no exterior.

Aplicada em 99,71% dos municípios do Brasil, 18 milhões de alunos participaram da

OBMEP em 2019, oriundos de 54 mil escolas. Os estudantes fazem as provas em suas respectivas escolas. Os 46 mil melhores colocados recebem menções honrosas, enquanto 4.500 alunos ganham o bronze, 1.500 a prata e 500 recebem a medalha de ouro. Professores também são premiados com o desempenho dos alunos, podendo receber cursos de especialização.

“Estou tendo aula de cálculo integral pelo Impa, uma matéria que me dava problemas. Mesmo não sendo essencial na OBMEP, ela é importante para a Olimpíada de Física”, destacou Galvão. Liliane Diniz, sua mãe, faz coro à importância da OBMEP e da bolsa na vida do filho.

“Existe vida inteligente mesmo na área rural. Isso abre outras portas. Meus filhos sempre foram de escola pública. Eu tinha medo do que seria deles pela falta do incentivo à educação. Estou aqui sempre estudando com eles. Mas e depois? Como vão disputar? A OBMEP botou meu filho dentro de uma faculdade como a Getúlio Vargas. Ela permite que ele tenha cota em faculdades como a Unicamp (Universidade de Campinas)”, contou Diniz.

Por meio do projeto, Galvão pôde ter contato com uma série de matérias na matemática a que não teve acesso na escola, como vetores, derivadas e integrais, além de complemento em áreas como química e física.

“É um suporte para você crescer. O começo foi a matemática, mas a bolsa está dando toda uma assistência de vida. Uma oportunidade. Eles querem incentivar o aluno a estudar, dar um apoio à base. Como é que não tem dinheiro para as idades mais tenras? Como é que não se preparam para isso?”, desabafou Diniz, que destacou a importância da bolsa do CNPq para que o filho fosse capaz de concorrer a vagas anteriormente impossíveis.

Segundo ela, o sucesso do filho também incentivou outros alunos da região, incluindo a própria filha Lara, de 16 anos, que também foi medalhista da competição e recebeu menção honrosa na competição do ano passado.

Concorrendo em processos seletivos com bolsa para escolas internacionais — as inscrições pagas com o dinheiro guardado do benefício do CNPq —, Lara lembrou que o sucesso do irmão a incentivou a percorrer o mesmo caminho.

“Depois que ele ganhou, fiquei pensando muito nisso. Queria conseguir também, já que sempre estudei muito. A ideia da bolsa, que me ajudaria a ter meu espaço, me incentivou muito. E no final das contas me fez estudar mais”, contou ela, que diz estar se preparando para tentar ganhar uma medalha na OBMEP outra vez.

[topo](#) ↕

G1 - TEMPO REAL

79 mil bolsistas do CNPq vão receber pagamento de agosto até sexta; próximo mês ainda não está garantido

Orçamento do órgão garante as bolsas deste mês; pagamento é feito até o quinto dia útil do mês seguinte.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) diz ter orçamento suficiente para garantir que o pagamento das bolsas referentes a agosto caia até a próxima sexta-feira (6) nas contas bancárias dos 79.538 bolsistas ativos nesta sexta

(30). A verba para pagamentos a partir de setembro, porém, ainda não está garantida.

Marcos Pontes sobre bolsas do CNPq: Se não tiver orçamento, eu não tenho como pagar CNPq suspende divulgação de edital para bolsas de pesquisa por falta de recursos

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTIC) afirmou ao G1, na sexta, que segue trabalhando com os demais órgãos do governo para que esse valor seja liberado. Na terça (27), o ministro Marcos Pontes afirmou que o dinheiro acabava neste sábado (31).

Em 11 de junho, o Congresso Nacional aprovou por unanimidade que o governo federal possa contrair dívidas para abrir crédito suplementar e garantir o pagamento de contas públicas. Uma das condições do acordo entre deputados e governo era a liberação dos R\$ 330 milhões que faltam ao CNPq para pagar as bolsas até o fim do ano.

Desde então, o próximo passo para garantir a verba é uma decisão do Ministério da Economia. Ao G1, a pasta, que diz ter recebido um pedido para aprovar esse reforço orçamentário em março, afirmou, na tarde desta sexta (30), que a Junta de Execução Orçamentária (JEO) do ministério ainda está avaliando o pedido, sem prazo para tomar uma decisão.

Nesse período, o ministro Pontes e representantes do CNPq já se reuniram diversas vezes com o Ministério da Economia para tratar do tema, e Pontes também envolveu o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para resolver o problema.

Fontes ouvidas pelo G1 afirmaram que uma das soluções em estudo é usar um fundo da Petrobras para reforçar o orçamento do MCTIC com parte dos R\$ 330 milhões solicitados. Procurado pelo G1 nesta sexta, o Ministério da Economia não respondeu se essa é ou não uma das opções.

Pressão no Congresso

Na última semana, entidades acadêmicas e científicas protestaram na Câmara dos Deputados. O presidente do CNPq, João Azevedo, reiterou que não houve contingenciamento do orçamento para as bolsas do CNPq, mas sim um corte realizado na lei orçamentária aprovada em 2018, que reduziu o orçamento e provocou o déficit.

As entidades também entregaram um abaixo-assinado em defesa do CNPq ao presidente da Câmara, o deputado Rodrigo Maia.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Saiba quanto cada ministério perde na proposta de orçamento de 2020

Comparação engloba somente as chamadas despesas discricionárias, ou seja, aquelas não obrigatórias, que passam de R\$ 102,66 bilhões em 2019 para R\$ 89,16 bilhões em 2020.

Os ministérios do Turismo e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos são os que proporcionalmente sofrem as maiores perdas de recursos na proposta de orçamento de 2020 encaminhada nesta sexta-feira (30) ao Congresso Nacional.

A maior redução, em termos percentuais, é a do Turismo (-58,3%), depois a da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (-41,4%). Infraestrutura, Meio Ambiente e Minas e

Energia têm redução de cerca de 30% cada um. O Ministério da Ciência e Tecnologia é o único que tem aumento na dotação orçamentária.

Em valores absolutos, as maiores perdas são do Ministério da Infraestrutura (R\$ 2,79 bilhões); Defesa (R\$ 2,72 bilhões); e Desenvolvimento Regional (R\$ 2,43 bilhões).

A contenção de gastos públicos prevista na proposta pode dificultar a execução de serviços públicos no ano que vem. O valor das chamadas despesas discricionárias, ou seja, não obrigatórias, recua de R\$ 102,66 bilhões em 2019 para R\$ 89,16 bilhões em 2020.

O secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, afirmou que os R\$ 89 bilhões são "um número baixo", mas disse que não haverá "shutdown", ou seja, paralisa da máquina pública.

Perdas por ministério

Veja abaixo a redução de limites orçamentários da proposta de orçamento de 2020, considerando o mesmo documento, encaminhado no ano passado.

Advocacia Geral da União: não houve perda (R\$ 450 milhões em 2019 e o mesmo valor em 2020).

Agricultura, Pecuária e Abastecimento: perda de 1,68% (de R\$ 2,109 bilhões em 2019 para R\$ 2,074 bilhões em 2020)

Cidadania: perda de 18,1% (de R\$ 4,067 bilhões em 2019 para R\$ 3,329 bilhões em 2020)

Ciência e Tecnologia (sem Anatel): aumento de 6,2% (de R\$ 3,53 bilhões em 2019 para R\$ 3,78 bilhões em 2020)

Controladoria-Geral da União: perda de 1,3% (de R\$ 110,843 milhões em 2019 para R\$ 110 milhões em 2020)

Defesa: perda de 26,5% (de R\$ 10,29 bilhões em 2019 para R\$ 7,56 bilhões em 2020)

Desenvolvimento Regional (sem ANA): perda de 27,10% (de R\$ 8,99 bilhões em 2019 para R\$ 6,55 bilhões em 2020)

Economia: perda de 5,22% (de R\$ 11,4 bilhões em 2019 para R\$ 10,8 bilhões em 2020)

Educação: perda de 9% (de R\$ 23,35 bilhões em 2019 para R\$ 21,23 bilhões em 2020)

Infraestrutura (sem Anac, Antaq e ANTT): perda de 30,4% (de R\$ 9,16 bilhões em 2019 para R\$ 6,37 bilhões em 2020)

Justiça e Segurança Pública (sem Cade): perda de 18,6% (de R\$ 3,760 bilhões em 2019 para R\$ 3,058 bilhões em 2020)

Meio Ambiente: perda de 30% (de R\$ 807 milhões em 2019 para R\$ 561 milhões em 2020)

Minas e Energia (sem Aneel, ANM e ANP): perda de 30% (de R\$ 781 milhões em 2019 para R\$ 543 milhões em 2020)

Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: perda de 41,45% (de R\$ 376,5 milhões para R\$ 220,4 milhões).

Presidência da República: perda de 21,1% (de R\$ 880,1 milhões para R\$ 693,7 milhões).

Relações Exteriores: perda de 10,2% (de R\$ 1,670 bilhão para R\$ 1,499 bilhão).

Saúde (sem ANS e Anvisa): perda de 1,44% (de R\$ 18,5 bilhões para R\$ 18,2 bilhões).

Turismo: perda de 58,3% (R\$ 480 milhões para R\$ 200 milhões).

Vice-Presidência: perda de 5% (de R\$ 8 milhões para R\$ 7,6 milhões).

topo ↗

G1 - TEMPO REAL

UFSC divulga novas medidas para contenção de gastos a partir de 15 de setembro. Elas serão colocadas em prática caso os bloqueios de verbas do governo federal continuem. Medidas incluem suspensão de novas bolsas e até restrição do uso de ar-condicionado.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) divulgou em comunicado nesta sexta-feira (30) as medidas planejadas para a contenção de gastos a partir de 15 de setembro. Elas devem ser implantadas caso continuem os bloqueios de verba anunciados pelo Ministério da Educação (MEC) em abril.

As medidas anunciadas para a partir de 15 de setembro são:

- remanejamento das atividades de ensino, no campus de Florianópolis, para concentrar as aulas noturnas e de fim de semana em apenas três centros de ensino;
- revisão e redução dos demais contratos terceirizados de todos os campi da UFSC;
- uso de videoconferência em bancas com membros externos e em reuniões administrativas com integrantes dos campi da UFSC fora da capital;
- suspensão do fornecimento de água e luz para comerciantes eventuais e prestadores de serviço;
- refeições nos restaurantes universitários (RUs) servidas apenas para alunos que possuem isenção do valor de R\$ 1,50 por questões socioeconômicas. Com isso, 11 mil pessoas deixaram de usar o RU;
- suspensão da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (Sepex) em todos os campi da UFSC;
- suspensão da concessão de novas bolsas e renovação das vagas de estágio, monitoria, pesquisa e extensão;
- suspensão de novos editais de bolsas;
- suspensão de apoio a viagens e eventos de extensão;
- suspensão de viagens e eventos de capacitação para técnicos e professores;
- restrição do uso do ar-condicionado em todos os setores, exceto aqueles cujo uso é obrigatório, como biotérios, museus e bibliotecas.

Com essas medidas, a UFSC conseguiria funcionar até meados de outubro de 2019. Depois, seria preciso pensar outros caminhos, mas com geração de dívidas para 2020.

Entenda o corte de verba das universidades federais

Contingenciamentos vão afetar aulas a partir de agosto, dizem universidades

Por nota, o Ministério da Educação afirma que está em conversa com o Ministério da Economia e que o repasse dessa verba depende de uma melhora da situação financeira do país no segundo semestre. Também disse que o ministério vem repassando um pouco da verba para as instituições que comprovam que têm dívidas.

Algumas das medidas analisadas já haviam sido apresentadas na terça (27) em reunião com sindicatos e na quinta (29) em assembleia com a comunidade acadêmica.

Providências já tomadas

Para que a UFSC funcione até 15 de setembro, já foram tomadas as seguintes providências:

redução do cardápio do RU no campus de Florianópolis
refeições do RU do campus de Florianópolis não são mais servidas a participantes de eventos
redução no número de auxiliares de cozinha que trabalham no RU do campus de Florianópolis
redução dos serviços de vigilância e portaria no campus de Florianópolis
redução do uso e manutenção dos veículos da frota da universidade
redução de 95 postos de trabalho terceirizados, o que causou menor frequência na limpeza e redução na vigilância do campus de Florianópolis
redução dos serviços de jardinagem no campus de Florianópolis
manutenção das bolsas de extensão, pesquisa, inovação, cultura e artes com recursos próprios das pró-reitorias em vez de recursos orçamentários, o que reduz o número de editais
suspensão dos cursos de capacitação e dos cursos de idiomas para técnicos e professores
busca junto ao Ministério Público Federal de entrar com ação civil pública contra o decreto número 9.725/2019, que extinguiu 362 funções gratificadas na UFSC
redução dos serviços de limpeza e conservação no campus de Florianópolis
redução no repasse às unidades gestoras, como diárias, passagens e material, que impacta na participação de atletas da UFSC em eventos esportivos
suspensão dos cinco programas de mobilidade da Associação de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), medida que gerou prejuízos aos indicadores de avaliação de internacionalização da universidade

topo 

G1 - TEMPO REAL

79 mil bolsistas do CNPq vão receber pagamento de agosto até sexta; próximo mês ainda não está garantido

Orçamento do órgão garante as bolsas deste mês; pagamento é feito até o quinto dia útil do mês seguinte.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) diz ter orçamento suficiente para garantir que o pagamento das bolsas referentes a agosto caia até a próxima sexta-feira (6) nas contas bancárias dos 79.538 bolsistas ativos nesta sexta (30). A verba para pagamentos a partir de setembro, porém, ainda não está garantida.

Marcos Pontes sobre bolsas do CNPq: Se não tiver orçamento, eu não tenho como pagar CNPq suspende divulgação de edital para bolsas de pesquisa por falta de recursos

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTIC) afirmou ao G1, na sexta, que segue trabalhando com os demais órgãos do governo para que esse valor seja liberado. Na terça (27), o ministro Marcos Pontes afirmou que o dinheiro acabava neste sábado (31).

Em 11 de junho, o Congresso Nacional aprovou por unanimidade que o governo federal possa contrair dívidas para abrir crédito suplementar e garantir o pagamento de contas públicas. Uma das condições do acordo entre deputados e governo era a liberação dos R\$ 330 milhões que faltam ao CNPq para pagar as bolsas até o fim do ano.

Desde então, o próximo passo para garantir a verba é uma decisão do Ministério da Economia. Ao G1, a pasta, que diz ter recebido um pedido para aprovar esse reforço orçamentário em março, afirmou, na tarde desta sexta (30), que a Junta de Execução Orçamentária (JEO) do ministério ainda está avaliando o pedido, sem prazo para tomar uma decisão.

Nesse período, o ministro Pontes e representantes do CNPq já se reuniram diversas vezes com o Ministério da Economia para tratar do tema, e Pontes também envolveu o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para resolver o problema.

Fontes ouvidas pelo G1 afirmaram que uma das soluções em estudo é usar um fundo da Petrobras para reforçar o orçamento do MCTIC com parte dos R\$ 330 milhões solicitados. Procurado pelo G1 nesta sexta, o Ministério da Economia não respondeu se essa é ou não uma das opções.

Pressão no Congresso

Na última semana, entidades acadêmicas e científicas protestaram na Câmara dos Deputados. O presidente do CNPq, João Azevedo, reiterou que não houve contingenciamento do orçamento para as bolsas do CNPq, mas sim um corte realizado na lei orçamentária aprovada em 2018, que reduziu o orçamento e provocou o déficit.

As entidades também entregaram um abaixo-assinado em defesa do CNPq ao presidente da Câmara, o deputado Rodrigo Maia.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Governo rompe acordo, não faz repasses ao CNPq e ameaça bolsas

Antes de 20 de setembro, governo não liberará R\$ 330 milhões que garantiriam pagamento até o fim do ano. Cortes devem iniciar semana que vem

Cerca de 80 mil bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) devem ser cortadas a partir da próxima semana por falta de repasse de recursos públicos. O orçamento atual da agência, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), permite apenas o pagamento da folha de agosto, que deve ser concluído até o 5º dia útil do próximo mês.

A ameaça às pesquisas de ciência e de tecnologia do país depende de R\$ 330 milhões dos cofres da União, que seriam destinados ao CNPq, mas, até esta sexta-feira (29/08/2019), nada havia sido repassado.

Na tarde desta sexta, o secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, jogou para a segunda quinzena de setembro qualquer possibilidade de solução.

“Temos algumas medidas em andamento para a recomposição do limite orçamentário em 2019 e é possível que algumas delas surtam efeito. Até dia 20 de setembro faremos esse anúncio de qual é a calibragem. Portanto algumas medidas serão retomadas. Governar é tomar prioridades; se o governo federal entender que é prioritário recompor essas bolsas, assim será feito”, declarou.

A decisão de transferir o montante ao conselho se deu após a aprovação do PLN nº 4/2019, em junho deste ano, que autorizava o crédito extra de R\$ 248,9 bilhões ao Executivo federal.

A verba serviria para o pagamento de despesas correntes, como salários, aposentadorias

e benefícios, e evitaria o descumprimento da “regra de ouro”. A Constituição proíbe a realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital, mas essa situação pode ser contornada por meio de créditos extraordinários ou especiais aprovados pelo Congresso.

Para conseguir a aprovação, a líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP), firmou um acordo com a oposição. O entendimento definiu que, além de descontingenciar R\$ 1 bilhão para a Educação, seriam destinados mais R\$ 1 bilhão para o Minha Casa Minha Vida, R\$ 550 milhões para a transposição do Rio São Francisco, R\$ 330 milhões para bolsas do CNPq e R\$ 300 milhões para medicamentos.

Nos últimos dias, o ministro do MCTIC, Marcos Pontes, tem pressionado o titular da Economia, Paulo Guedes, responsável pelo orçamento, para transferir o dinheiro à pasta. O valor do repasse arcaria com os custos das bolsas até o fim deste ano, informou a assessoria de imprensa de Pontes, em nota enviada ao Metrôpoles.

“O MCTIC tem se empenhado junto ao Ministério da Economia e a Casa Civil para resolver a situação orçamentária do CNPq”, explicou. A pasta, contudo, informou que ainda não houve contingenciamento e que repassou integralmente ao CNPq os recursos previstos na Lei Orçamentária para 2019.

Sem respostas

O ministério assumiu, ainda, que a situação envolvendo a crise financeira da agência já estava prevista quando houve a aprovação da LOA em 2018, ainda no governo do ex-presidente Michel Temer (MDB). “Portanto, é necessária a aprovação de crédito suplementar para recompor o orçamento do CNPq”, concluiu.

Procurada pela reportagem, a Casa Civil esclareceu que todas as “dificuldades em relação às restrições orçamentárias” estão sendo analisadas não apenas pela Economia, mas também pela Junta de Execução Orçamentária (JEO). Questionada se haveria novas reuniões previstas para esta sexta-feira (30/08/2019), a fim de tentar agilizar o repasse, ou se o ministério traçou ações para evitar o corte das bolsas, a pasta não respondeu.

Criado em 1951, o CNPq é uma das principais agências de pesquisa do país e oferece bolsas de estudo a alunos da educação básica, graduação, pós-graduação e a pesquisadores renomados, tanto no Brasil como no exterior.

topo 

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Orçamento descarta reajustes a servidores e novos concursos em 2020

Segundo secretário de Fazenda, Waldery Rodrigues, só serão realizados os que já foram liberados pelo governo neste ano, até agora

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2020 foi entregue ao Congresso Nacional nesta sexta-feira (30/08/2019) e, segundo o secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, não contempla nenhuma vaga nova em concursos nem reajustes aos servidores do quadro.

Valerão apenas os já autorizados neste ano, afirmou Rodrigues.

Decreto de Bolsonaro endurece regras e restringe concursos públicos

“Dado o espaço fiscal que temos, a proposta não contempla a realização de concursos.

Reajustes salariais, somente aqueles previstos no PLDO de 2020, para os militares”, afirmou.

Risco de paralisia

A proposta de Lei Orçamentária Anual do governo federal para 2020 apresentada pelo Ministério da Economia registra uma redução na previsão do produto interno bruto (PIB) de 2,7% (como constava na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO) para 2,17%. O governo também estimou no projeto que o déficit primário para 2020 seja de R\$ 124,1 bilhões, um pouco inferior ao estimado para este ano, de R\$ 139 bilhões, mas ainda assim um valor elevadíssimo – no sétimo ano consecutivo de rombo.

Na peça, o governo federal previu um valor de R\$ 89,2 bilhões para as “despesas discricionárias”, que englobam gastos com energia elétrica, água, terceirizados e materiais administrativos, além de investimentos em infraestrutura, na área de ciência e pesquisa (como bolsas de estudo) e para serviços básicos, como emissão de passaportes.

A estimativa de técnicos e de ministros de outras áreas é que qualquer valor abaixo de R\$ 100 bilhões ao ano coloca a administração em risco de paralisia ou encolhimento com cortes profundos de atendimento em serviços básicos.

topo ↕

NOROESTE NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Unijuí divulga edital para Programa de Mestrado e Doutorado em Educação nas Ciências

O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação nas Ciências da Unijuí – Mestrado e Doutorado – publicou edital para novo processo seletivo. A partir de segunda-feira, 02, estarão abertas as inscrições para candidatos interessados em uma das 25 vagas do curso de Mestrado ou das 12 vagas do curso de Doutorado.

O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação nas Ciências da Unijuí é credenciado pela **Capes/MEC**, desde 1995, para oferta de Mestrado Acadêmico, e desde 2009, para oferta de Doutorado. O Programa conquistou nota 5 na última avaliação quadrienal (2013-2016), o que mostra o reconhecimento da qualidade do PPGEC na formação de docentes e no desenvolvimento da pesquisa.

O Programa trabalha com três linhas de pesquisa: Currículo e formação de professores; Teorias pedagógicas e dimensões da educação; Educação popular em movimentos e organizações sociais.

O edital do processo seletivo está disponível na página do Programa, no Portal da Unijuí. Os interessados terão até o dia 18 de novembro para se inscrever.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Orçamento de 2020 considera Previdência dos militares aprovada O governo encaminhou ao Congresso Nacional o texto do projeto de lei orçamentária anual (PLOA) de 2020

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse que os números apresentados no Projeto de Lei Orçamentária de 2020 correspondem à “realidade atual do Orçamento”.

“Estamos apresentando dados que são conservadores. Não colocamos intenções e

priorizamos projetos e ações que têm impacto fiscal e com alta probabilidade de ocorrer”, afirmou.

Ele acrescentou que as previsões de receitas com concessões e dividendos no PLOA 2020 também são conservadores.

Apesar disso, para fechar as contas, o governo considerou reformas que ainda estão em análise pelo Congresso Nacional.

Os dados contabilizam a reforma da Previdência dos militares, de acordo com os critérios do projeto de lei enviado ao Congresso Nacional e que ainda não foi votado e os parâmetros da reforma da Previdência de acordo com o texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

A proposta de emenda constitucional, no entanto, ainda tem que ser apreciada pelo Senado.

Segundo Rodrigues, isso também foi feito de forma “conservadora” e os dados não consideram todo o impacto que a reforma das Previdências terá na economia. “Sabemos que aprovação trará impacto positivo no PIB, mas não estamos considerando na íntegra o impacto nas receitas desse crescimento”, afirmou.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC recebeu R\$ 5 bilhões a mais do que estava previsto para 2020

Depois de pressionar a área econômica, o Ministério da Educação conseguiu aumentar em R\$ 5 bilhões os recursos previstos para a pasta no Projeto de Lei Orçamentária de 2020. Como mostrou o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, enviou um ofício ao Ministério da Economia, pedindo aumento de R\$ 9,8 bilhões nas verbas previstas em despesas discricionárias.

O secretário de Orçamento, George Soares, disse que os ofícios foram enviados a pedido da Economia e são parte do trâmite de elaboração do Orçamento. No momento do ofício, a proposta orçamentária teria R\$ 16 bilhões para as despesas discricionárias da Educação. O texto final, no entanto, ficou com R\$ 5 bilhões a mais, chegando a R\$ 21 bilhões. “Recompusemos alguns itens para a Educação independentemente de terem enviado carta”, afirmou o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues.

Houve ampliação também do Orçamento para a Justiça, mas em menor patamar: R\$ 500 mil. A pasta também pediu a liberação de mais verbas em carta enviada à Economia.

“Não quer dizer que foi resolvido o problema dos ministérios, isso é impossível”, afirmou Soares.

Segundo Waldery, pastas e órgãos com orçamentos menores foram preservados. Ele citou que Saúde e Ministério da Ciência e Tecnologia perderam menos nas despesas discricionárias do que outros ministérios. O orçamento da Saúde (R\$ 18,2 bilhões) ficou abaixo do limite de empenho autorizado para este ano (R\$ 19,08 bilhões).

No Ministério da Ciência e Tecnologia, há um aumento de cerca de R\$ 700 milhões,

mas os valores incluem recursos para cobrir despesas da Telebras.

Além disso, no Ministério da Economia, o valor na proposta de 2020 (R\$ 10,8 bilhões) é maior do que o limite de 2019 (R\$ 8,2 bilhões), mas inclui R\$ 2,3 bilhões para o Censo feito pelo IBGE.

Soares disse que a alocação de recursos não é uma decisão unilateral da Economia e a proposta foi decidida pela Junta Orçamentária e submetida ao presidente Jair Bolsonaro. "A análise é para tentar colocar recursos que permitam o funcionamento dos órgãos até o fim. A redução foi focada em investimentos", acrescentou.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Ministro da Educação assume erros de português em ofício

Abraham Weintraub disse no Twitter que erros acontecem. Estado mostrou que, em ofício a Paulo Guedes, palavra foi escrita de forma errada duas vezes

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse nesta sexta-feira, 30, pelo Twitter que "erros acontecem". Ele se referia a uma matéria do Estado que mostrou dois erros em um ofício assinado por ele e encaminhado ao ministro da Economia, Paulo Guedes, onde a palavra paralisação foi escrita com a letra z. O ministro também cita "suspensão" de pagamentos. A grafia correta das palavras é paralisação e suspensão. "Minha responsabilidade. Não escrevi, mas li e deixei passar (...). Erros acontecem."

No documento, Weintraub alerta que os recursos previstos para o ministério em 2020 são insuficientes para a prestação de serviços públicos, como a compra de livros escolares, e podem levar à interrupção das atividades em universidades públicas.

O ministro pediu aumento de R\$ 9,8 bilhões em verbas previstas para as chamadas despesas discricionárias (aquelas que não são obrigatórias, como pagamento de servidores e aposentados). Com o incremento, os recursos previstos para esses gastos, que incluem o custeio de programas e investimentos, alcançariam R\$ 26 bilhões.

"Com a redução de bolsistas de mestrado e doutorado, há paralisação (sic) de pesquisas e risco de evasão de pesquisadores para atuação no exterior, comprometendo o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país", alerta o ministro na página 4 do ofício, de 15 de agosto deste ano.

"O referencial monetário apresentado ao MEC impossibilita a destinação de menos da metade do orçamento que as universidades e institutos possuem atualmente. Com isso, haverá a paralisação (sic) de cursos, campi e possivelmente instituições inteiras, comprometendo a educação superior e a educação profissional e tecnológica (EPT)", afirma o ministro na página 6.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Nomeado por Bolsonaro, novo reitor da UFFS elogiou programas do PT

Cristão conservador, defensor da família e pastor batista. Assim se define nas redes sociais o professor Marcelo Recktenvald, escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) para ser o novo reitor da UFSS (Universidade Federal da Fronteira Sul), que abrange municípios do oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e noroeste do Rio Grande do Sul. A nomeação foi publicada sexta-feira no Diário Oficial da União. O novo reitor assume neste sábado.

Recktenvald foi o terceiro candidato mais votado na eleição para o cargo, resultado que o deixou fora do segundo turno, realizado em maio. Apesar de não ter sido o preferido da comunidade acadêmica, como seu nome integrava a lista tríplice enviada ao MEC (Ministério da Educação), a escolha do presidente da República é legal. A indicação dos eleitos, porém, tinha se tornado a regra nas instituições federais nos últimos anos.

De perfil alinhado com o novo governo, como indicam postagens na internet favoráveis ao presidente da República e desqualificadoras da esquerda, Recktenvald recentemente comentou em seu perfil no Facebook a crise decorrente do aumento das queimadas e do desmatamento na Amazônia. Com ataques à "imprensa esquerdopata mundial", "ONGs hipócritas e interesseiras" e "governantes canhotos", reproduziu a retórica presidencial. "A Amazônia é só a cortina de fumaça. Só não vê quem não quer. Que Deus abençoe o nosso presidente!", escreveu.

No Twitter, sua conta ressoa influenciadores de direita, mas há um buraco na linha do tempo —todas as postagens de maio de 2012 a fevereiro deste ano foram aparentemente excluídas.

O engajamento pró-Bolsonaro e antiesquerda é recente, segundo colegas de universidade. "O professor Marcelo mudou o tom do seu discurso apenas neste ano, mais precisamente próximo do início do nosso processo eleitoral na universidade. Anteriormente o discurso dele era muito diferente", diz o professor Anderson Alves Ribeiro, que ficou em primeiro na eleição para reitor. "O Marcelo inclusive foi pró-reitor de Assuntos Estudantis e posteriormente de Gestão de Pessoas, numa gestão que é classificada como de esquerda na universidade."

A produção acadêmica de Recktenvald reforça a reviravolta ideológica. Há um ano e meio, ele obteve o título de doutor em Administração pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) com uma tese na qual valoriza políticas educacionais dos governos Lula e Dilma.

Com o título "Política de permanência em uma universidade pública popular: compreendendo os clamores de acadêmicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica", o trabalho analisa o processo de inclusão de estudantes de baixa renda oriundos do ensino público e a formulação de políticas de permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul.

O texto ressalta, por exemplo, que, com "o advento do governo social-desenvolvimentista decorrente da eleição de Lula à Presidência em 2002, o foco (do ensino superior) se deslocou para a oferta de vagas públicas", em oposição à expansão "centrada na demanda lucrativa dos interesses da iniciativa privada" durante o governo FHC.

Recktenvald elogiou o Pnaes (Programa Nacional da Assistência Estudantil), criado na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com objetivo de fornecer a alunos de baixa renda ajuda de custo, alimentação barata e auxílio-moradia, entre outros benefícios. Citando definição de outro autor, chamou o programa de "marco histórico na política de reconhecimento de direitos sociais em se tratando de educação superior".

O novo reitor da UFFS ressaltou que o Pnaes precisava de ajustes para garantir não somente o acesso mas também a permanência dos estudantes na universidade. Nesse contexto, lamentou a redução do orçamento do programa após o impeachment de Dilma Rousseff. De R\$ 1,03 bilhão em 2016, o valor destinado às universidades caiu para R\$ 967 milhões no último ano do governo de Michel Temer (MDB) —em 2019, os recursos para assistência estudantil somam R\$ 1,07 bilhão e ficaram fora do corte global de 30,33% efetuado pelo MEC, de acordo com a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior).

"O tom neoliberal deste novo grupo de comando no governo não se preocupa adequadamente com a educação como um direito universal", afirmou Recktenvald sobre a administração Temer.

Em comentário sobre a política educacional implantada pelo sucessor da petista, afirma que no período de Lula e Dilma "era possível compreender as intenções com a educação, especialmente com a educação pública".

E prossegue com críticas semelhantes às de opositores do atual governo: "Com uma nova coligação no poder, novas intenções se revelam, sobre as quais se instaura uma dinâmica de direita-volver, com ataques à universidade pública, patrocinados por interesses financeirizados do Banco Mundial, que possivelmente coloquem em xeque as políticas de acesso e permanência".

A tese de doutorado do reitor escolhido por Bolsonaro para comandar a UFFS ainda se atém à influência do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em alunos contemplados no programa de assistência estudantil. As origens e histórias de vida de alguns deles são objeto de análise de Recktenvald, que constata a simpatia dos jovens pelo movimento.

"O simples envolvimento com o MST, a meu ver, não potencializa vulnerabilidades destes estudantes", afirma. Em seguida, reconhece potenciais benefícios da convivência com o MST: "o conhecimento que se desenvolve nos espaços de militância, seja neste ou em qualquer outro, pode ser riquíssimo para o crescimento cidadão destes estudantes".

Reitor eleito promete "reação democrática"

A nomeação de Marcelo Recktenvald foi recebida como afronta à democracia na UFFS, mas previsível segundo o vencedor da disputa. "Recebemos a notícia com certa surpresa, embora soubéssemos da possibilidade", admite Anderson Alves Ribeiro, até o início de agosto o diretor do campus de Erechim — a sede da universidade fica em Chapecó (SC), e também existem campi em Laranjeiras do Sul (PR), Realeza (PR), Cerro Largo (RS) e Passo Fundo (RS).

O eleito questiona a motivação da escolha do presidente Jair Bolsonaro. "O processo de consulta e de composição da lista tríplice foi realizado dentro dos marcos legais, sem problemas judiciais, democrático e participativo. Não há motivo que desqualifique nosso processo e tampouco a nomeação do primeiro indicado na lista tríplice".

"Qual a motivação de não indicar o primeiro?", pergunta. "A lista não é apenas uma

coleção de nomes, com um ordenamento qualquer, é uma ordem de indicação. O primeiro é o indicado pela comunidade universitária, no impedimento deste o segundo é nomeado e assim por diante".

"Na administração pública, diferente da esfera privada, os atos devem ser motivados e o gestor público deve, além de seguir a legislação, dar transparência e clareza aos seus atos", defende. Ribeiro afirma que a comunidade acadêmica deve reagir "por vias democráticas" e que não vai abandonar o programa de gestão que foi aprovado pela maioria da comunidade universitária.

Procurado, o reitor nomeado Marcelo Recktenvald não foi localizado. Segundo um funcionário da coordenação do curso de Administração em Chapecó, onde o professor voltou a dar aulas recentemente, seu número de telefone não estava atualizado. Ele também não respondeu e-mail enviado pela reportagem.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - ÚLTIMAS

Fiocruz Pernambuco completa 69 anos com lançamento de doutorado

Na próxima segunda-feira (2), o Instituto Aggeu Magalhães (IAM), unidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Pernambuco, irá celebrar os seus 69 anos de existência. Para marcar a data, haverá o lançamento do Doutorado Profissional em Saúde Pública – o primeiro da Fiocruz nesta modalidade, cujo edital será lançado ainda no mês de setembro.

Aprovado pela **Capes**, em dezembro de 2018, o curso tem caráter interdisciplinar e multiprofissional, com o objetivo de formar doutores na área de concentração da Gestão em Saúde. O curso tem cinco eixos temáticos. São eles: Gestão e Avaliação de Serviços de Saúde; Gestão da Vigilância em Saúde; Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde; e Gestão de Ciência e Tecnologia em Saúde.

Essa turma do doutorado profissional é fruto de uma parceria entre o IAM e a Secretaria de Saúde de Pernambuco (SES/PE). Por isso, esta edição destina-se, exclusivamente, a capacitar servidores da SES, com vínculo empregatício nas áreas relacionadas às linhas de pesquisa do curso. Serão oferecidas 10 (dez) vagas e não existe oferta de bolsa. O financiamento das despesas para garantir a participação do aluno no curso será de responsabilidade da sua instituição de origem ou do próprio aluno.

A programação de aniversário do IAM inclui a entregas de algumas obras. Entre elas, um novo hall, acesso de pedestre e recepção, além das novas estruturas da quadra, biotério e almoxarifado. A obra também contemplou o laboratório de biossegurança nível 3 (NB3), que além do reforço estrutural ganhou duas unidades refrigeradoras de líquidos.

topo ↕

DIREITO DESCOMPLICADO - TEMPO REAL

Prorrogado prazo para submissão de artigos para Revista CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) prorrogou o prazo para submissão de artigos para a próxima edição da Revista CNJ. Os interessados terão até o dia 11 de outubro para enviar trabalhos. Para isso, basta acessar o link Informações para Autores, que disponibiliza informações sobre a revista e orientações para cadastramento. As diretrizes para elaboração de artigos estão no link Chamamento de Artigos.

Veiculada semestralmente, a Revista Eletrônica CNJ foi criada para disseminar

trabalhos acadêmicos que tenham por objeto o Poder Judiciário ou a prestação dos serviços jurisdicionais no Brasil. Editada segundo requisitos exigidos pelo sistema Qualis-Periódicos – gerenciado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** – a revista também tem a missão de disseminar alguns dos principais julgados do Plenário do CNJ.

Gestão pública

Um dos artigos publicados na terceira edição da revista eletrônica, intitulado “A eficiência nos Tribunais Judiciais Brasileiros: um olhar sobre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, apresentou a importância da eficiência na gestão da Justiça brasileira. O texto, que pode ser acessada pelo link: <http://www.cnj.jus.br/ojs/index.php/revista-cnj/issue/view/2/2>, discute as características do modelo gerencial na administração pública brasileira e no Judiciário a partir de estudo de caso sobre o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA).

No artigo, destacam-se indicadores de eficiência e medidas adotadas pela atual gestão para melhorar a qualidade da prestação jurisdicional. De autoria da economista, professora e doutora em Ciências Sociais Ana Elizabeth Neirão Reymão, do juiz (TJEP), mestre e professor Geraldo Neves Leite e pela Mestre em Direito, bacharel em Economia e Direito e professora Karla Azevedo Cebolão, o artigo aponta a necessidade de melhorar a qualidade da prestação jurisdicional como forma de legitimar o Estado diante dos enormes desafios da agenda da gestão pública, no combate ao patrimonialismo e clientelismo.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Manifestação dos pró-reitores da USP em apoio ao CNPq e contra a sua extinção Brasil vive a “maior crise do sistema de ciência e tecnologia” em sua história, afirma a carta, encaminhada a parlamentares em Brasília

Os pró-reitores da Universidade de São Paulo (USP) divulgaram nesta quinta-feira, 29 de agosto, um manifesto contra a possível “extinção” do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), principal agência de fomento à ciência do governo federal.

“Estamos diante da maior crise do sistema de ciência e tecnologia em nosso país”, diz a carta. “Os pró-reitores da USP manifestam-se em favor da manutenção dos recursos para o CNPq e contra a sua extinção. O Brasil não pode perder este valioso patrimônio de conhecimentos que foi construído, pelo esforço conjunto de cientistas e da sociedade brasileira, desde a criação do CNPq em 1951.”

A carta é assinada pelos pró-reitores Edmundo Baracat (Graduação), Carlos Carlotti Júnior (Pós-graduação), Sylvio Canuto (Pesquisa) e Maria Aparecida Moreira Machado (Cultura e Extensão), e seus respectivos adjuntos. Ela foi enviada por email a todos os diretores de unidades e presidentes de comissões de pesquisa da USP, assim como a deputados e senadores em Brasília — somando-se a uma enxurrada de manifestações em defesa do CNPq que foram encaminhadas ao Congresso e ao governo federal nas últimas semanas.

O orçamento do CNPq aprovado para este ano é insuficiente para pagar as 84 mil bolsas que a agência oferece a pesquisadores de todo o Brasil, como forma de impulsionar a pesquisa e o desenvolvimento científico do País. Os recursos disponíveis acabam agora,

no início de setembro, com o pagamento da folha de agosto. A concessão de novas bolsas já foi sustada, e ainda são necessários R\$ 330 milhões em crédito suplementar para continuar pagando as bolsas vigentes até o fim do ano. O orçamento de fomento (apoio a projetos de pesquisa) do órgão também já está praticamente zerado — além de ter sido substancialmente reduzido nos últimos anos.

Os pró-reitores ressaltam que o CNPq desempenha um “papel primordial” no financiamento e desenvolvimento da ciência brasileira; contribuindo de forma significativa “para o desenvolvimento econômico e social do País”. Leia abaixo a íntegra da carta.

Manifestação dos pró-reitores da USP em apoio ao CNPq e contra a sua extinção
O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), é, desde sua criação em 1951 até hoje, uma das maiores e mais sólidas estruturas públicas de apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil.

Vem contribuindo significativamente para o desenvolvimento de pesquisas em áreas estratégicas e para a formação de pesquisadores em Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes.

O CNPq, que oferta várias modalidades de bolsas para estudantes de ensino médio da rede pública (Pibic-EM), ensino técnico e de graduação (Pibiti), estudantes de graduação (Pibic), pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, recém-doutores e pesquisadores já experientes (bolsas de produtividade em pesquisa), além de apoiar iniciativas como os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), centros de pesquisa multicêntricos brasileiros, em parceria com a **Capes**, Finep e as fundações estaduais de amparo à pesquisa, está na iminência de cortar o financiamento das bolsas de mais de 80 mil pesquisadores.

A agência necessita de uma suplementação de R\$ 330 milhões em seu orçamento, para cumprir os compromissos assumidos em 2019. Lembramos o histórico do CNPq e seu papel no sistema de Ciência e Tecnologia do nosso país. Em maio de 1946, o almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva, representante brasileiro do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), propôs ao governo, por intermédio da Academia Brasileira de Ciência (ABC), a criação de um conselho nacional de pesquisa.

Em 1951, o presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, criou o CNPq, por meio da lei nº 1.310. Ao longo da sua história, o CNPq vem desempenhando papel primordial na formulação e condução das políticas e de financiamento a ciência, tecnologia e inovação. Contribui, de forma significativa, para o desenvolvimento econômico e social do país e o reconhecimento das instituições de pesquisa e pesquisadores brasileiros pela comunidade científica nacional e internacional.

Estamos hoje diante da maior crise do sistema de C&T de nosso país. Os pró-reitores da USP se manifestam em favor da manutenção dos recursos para o CNPq e contra a sua extinção. O Brasil não pode perder este valioso patrimônio de conhecimentos que foi construído, pelo esforço conjunto de cientistas e da sociedade brasileira, desde a criação do CNPq, em 1951.

Edmund Chada Baracat
Pró-Reitor de Graduação da USP

Maria Vitória Lopes Badra Bentley
Pró-Reitora Adjunta de Graduação da USP

Carlos Gilberto Carlotti Júnior
Pró-Reitor de Pós-Graduação da USP

Marcio de Castro Silva Filho
Pró-Reitor Adjunto de Pós-Graduação da USP

Sylvio Roberto Accioly Canuto
Pró-Reitor de Pesquisa da USP

Emma Otta
Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa da USP

Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado
Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária

Margarida Maria Krohling Kunsch
Pró-Reitora Adjunta de Cultura e Extensão Universitária

Jornal da USP

topo ↕

JORNAL DA USP - SP - GERAL

**“Queremos levar a Escola a uma posição de maior inserção na sociedade”
Afirmção é da diretora da Escola de Enfermagem, Regina Szyllit, que tomou posse
junto com a vice-diretora, Maria de Fátima Fernandes Vattimo**

“Hoje, celebramos a posse de uma nova gestão, mas, mais do que isso, celebramos a enfermagem, que está em destaque no mundo. A Organização Mundial da Saúde e o Conselho Internacional de Enfermagem a colocam em destaque, por exemplo, com o lançamento da campanha global Nursing Now [Enfermagem Agora]. Reconhecem que os enfermeiros e enfermeiras estão na liderança das equipes de saúde, desempenhando um papel crucial na prevenção e no tratamento de enfermidades”.

Assim a nova diretora da Escola de Enfermagem (EE) da USP, Regina Szyllit, deu início a seu discurso na cerimônia que marcou sua posse como dirigente da Unidade, realizada no dia 29 de agosto, no auditório da EE. No evento, também foi empossada a nova vice-diretora da EE, Maria de Fátima Fernandes Vattimo.

Regina elencou, dentre os principais desafios da Escola, a busca por novas parcerias institucionais no exterior para a implementação de programas de graduação e de pós-graduação com dupla titulação; a intensificação do programa de professores visitantes e de pós-doutoramento; e a atualização dos programas curriculares acadêmicos.

“Acreditamos que nossa experiência científica, docente e administrativa, em sinergia com as diretrizes gerais da USP e com o apoio dos órgãos colegiados e de toda a

comunidade interna, levará a EE a uma posição com ainda maior inserção na sociedade e contribuirá para o fortalecimento da USP como uma universidade de alto impacto”, destacou.

Para o reitor da USP, Vahan Agopyan, a Escola tem um papel de protagonista no ensino e na pesquisa da Enfermagem no Brasil. Agopyan destacou que a EE foi a primeira instituição a criar um programa de doutorado internacional (Dinter) no Brasil, resultado de um convênio com Escola de Enfermagem da Pontifícia Universidade Católica do Chile.

“No final da década de 80 e início da década de 90, discutia-se na Capes [Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] a necessidade de se ter pós-graduação em Enfermagem, por esta ser considerada uma profissão empírica. A Escola de Enfermagem de São Paulo, em conjunto com sua coirmã de Ribeirão Preto, graças a seu empenho, conseguiram impor o caráter científico a esta profissão, dando a ela a estrutura acadêmica necessária para se consolidar dentro de uma universidade de pesquisa como a USP”, considerou o reitor.

Quem são

Regina Szylyt é graduada em Enfermagem pela EE, com mestrado em Enfermagem Pediátrica e doutorado em Enfermagem, todos pela USP. Participou do programa de pós-doutorado na área de Cuidados Paliativos na Escola de Enfermagem da Universidade de Yale, nos Estados Unidos. Professora titular da EE desde 2008, é líder do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Perdas e Luto da Escola. Dedicou-se à produção de conhecimentos relativos às áreas de enfermagem da família, morte e luto, cuidados paliativos e métodos qualitativos de pesquisa.

Maria de Fátima Fernandes Vattimo possui graduação em Enfermagem, mestrado em Ciências Biológicas (Biologia Molecular), doutorado em Ciências de Saúde, área de Ciências Básicas de Nefrologia, todos pela Universidade Federal de São Paulo, além de pós-doutorado na Universidade de Indiana – Universidade Purdue, nos Estados Unidos. Coordena estudos relacionados a biomarcadores de lesão renal aguda em pacientes críticos e desenvolve pesquisas sobre a fisiopatologia da lesão renal aguda em modelos experimentais.

topo ↕

PORTAL DO AGRONEGÓCIO - TEMPO REAL

ILPF - 6 minutos que fazem a diferença

Fêmeas monitoradas com colares e sensores: pecuária de precisão

Fêmeas bovinas da raça Canchim monitoradas por 94 dias durante a primavera em sistema integrado lavoura-pecuária-floresta (ILPF) revelaram um nível de atividade mais alto do que aquelas que permaneceram o mesmo tempo em pastos a pleno sol. A pesquisa com esses resultados acaba de ser premiada como melhor trabalho científico do 29º Congresso Brasileiro de Zootecnia - Zootec 2019, realizado em Uberaba (MG) de 13 a 16 de agosto.

O estudo foi desenvolvido na Embrapa Pecuária Sudeste (São Carlos-SP) pela equipe do pesquisador Alexandre Rossetto Garcia. A aluna de doutorado Andréa Barreto, orientada por ele, fez a apresentação no congresso e recebeu o prêmio. O Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal, ao qual ela está vinculada, foi criado por um

convênio entre a UFPA (Universidade Federal do Pará), Embrapa e UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia).

O trabalho premiado se chama “Monitoramento eletrônico do comportamento de novilhas de corte mantidas em sistema de ILPF”. A equipe acompanha a rotina de animais por meio de colares eletrônicos com sensores colocados nos bovinos e de receptores que transmitem os dados a computadores da fazenda.

O monitoramento permite acompanhar os períodos em que os animais permanecem em ócio, em atividade ou em ruminção. Neste último caso, de acordo com Andréa, um sensor acústico permite saber se o gado está mastigando ou ruminando. “Também usamos um acelerômetro, aparelho que indica se o animal está em movimento”, disse ela.

INDICAÇÃO DE MANEJO

A boa notícia vem justamente dos períodos mais quentes do dia, manhã e tarde. Nessas horas, as fêmeas monitoradas sob a sombra das árvores se movimentaram seis minutos a mais em cada hora em comparação com as que estavam expostas ao sol. “Em um dia, isso representa mais de uma hora de movimentação a mais. Isso significa que essas fêmeas desenvolveram outras atividades”, explicou Rossetto.

De acordo com o pesquisador, a informação é relevante para definir estratégias de manejo, já que as fêmeas em sombra conseguem sair em busca de alimentos de melhor qualidade, ficam mais disponíveis para eventos reprodutivos e apresentaram melhores referências biológicas. “Esses eventos refletem na produtividade”, afirmou.

Além da movimentação nas duas áreas, a pesquisa avaliou o tempo de ócio – as fêmeas que estavam a pleno sol permaneceram mais tempo paradas (14%), em comparação com as que estavam sob as árvores, uma atitude típica de animais em desconforto térmico. “O monitoramento permite avaliar também se o ócio era normal ou se indicava algum problema de saúde”, falou Andréa.

Dados do microclima também foram coletados, como temperatura do ar, umidade relativa, velocidade do vento e chuvas. O monitoramento ocorreu em período integral (24 horas por dia). Os dados noturnos e da madrugada não apresentaram diferenças significativas.

Os pesquisadores também calcularam as médias dos índices de temperatura e umidade (ITU) e de globo negro e umidade (ITGU), que apontam quando o animal está em conforto térmico nas condições tropicais. Eles explicaram que quando o ITGU está entre 74 a 78, o animal já apresenta desconforto térmico. Na pesquisa, no período da tarde a pleno sol, esse índice chegou a 79,7, o que caracteriza condição de estresse térmico, enquanto no sistema sombreado as médias variaram de 74,1 a 77,5.

“A ILPF melhora as condições de microclima, atenuando o calor em função da presença das árvores, o que favoreceu a prática de atividades”, disse Andréa. Estudo anterior da equipe de Alexandre Rossetto já apontava que a presença de animais em área sombreada reduzia a procura por água.

As pesquisas vão prosseguir por meio de um projeto recém-aprovado pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), que vai avaliar o comportamento de touros no sistema integrado. A pesquisa de doutorado de Andréa, que tem foco em conforto térmico de bovinos a pasto, também continuará sendo desenvolvida na Embrapa de São Carlos.

São parceiros da pesquisa premiada, além das duas universidades do norte do país e Embrapa, a Universidade Federal Fluminense, o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), a empresa Cow Med, a Fapesp, **Capes** e CNPq.

PREMIAÇÃO

Andréa ficou entre os 12 pesquisadores selecionados no Zootec 2019 para apresentar seu trabalho de forma oral. Ao todo, o congresso recebeu 1.300 trabalhos e cerca de 1.500 participantes nos quatro dias de programação. “A organização escolheu as três melhores pesquisas de cada área para a apresentação”, contou. A banca era composta por pesquisadores que são referência no Brasil sobre os temas. A premiação como o melhor trabalho aconteceu na sexta à tarde, dia 16 de agosto.

Rossetto ficou orgulhoso com o resultado e estimula a aluna. “Esse tipo de monitoramento é tendência no agronegócio. Os jovens precisam se engajar nessa área porque a pecuária vai precisar de profissionais qualificados em pecuária de precisão.”

No ano passado, outra aluna orientada por Rossetto, Amanda Prudêncio Lemes, foi premiada na 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Tecnologia de Embriões, considerada o maior congresso de reprodução animal do país.

topo ↕

REVISTA GALILEU - TEMPO REAL

**Futuro do mercado de trabalho depende de investimentos na ciência
Especialistas afirmam que a produção de pesquisas e o desenvolvimento de inovações são essenciais para gerar novas tecnologias e profissões ainda inexistentes**

Até o ano de 2030, 50% dos empregos que você conhece hoje deixarão de existir. O dado é de um levantamento Futuro do Trabalho 2018 do Fórum Econômico Mundial. E para que a humanidade possa preencher com eficiência os novos postos de trabalho, é preciso investir em ciência e tecnologia, conforme indicaram pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), nos Estados Unidos.

Durante a conferência The Future of Work, realizado em São Paulo na última quinta-feira (29 de agosto) e organizado pelo MIT Sloan para a América Latina, os especialistas indicaram que a Inteligência Artificial (IA) e o Aprendizado de Máquinas serão algumas das tecnologias que vão demandar novos profissionais nas próximas décadas.

“Invenção não é o suficiente para a inovação, que basicamente trata-se de uma ideia nova. A ciência é a base para a inovação”, disse Ezequiel Zylberberg, pesquisador do MIT e coautor do estudo Innovation in Brazil: Advancing Development in the 21st Century (Inovação no Brasil: Avançando o Desenvolvimento no Século 21, em tradução livre). A pesquisa, que foi publicada em inglês, será disponibilizada em português até o final deste ano.

Na visão dele, o Brasil passa por um momento crítico devido ao corte de bolsas científicas anunciado pelo governo federal. Zylberberg acredita que instituições como a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) são importantes para formar e treinar pesquisadores, que podem gerar a base para a cadeia de inovações no Brasil.

“O que está acontecendo com a comunidade científica, de sofrer corte de verbas dos estudantes, pode gerar um cenário catastrófico para o país”, ele declarou. “A ciência e a tecnologia são ferramentas para gerar novas indústrias, o que gera empregos e cria trabalho para o futuro.”

Trabalho com robôs

Para o holandês Gijs van Delft, diretor do Page Group Brasil, empresa de recrutamento, os robôs serão essenciais para o futuro do trabalho. Entretanto, ele acredita que nunca irão substituir 100% a necessidade de trabalhadores, pois as máquinas não possuem potencial de discernimento como os humanos. “Não podemos tratar com medo as profissões que não existem ainda”, ele comentou. “O fator humano é chave para promover a diversidade nas empresas e serão necessários postos de lideranças para gerenciar a atuação de pessoas e das máquinas.”

Roberto Rigobon, professor de economia aplicada do MIT Sloan, acredita que as áreas de STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática) contribuirão significativamente com melhorias e novas criações para o mercado de trabalho. Ele considera que, no futuro, não haverá competição entre tecnologia e pessoas, mas sim a colaboração do conhecimento humano e o processamento das máquinas.

Rigobon ainda sugeriu que cada vez mais as empresas vão precisar considerar o que ele chama de E.P.O.C.H.: sigla para os termos em inglês que significam "Ética; Presença e Contato Humano; Abertura e Empatia; Criatividade e Imaginação; e Esperança". “Vamos precisar de STEM para programar as máquinas, mas os dados podem cometer erros. O E.P.O.C.H. será complementar a Inteligência Artificial para tornar o trabalho mais rico”, afirmou.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Bolsonaro nomeia terceiro colocado dos votos para reitor da UFFS
Professor Marcelo Recktenvald obteve quatro votos do Conselho Universitário e era o terceiro colocado em lista tríplice; ele pretende rever relação da universidade com a comunidade externa e tem empatia pelo Future-se.

O presidente Jair Bolsonaro nomeou o terceiro colocado na lista tríplice para reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com campis em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. A nomeação do professor Marcelo Recktenvald, de 44 anos, foi publicada no Diário Oficial da União na quinta-feira (29).

Recktenvald vai assumir o lugar de Jaime Giolo, que ocupava o cargo de reitor eleito da UFFS desde 2015, quando ocorreu o primeiro processo de consulta previa à comunidade universitária e a votação do Conselho Universitário (Consuni). Antes disso, desde 2009, o próprio Giolo estava à frente do cargo como reitor pro tempore, ou seja, que foi designado temporariamente pelo Ministério da Educação (MEC).

O processo de escolha de composição da lista tríplice para reitoria da universidade - o segundo em sua história - teve o primeiro turno realizado em 29 de abril deste ano. O processo de consulta prévia contou com quatro chapas inscritas e participação de mais de 6 mil pessoas. Recktenvald teve 21,40% do total de votantes, ficando em terceiro lugar.

O reitor nomeado por Bolsonaro nesta sexta não chegou a participar do segundo turno do processo, realizado em 28 de maio. Participaram as duas chapas mais votadas. O resultado foi Anderson André Genro Alves Ribeiro em primeiro lugar, com 54,1%; e Antônio Inácio Andrioli, com 45,9%.

Já no processo de consulta ao Consuni, composto por 54 conselheiros, Recktenvald recebeu apenas quatro votos, de 49 votantes. O conselho seguiu a votação realizada pela comunidade universitária: o primeiro colocado foi o professor Ribeiro com 26, e Andrioli com 19 votos dos conselheiros. Os dados foram informados pelo atual reitor, Giolo, que também é presidente do órgão.

O presidente do país, no entanto, tem permissão para indicar qualquer um dos nomes da lista para a reitoria.

A posse de Recktenvald vai ocorrer na quarta-feira (4), em Brasília, no Ministério da Educação. Junto com o vice, Gismael Francisco Perin, ele tem como um dos principais objetivos ampliar a relação da instituição com a comunidade externa envolvendo os segmentos produtivos e empresarial.

Reitor nomeado

Em entrevista ao G1, Recktenvald destacou as mudanças no país. "O que percebemos é um posicionamento da comunidade que está com muitas demandas que tem sido apresentadas na sociedade e o reposicionamento inclusive da universidade pública. Creio que minha nomeação seja muito coerente com todos os movimentos que foram percebidos nas urnas nas últimas eleições para presidência".

Ele disse que não conhece o presidente Bolsonaro pessoalmente. "Ninguém pode questionar que a nomeação de um terceiro colocado de uma lista tríplice deixe de ser democrática. Atendemos todos os requisitos de legalidade, temos uma legitimidade da comunidade externa muito maior do que as outras candidaturas. É um processo que precisa ser aperfeiçoado com o tempo, e nós faremos isso", defendeu.

O professor também criticou o processo para a escolha do cargo. "O pleito eleitoral e de disputa da reitoria é muito disputado e embolado. No segundo turno [quando não entrou a chapa de Recktenvald] acredito que foi muito incoerente, uma vez que pelo que demanda lista tríplice, não faz sentido ter segundo turno, mas foi uma opção que a universidade fez e acabou sendo um resultado diferente do que foi no primeiro turno", explica.

Ele também questionou sobre a composição do Conselho Universitário, a participação da comunidade externa e da empatia pelo Projeto Future-se.

"O Conselho Universitário foi composto em um período que havia uma gestão, em que as posições ocupadas faziam parte de algum movimento de legitimação estruturante com a universidade, inclusive com algumas disfunções no processo de escolha dos conselheiros, que não tem uma escolha representativa, em que todos tem igualdade e oportunidades", disse.

"O Conselho Universitário tem uma estrutura que foi construída dentro de um escopo ideológico muito claro das universidades federais, diferente do que acredito, e do que os nossos apoiadores demandavam e que a nossa candidatura representou. Defendemos o envolvimento da comunidade externa de maneira ampla e não direcionada a alguns segmentos. As entidades externas que historicamente tinham participação na universidade eram ligadas à partidos políticos de esquerda e movimentos sociais do tipo MST, Mulheres Campesinas, órgãos muito ideológicos do partido dos trabalhadores e com a universidade não pode ter esse tipo de aparelhamento, ela precisa de verdade de uma representatividade ampla da sociedade, como a aproximação com o segmento produtivo e empresarial", disse.

Também afirmou que os princípios de gestão foram os diferenciais em relação aos outros candidatos. Segundo o professor, entre os objetivos estão: a valorização das pessoas do trabalho, excelência acadêmica, integração com a comunidade, defesa da universidade pública com ensino gratuito, laica, apartidária e de qualidade, zelo com os princípios da administração pública. Além disso, o professor afirma que a religião não interfere na gestão profissionalizada.

Repercussão

O reitor atual Giolo, disse que as universidades geralmente esperam que ocorra a nomeação do primeiro da lista tríplice.

"Há todo um processo eleitoral que é feito e é um processo eleitoral sério. A expectativa é sempre a mesma, mas também não é o primeiro que o presidente Bolsonaro escolhe entre outros classificados da lista e ele até anunciou inclusive que iria escolher quem ele queria, e não o que a comunidade acadêmica quisesse", disse.

Após o anúncio, o reitor disse que não ocorreram manifestações na instituição. "Não sei como a comunidade acadêmica vai reagir, é muito cedo, pois todos ficaram sabendo agora de manhã sobre isso. De maneira geral, as universidades entendem que isso é uma espécie de afronta ao princípio da autonomia universitária, mas não é ilegal, a lei faculta o presidente escolher entre os três da lista, mas tem sempre uma expectativa pelos princípios democráticos, então certamente gera frustração e não sei como isso vai se traduzir", explicou.

O primeiro colocado da lista tríplice, Anderson André Genro Alves Ribeiro, se disse surpreso com a decisão, mesmo sabendo que a indicação de qualquer um dos nomes é possível, conforme prevê legislação. Nesta semana, na quarta-feira (28), ele chegou a ser contatado pelo MEC, pelo gabinete da Secretaria de Educação Superior, para falar da solenidade de posse.

"Mas a surpresa maior não foi por causa deste contato, mas sim porque tivemos um processo de escolha, de composição da lista tríplice da universidade, que foi pautado pela legalidade. Ou seja, não existe nenhum desabono dentro do nosso processo que

poderia motivar a indicação de outro que não o primeiro indicado da lista”, observou.

“Posteriormente o que me vem à cabeça é o desdobramento disso, a consequência para a universidade. Porque a instituição ao invés de concentrar suas energias nas discussões importantes do ensino, na formação de profissionais, na pesquisa científica, na extensão e na cultura, vai estar agora discutindo novamente a democracia, a legitimidade, a legalidade, moralidade, ou seja, desfocando a universidade daquilo que ela deveria estar focada”, complementou.

O segundo colocado, Antônio Inácio Andrioli, preferiu não se manifestar sobre a decisão.

Quem é o novo reitor

O professor Marcelo Recktenvald foi nomeado como reitor da UFFS pelo presidente Jair Bolsonaro. — Foto: Facebook/ Arquivo Pessoal O professor Marcelo Recktenvald foi nomeado como reitor da UFFS pelo presidente Jair Bolsonaro. — Foto: Facebook/ Arquivo Pessoal

O professor Marcelo Recktenvald foi nomeado como reitor da UFFS pelo presidente Jair Bolsonaro. — Foto: Facebook/ Arquivo Pessoal

Marcelo Recktenvald é doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) , mestre em Administração pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB); possui especialização em Gestão Estratégica Empresarial pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e especialização em Avaliação Institucional pela Universidade de Brasília (UnB) . Bacharel em Administração pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e em Teologia pela Faculdade Kurios. Tem experiência nas áreas de Administração e Educação, com ênfase nos seguintes temas: gestão universitária, avaliação institucional e regulação, educação superior, políticas públicas, administração geral.

O professor leciona desde 2000. Na UFFS em Chapecó, no Oeste catarinense, desde julho de 2010. Ele é cristão, conservador, pastor por vocação e é membro da Igreja Batista de Balneário Camboriú, no Litoral Norte catarinense. Até março deste ano ocupou o cargo de Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da universidade.

Sobre a universidade

A UFFS atualmente tem campus em seis cidades, entre os três estados do Sul. Em Santa Catarina está o maior deles, em Chapecó. No Rio Grande do Sul são três campi, em Passo Fundo, Erechim e Cerro Largo, e há dois também no Paraná, em Laranjeiras do Sul e Realeza.

No total, 8.602 alunos estudam nos seis campi, em 44 cursos de graduação. A universidade ainda conta com 712 professores. Na pós-graduação, são 1,161 estudantes.

A universidade foi criada em 2009 e teve como reitor pro tempore com designação temporária feita pelo MEC, Dilvo Ristoff. Ele ficou no cargo por seis meses e assumiu em seguida o vice Jaime Giolo. Em 2015, no primeiro processo envolvendo a consulta prévia à comunidade universitária e o Consuni, Giolo foi o primeiro da lista tríplice, com maior votação. O resultado foi acatado pelo presidente da época. O atual reitor se manteve no cargo então por nove anos.

Nomeações nas universidades

A nomeação feita diretamente pelo presidente Jair Bolsonaro, sem acatar a decisão da comunidade universitária, não foi a primeira. Também ocorreu na Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), para as federais do Triângulo Mineiro (UFTM) e do Recôncavo da Bahia (UFRB). O caso mais recentemente, envolveu o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) com recém-nomeado Maurício Aires Vieira, que foi alvo de protestos.

Apesar de a escolha do reitor ser prerrogativa do presidente, a nomeação de candidato menos votado rompe com uma tradição que se mantinha, com a gestão do governo do PT.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Enade - prazo para correção de informação termina nesta sexta-feira

Termina nesta sexta-feira (30) o prazo para as instituições de ensino superior corrigirem alguma informação incorreta de estudantes e de cursos para a realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2019. A prova será aplicada para novos alunos e formandos em 24 de novembro.

A correção é necessária uma vez que qualquer dado errado impossibilita o aluno e a instituição de participarem do Enade. O objetivo do exame é avaliar o aprendizado de universitários em diferentes cursos.

As alterações devem ser feitas unicamente pela internet, no Sistema Enade, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC).

De acordo com o MEC, este ano, serão avaliados os estudantes dos cursos das áreas de ciências agrárias, ciências da saúde e áreas afins; engenharias e arquitetura e urbanismo; e grau de tecnólogo nos cursos superiores de tecnologia nas áreas de ambiente e saúde, produção alimentícia, recursos naturais, militar e segurança.

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

Encceja : termina nesta sexta-feira prazo para recursos

Mais de 1,1 milhão de estudantes fizeram o exame no último domingo

Termina nesta sexta-feira (30) o prazo para recursos de quem participou do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). A prova foi aplicada no último domingo (25), com 1,1 milhão de participantes dentro de um universo de 3 milhões de inscritos.

Os recursos são um instrumento para quem fez o teste poder questionar determinado item ou requerer a revisão do desempenho em alguma parte das perguntas, caso se sinta prejudicado de alguma maneira pelo conteúdo das tarefas. Quem desejar fazer a contestação deve apresentá-la por meio do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

Os mais de 1,1 milhão de participantes representaram um aumento de 45% em relação à última edição do Encceja, um recorde histórico segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub. No total, inscreveram-se pessoas de 613 municípios de todas as

regiões do país.

Os gabaritos devem ser divulgados no dia 6 de setembro. Já os resultados estão previstos para dezembro, em dia ainda não divulgado pelo Ministério da Educação.

O Enceja é voltado para pessoas que não terminaram os estudos na idade adequada e desejam obter a certificação de conclusão do ensino fundamental ou médio. Para o certificado de ensino fundamental a idade mínima é de 15 anos. Já para o de ensino médio, o exigido é pelo menos 18 anos.

Enceja Exterior

Já quem vai fazer o Enceja Exterior, para brasileiros residentes em outros países, já pode conferir os locais de prova. Eles podem ser conhecidos por meio do cartão de confirmação de inscrição, que pode ser acessado pela página do candidato.

O exame será aplicado em 18 cidades em 12 países: Bruxelas (Bélgica); Barcelona e Madri (Espanha); Boston, Houston, Nova Iorque e Miami (Estados Unidos); Paris (França); Caiena (Guiana Francesa); Amsterdã (Holanda); Roma (Itália); Nagoia, Hamamatsu e Tóquio (Japão); Lisboa (Portugal); Londres (Reino Unido), Genebra (Suíça) e Paramaribo (Suriname) .

topo ↕

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - BRASIL

A tragédia da educação

São uma verdadeira tragédia os números da educação mostrados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua escancara uma dura realidade que explica em grande parte o atraso do qual o país não consegue se desvencilhar. É inadmissível que mais da metade da população com 25 anos ou mais nem sequer tenha concluído o ciclo básico, que vai até o Ensino Médio, e um terço nem o fundamental completo possua.

Também choca que ainda hoje existam 11,3 milhões de brasileiros que não sabem ler ou escrever. A ínfima melhora dos indicadores em relação à pesquisa anterior, tanto no caso da alfabetização quanto da escolaridade dos brasileiros, é mais motivo de vergonha e de indignação do que de alívio por não ter sido verificada uma piora. Há uma constatação ainda mais preocupante: o desinteresse em melhorar a escolaridade cresce exatamente nas faixas de menor instrução. Assim, é uma catástrofe que se realimenta.

Nenhuma nação dá um salto de qualidade que permita a sua população almejar um futuro melhor sem investir pesado na educação. A situação contrária, em que o ensino é relegado a um segundo plano, costuma condenar países à condição de subalternos no jogo econômico global. Pessoas sem o mínimo do processo de aprendizagem, em regra, são relegadas ao subemprego e à incapacidade de compreensão do mundo em que vivem.

Espera-se que, com o quadro desolador pintado pelo IBGE, o Ministério da Educação finalmente desperte. Passou da hora de abdicar de polêmicas desnecessárias geradas por posições ideológicas e começar a centrar a energia da pasta em políticas para iniciar uma transição que faça o Brasil deixar de ocupar posições humilhantes em rankings de nível de escolaridade e de aprendizado.

Óbvio que o atual governo não pode ser responsabilizado pelos números, colhidos no ano passado. Mas, uma vez eleito, o presidente Jair Bolsonaro tem o dever de ordenar o fim da paralisia da área. As metas do Plano Nacional de Educação (PNE), por exemplo, correm o risco de não ser alcançadas. São 20, mas 16 estão estagnadas e quatro tiveram cumprimento parcial. A taxa de analfabetismo, que deveria cair para 6,5% em 2015, no ano passado estava em 6,8%.

Medidas tóxicas não resolverão o problema brasileiro. E politizar o tema é seguir arriscando as gerações futuras. Em plena era do conhecimento, em que ciência, tecnologia e inovação ganham relevância ainda maior, apenas 26% da população brasileira com 25 anos ou mais completa uma faculdade. É urgente, portanto, partir para a reinvenção da educação no Brasil.

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL CIÊNCIA E FUTURO

Um insumo essencial para o desenvolvimento econômico está em risco: cérebros. O alerta do ministro de Ciência e Tecnologia de que já não há dinheiro para bolsas do CNPq para o resto do ano afeta o futuro da pesquisa e drena a reserva de profissionais altamente capacitados no Brasil. Nos últimos cinco anos, os recursos da agência de fomento encolheram de R\$ 2,15 bilhões para R\$ 864 milhões, valor que, neste mês, já está 100% comprometido.

Em julho, a concessão de novas bolsas havia sido suspensa e, no último dia 15, 4.500 contratos ociosos ou aguardando aprovação foram cancelados. Um abaixo-assinado da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que tinha 800 mil adesões até a última quinta-feira, pede a liberação de mais R\$ 300 milhões para garantir a subsistência das 84 mil bolsas do órgão até o fim do ano, iniciativa encampada por membros da base aliada, como o senador Major Olímpio (PSL-SP).

O CNPq responde por seis em cada dez estudos científicos financiados por agências de fomento no Brasil. Quatro em cada dez pesquisas em biologia e três em cada dez na área de engenharia dependem de seus recursos. Em Minas Gerais, o desenvolvimento de remédio contra a leishmaniose – doença com 314 casos no ano passado – já foi paralisado na Universidade Federal do Triângulo.

E a reitora da UFMG alertou em maio que também há risco para iniciativas contra a dengue, cujo surto deixou 125 mortes neste ano. Sem perspectivas de prosseguir estudos aqui, cientistas cruzam fronteiras. Segundo a consultoria JBJ Partners, dos brasileiros que migraram em definitivo para os EUA desde 2014, 23% são doutores, mestres ou detentores de MBA.

Uma expatriação de conhecimento, na qual o custo para o futuro é infinitamente maior do que a bolsa de R\$ 2.200 mensais paga a um doutorando.

topo ↕

O TEMPO - MG - OPINIÃO

Universidade pública é para todos

Doutor em educação histórica e professor no Curso Positivo

O gasto médio do governo por aluno no Brasil é menos da metade dos países da OCDE – US\$ 3.800, contra US\$ 8.700, para o primeiro ciclo do ensino fundamental. Ou seja, o fato é que gastamos muito pouco com a educação básica. Com creches, então, nesse

ritmo, esqueçam. Esse é o problema. Claro, cristalino. E vem a pergunta: cobrar mensalidades dos alunos e alunas das universidades públicas é a solução?.

Deduzindo os 50% de alunos das universidades públicas que são cotistas, mais os que comprovarem não ter renda suficiente para cobrir as despesas, mais ainda os que pagarem só em parte e depois inadimplir, o que vai ser arrecadado com a cobrança de mensalidades na universidade pública vai melhorar, em que nível, o quadro de penúria dos investimentos do governo na educação?

Essa história de cortar e de cobrar para atender o contribuinte preocupado é uma falácia para encobrir um interesse muito mais perverso: o desmonte da universidade como unidade de ensino, extensão e pesquisa, como comunidade de inovação, como centro reconhecido de análise sobre os problemas do país e como referência para os que buscam uma crítica abalizada das boas e más práticas dos governos.

Exatamente por termos uma população médias em formação para a análise científica dos fatos – afinal, foram tantas décadas sem investimentos adequados no ensino superior – que os membros do governo ainda têm respaldo para os comentários que fazem ,como criticara s universidades públicas de fazerem pouca pesquisa ou de não contribuir para o desenvolvimento econômico do país. A falácia da improdutividade das universidades públicas brasileiras é tão facilmente desmentida pelos números do próprio MEC que nem vale a pena fundamentar uma defesa da gratuidade com esse argumento. É óbvio demais.

Mas imaginemos que o governo faça o que promete: teremos alunos cotistas e alunos bolsistas integrais, alunos meio bolsistas, alunos que financiarão suas mensalidades em instituições financeiras e alunos abonados que confundirão seus boletos da universidade com o do apartamento de Miami. OK, será feito um tipo de justiça. Quem tem recursos, pague. Justo? Imagine que você tem seu carro novo roubado e peça ajuda a um policial e ele lhe apresenta uma tabela com os preços que você deve pagar pelos serviços dele. Afinal, você pode, não? Justo?

Segundo o jornal El País, "quatro de cada 10 pessoas que concluíram os estudos universitários nos EUA têm de devolver algum tipo de empréstimo. O total supera US\$ 1,5 trilhão, montante que ultrapassa a riqueza de uma economia avançada como a da Espanha." Um governo ruim é aquele que defende algo cujas consequências ele não se preocupa em calcular. Um governo é ainda pior quando há precedentes e dados estatísticos conhecidos e disponíveis e, mesmo assim, não se preocupa com as consequências de seus atos.

A universidade pública deve ser igual para todos os que a frequentam. Gratuita nunca foi. As pessoas pagam imposto e usufruem de direitos. O de estudar é um deles. O de ir a um posto de saúde, outro. O de contar com segurança pública, mais um. Falta, agora, um governo que avance, buscando mais qualidade e ainda maior abrangência. Isso exige conhecimento, competência e seriedade. Talvez aí resida o verdadeiro problema.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Ortopedia da USP terá robô para ajudar a produzir órteses

Coletes para problemas de coluna e assentos para cadeiras de rodas serão primeiras peças feitas pela máquina

São Paulo

Foram quatro anos até que o projeto se materializasse, mas Cândida Luzo, terapeuta ocupacional do Instituto de Ortopedia e Traumatologia da USP, e Selma Lancman, professora da universidade, finalmente vão inaugurar um robô que vai dar literalmente uma mão na construção de órteses. Ele será, de acordo com as pesquisadoras, o primeiro do tipo no serviço público do país.

O braço robótico, que ainda não tem nome, possui uma fresa (ferramenta de corte) na ponta e será especialmente útil para duas tarefas. Uma delas é esculpir assentos de cadeiras de rodas personalizados em menos de uma hora. O trabalho é atualmente feito de forma manual, na base do estilete, e pode levar um dia inteiro.

A matéria-prima, um tipo de espuma, é moldada de acordo com o tamanho da pessoa e sua distribuição de peso, a partir de imagens em 3D. Depois de esculpido, o assento vai para a tapeçaria, onde é revestido e fica pronto para uso.

“A ideia não é só criar uma cadeira que seja confortável mas que ela tenha angulações, uma conformação que ajude no processo de reabilitação, a respirar melhor, a manter a postura”, diz Lancman. Um assento inadequado pode provocar feridas e, no fim das contas, dificultar ou inviabilizar a adaptação à cadeira de rodas.

Entre aqueles atendidos no serviço, que faz parte do complexo do Hospital das Clínicas, estão os que sofrem traumas, como em acidentes de trânsito (especialmente motociclistas), e também aqueles com doenças como distrofia de Duchenne e esclerose múltipla.

Hoje, há fila de mais de 450 pessoas aguardando atendimento para adaptação de cadeiras de rodas. Com o ritmo de produção do robô, deseja-se reduzir o tempo de espera dos pacientes.

A outra função do robô será ajudar na construção de coletes ortopédicos que permitam a correção de escoliose, por exemplo. Na primeira etapa, o paciente é escaneado. Em seguida, a imagem é processada por um software, que, por fim, envia as instruções para que o robô esculpa uma réplica do torso em espuma.

Com a peça em mãos, é possível planejar como será o colete e fazer os ajustes necessários para, por exemplo, tentar desentortar a coluna do paciente.

Até então, era preciso fazer um molde de gesso do tronco do paciente, construir uma espécie de boneco (às vezes de gesso, bem pesado) a partir dele e só então fazer o colete. No serviço público, isso demora até 40 dias, diz Luzo.

Segundo as especialistas, há certa negligência em relação à escoliose. A melhor época para tratar a condição é no início da adolescência. Depois de adulto e a depender da gravidade, só com cirurgia, que nem sempre funciona tão bem.

Um colete desses, na rede privada, sai por R\$ 4.500 ou mais. Pelas contas da terapeuta ocupacional, o custo por item para o serviço público deve ser menos da metade —ainda mais caro do que a técnica artesanal, mas com ganho de produtividade.

Um desafio é conseguir que o SUS remunere o serviço de acordo —hoje, pelos coletes mais caros, recebem-se cerca de R\$ 800, diz Luzo. “Mesmo num certo prejuízo, vamos começar a trabalhar, não podemos ficar paradas no tempo. Muitos dos coletes que fazemos hoje foram descritos na década de 1940.”

O robô custou, depois de intensa negociação, R\$ 100 mil; o software que o comanda, US\$ 40 mil (R\$ 167 mil); a instalação, R\$ 30 mil. Também há o custo de treinar o operador, cerca R\$ 12 mil.

Os recursos foram obtidos por meio da **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, que financia a pós-graduação no país), que apoiou o projeto. Além do IOT, fazem parte dele também o Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina, a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal do ABC. A princípio, o aparato tecnológico será utilizado principalmente dentro de protocolos de pesquisa e na formação de profissionais.

As primeiras peças devem ser produzidas a partir do fim de setembro, após detalhes da instalação serem resolvidos, como algumas questões de segurança. Haverá um dispositivo, por exemplo, que impede que o robô trabalhe caso alguém esteja dentro da sala onde ele opera —tudo para evitar acidentes.

topo ↕

FEIRAS DO BRASIL - TEMPO REAL

ABM Week 2019 recebe número recorde de trabalhos

Semana técnico-científica recebeu 929 contribuições, número é 22% superior ao da edição anterior do evento.

Semana técnico-científica recebeu 929 contribuições, número é 22% superior ao da edição anterior do evento.

Mesmo com todos os desafios consequentes da recessão econômica que atinge o Brasil, os esforços dedicados à pesquisa resistem, pelo menos nas áreas de metalurgia, materiais e mineração. Um indicador disso é o número recorde de trabalhos inscritos para participar da ABM Week 2019.

Ao todo foram 929 contribuições submetidas à avaliação de uma comissão técnica – formada por especialistas do setor – e que serão apresentadas em sessões orais e pôsteres entre os dias 1 e 3 de outubro, no Pro Magno Centro de Eventos, em São Paulo. O número representa um crescimento de 22% em relação aos trabalhos enviados para a edição anterior do evento, em 2018.

A expectativa é a de que as sessões técnicas da ABM Week promovam, mais uma vez, uma maratona de troca de conhecimento. "Este ano, teremos uma participação importante de profissionais estrangeiros, incentivada pela 11ª International Rolling Conference (IRC 2019), realizada pela primeira vez no Brasil, dentro da ABM Week", comenta o engenheiro Horacido Leal Barbosa Filho, presidente executivo da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (ABM).

Em momento conturbado, sobretudo nas universidades federais, uma série de fatores ajuda a entender o grande interesse no evento da ABM. A oferta de prêmios de reconhecimento técnico concedidos pela Entidade e patrocinados por empresas do setor

aos melhores trabalhos apresentados é um deles. Também contribui a possibilidade dos artigos serem publicados em periódicos com alto grau de indexação, como TMM (Tecnologia em Metalurgia, Materiais e Mineração), jmr&t (Journal of Materials Research and Technology) e Materials Research (Ibero-american Journal of Materials). Os dois últimos são indexados na base Scopus e têm classificação A1 e A2 (respectivamente) na Qualis.

Além disso, todos os trabalhos apresentados no evento são publicados no ABM Proceedings, coleção digital dos anais que aumenta a visibilidade dos artigos e amplifica a possibilidade de citações (somando pontos para o currículo lattes, por exemplo). No ABM Proceedings, a busca aos trabalhos se dá pela atribuição de um DOI (Digital Object Identifier) indexado às plataformas Crossref e Google Scholars.

"O interesse dos profissionais não deixa de ser uma mostra da consolidação do evento, que chega à sua 5ª edição atingindo um significativo grau de maturação", analisa Leal.

Sobre a ABM Week 2019

A ABM Week é o principal evento técnico-científico das indústrias metalúrgicas, siderúrgicas, mineradoras e de materiais na América Latina. Realizada pela ABM, a Semana tem como principais objetivos promover o intercâmbio tecnológico, o desenvolvimento industrial e a melhoria da competitividade das empresas. Para os profissionais, é uma oportunidade única para compartilhar conhecimento, fazer networking e se atualizar sobre novas tendências.

Ampla e diversificada, a programação inclui debates técnicos, painéis, plenárias e mesas-redondas, além de rodadas de negócios, rodadas de RH, coquetéis e área de exposição. Temas sensíveis para a indústria estarão no centro dos debates, como a robotização, o papel das startups para o aumento da produtividade e o desenvolvimento sustentável.

A expectativa dos organizadores é atrair mais de 1500 pessoas, entre representantes de grandes empresas nacionais e internacionais, universidades, centros de pesquisa e institutos de tecnologia.

Além de ser um fórum para debater temas atuais, a ABM Week é relevante por seu porte e abrangência. A Semana congrega onze eventos tradicionais da ABM: 74º Congresso Anual da ABM, 56º Seminário de Laminação e Conformação, 50º Seminário de Aciaria, Fundição e Metalurgia de Não-Ferrosos, 49º Seminário de Redução, 20º Simpósio de Mineração; 7º Simpósio de Aglomeração; 38º Seminário de Logística; 40º Seminário de Balanços Energéticos Globais e Utilidades; 34º Encontro de Produtores e Consumidores de Gases Industriais; 23º Seminário de Automação e TI; além do 19º Enemet – Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia Metalúrgica, de Materiais e de Minas.

Este ano, a Semana também sediará o principal evento da área de laminação no mundo, a 11ª International Rolling Conference (IRC 2019), realizada em parceria com a International Society of Steel Institutes (ISSI).

A ABM Week conta com o patrocínio das seguintes empresas (atualizado em 27/08):

Açokorte, Aperam, ArcelorMittal, Atomat, Beda, BRC, Cargo X, CBMM, Clariant, Condat, Danieli, Dassaut Systemès, DDMX, DME Engenharia, DSI Montagens Refratárias, ESW, Fosbel, Gerdau, Harsco, Hatch Cisdí, Ibar, Imerys, IMS Messsysteme, Ingersoll Rand, John Cockerill, Kelk/PLM, Kuttner, Lechler, Login Logística, Maina, Metso, Nalco, Nokia, Paradiso Giovanella, Paul Wurth, Polytec, Primetals, PSI Metals, Pyrotek, Reframax, RHI Magnesita, RIP, Saint-Gobain, SMS Group, Spraying Systems, Suez Water, Suncoke, Tecnosulfur, Ternium, Timken, Tora, Unifrax, Usiminas, Vale, Vamtec, Vesuvius, Villares Metals, White Martins. O evento também possui o apoio das seguintes instituições: Abendi, AIST, Capes, CNPq, Instituto Aço Brasil, Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram e SAE Brasil.

Serviço

ABM Week 2019

Data: de 1 a 3 de outubro de 2019

Local: Pro Magno Centro de Eventos (Av. Prof. Ida Kolb, 513 - Jardim das Laranjeiras - São Paulo / SP)

Informações e inscrições: www.abmbrasil.com.br/eventos

topo ↕

PORTAL FATOR BRASIL - TEMPO REAL

Quão bem os agricultores familiares podem viver na Amazônia

Estudo propõe uma análise de meios de vida e conservação florestal de pequenos produtores de cacau e gado na Amazônia Oriental.

Qual é o padrão de vida que pequenos agricultores familiares, produtores de cacau e/ou gado, podem alcançar em termos de bem-estar econômico? Essa é a pergunta que Daniel Braga procurou responder em sua tese, realizada no programa de Pós-Graduação em Recursos Florestais da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq/USP).

O trabalho concluiu que produtores de cacau em sistemas agroflorestais (SAFs) podem ser tão bem-sucedidos quanto produtores de gado, considerando que o cacau gerou, no mínimo, seis vezes mais renda que o gado (por hectare). Os produtores de cacau também tendem a ocupar menores áreas e conservar mais florestas. “Quando as famílias adotaram cacau e gado na mesma propriedade a chance de sucesso aumentou, consequentemente ao custo de maior desmatamento pela pecuária extensiva. Entendendo a complementariedade econômica entre ambos sistemas produtivos, a intensificação da pecuária em áreas menores é fundamental”, disse Braga.

PUBLICIDADE

A tese foi orientada pelo professor Edson Vidal (Esalq/USP), com supervisão do professor Flávio Gandara (Esalq/USP) e parceria com o professor Benno Pokorny da Universidade de Freiburg, na Alemanha. A partir da abordagem conhecida como Meios de Vida Sustentáveis, aperfeiçoada pelo Laboratório de Silvicultura Tropical (Lastrop/Esalq), foram aplicadas 95 entrevistas ao longo de sete municípios do Pará (Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Anapu, Pacajá, Novo Repartimento e São Félix do Xingu). Com os dados, o pesquisador desenvolveu um indicador de sucesso baseado na renda e moradia familiar.

Segundo o pesquisador, após quase meio século de ocupação da Transamazônica, ainda

há problemas graves de infraestrutura, educação, saneamento básico, criminalidade, disputa pela terra, entre outros. “A preocupação com os problemas decorrentes da pobreza e desmatamento ilegal, diante do mercado do cacau em ascensão mundial, cada vez mais, tem chamado atenção para os sistemas agroflorestais com cacau como potencial ferramenta de reabilitação de áreas degradadas/alteradas, capaz de conciliar a produção com a conservação florestal”, comentou.

Daniel sugere que o sistema agroflorestal com cacau, em condições favoráveis de solo, pode ser uma alternativa à pecuária extensiva. Segundo ele, além do cacau, os SAFs diversificam a renda familiar e, no melhor dos casos, podem incluir o uso de plantas nativas, adaptadas à menor fertilidade. “No entanto, para difundir tais sistemas produtivos mais complexos, é necessário reforçar políticas direcionadas às condições e populações locais, com suporte à agricultura familiar. Além disto, é fundamental consolidar mercados atrativos para uma diversa gama de produtos nativos, como castanha-do-brasil, açaí, babaçu, cajá, cupuaçu, bacaba, buriti e muitos outros. Portanto, é urgente estabelecer novas estratégias de desenvolvimento sustentável para Amazônia”, finalizou o pesquisador.

O estudo recebeu bolsa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e apoio de campo da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflo), Solidaridad, Casa Familiar Rural de Anapu (CFR), Cooperativa de Produtos Orgânicos do Xingu (Coopoxin), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Medicilândia, bem como a colaboração da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e da Universidade Federal do Pará campus de Altamira (UFPA).| Letícia Santin.

topo ↕

TRIBUNA UNIÃO - TEMPO REAL

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação termina hoje na Unit em Maceió

Desde ontem 29 e hoje 30 de agosto, a partir das 8h, o Centro Universitário Tiradentes – Unit AL sediará o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior – FOPROP Nordeste. No encontro, gestores das IES e representantes de órgãos reguladores e financiadores de programas de pós-graduação irão discutir o cenário atual de contingenciamento e articular proposições.

Os participantes serão recebidos no Anfiteatro do Campus Amélia Maria Uchôa, em Cruz das Almas, onde ouvirão as boas-vindas de Dário Arcaño, Reitor da Unit AL; George Rego Albuquerque, coordenador do FOPROP Nordeste; Fábio Guedes, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal) e vice-presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP); Diego Menezes, presidente do Instituto de Tecnologia e Pesquisas (ITP); e Daniela Kabengele, pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão da Unit AL.

“Este encontro é importante para discutir as estratégias voltadas à manutenção da pesquisa, inovação e pós-graduação no âmbito regional e nacional. Na atual conjuntura, mais do que nunca, os pró-reitores de pesquisa e pós-graduação devem estar unidos para enfrentar os desafios”, ressalta Daniela Kabengele, Pró-Reitora da Unit AL.

Programação

No primeiro dia de atividades, os gestores cumprirão agenda com formação da mesa de debates ‘Fomentos e Convênios’, apresentada por Zena Martins, diretora de Programas e Bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, que falará sobre a distribuição das bolsas de ensino, fomento ao Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD) e áreas prioritárias.

Em seguida, Fábio Guedes apresentará ‘O papel das Fundações de Amparo à Pesquisa no financiamento’. No período da tarde, Márcio Guerra, professor doutor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/MG), abordará o assunto ‘Comunicação: Divulgação Científica’. Logo após, será feita uma apresentação dos resultados GT’s e ações multimídia.

Na sexta-feira (30), das 9h às 12h30, a programação continua com o tema ‘Avaliação Multidimensional e Autoavaliação’, que será debatido por Sérgio Avellar, Coordenador Geral de Normatização e Estudos da **CAPES**. E por fim, Ronaldo Lopes, coordenador da Área de Zootecnia e Recursos Pesqueiros do **CAPES**, apresentará a pauta ‘Qualis Periódicos. Devemos ainda nos preocupar com isto?’.

Sobre o FOPROP - O Fórum reúne gestores das instituições de ensino superior brasileiras, públicas e particulares, para uma melhor interação dos profissionais que se dedicam regularmente à pesquisa, à inovação e à pós-graduação com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e os órgãos financiadores de pesquisa e da pós-graduação.

O FOPROP se consolidou como entidade de direito privado, que representa atualmente 248 instituições de ensino superior e de pesquisa associadas, de diferentes segmentos (públicas, comunitárias e particulares) e sediadas em todos os estados e regiões do país. No âmbito de suas competências, definidas em seu Estatuto, o Fórum tem procurado ser protagonista na defesa e promoção da pesquisa, da pós-graduação, da tecnologia e da inovação.

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

As incertezas jurídicas por trás do Future-se

O Ministério da Educação (MEC) lançou recentemente, a proposta do programa Future-se: iniciativa que visa fortalecer a autonomia financeira das universidades federais, por meio de ações relacionadas à gestão, empreendedorismo, pesquisa e internacionalização nas instituições de ensino superior. Ainda que de adesão voluntária, a proposta tem recebido consideráveis críticas, principalmente pela falta de clareza em seu modo de operacionalização e por apresentar questões sensíveis sob a ótica jurídica.

Para ser viabilizado, o programa prevê a instituição de uma nova lei com regulamentos específicos sobre suas frentes de ação, além de propor alterações a outras dezessete legislações. De todo modo, a proposta ainda precisará ser formalizada como projeto de lei e tramitar pelo Congresso Nacional para ser aprovada e adotada pelas universidades federais.

O principal mecanismo previsto para operacionalizar a iniciativa é a celebração de contratos de gestão entre a instituição de ensino, a União e uma organização social (OS). Em que pese o envolvimento de uma OS na execução de atividades de interesse público não seja novo no ordenamento jurídico brasileiro, o modelo proposto pelo

Future-se apresenta divergências substanciais quanto ao mecanismo instituído pela pioneira Lei das OS.

Por exemplo, nos termos da referida lei, as OSs podem receber bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão mediante permissão de uso. De acordo com o Future-se, todavia, o MEC poderá doar bens imobiliários condicionalmente às OSs, as quais deverão integralizá-los em fundos de investimento e reverter sua rentabilidade para o programa.

Nos cabe questionar, porém, se a doação condicionada à OS, e não à universidade, seria o melhor meio para viabilizar a utilização destes bens, especialmente considerando que os bens submetidos ao regime de direito público sujeitam-se a restrições para alienação. Esse questionamento ganha maiores nuances quando se coloca em análise as possíveis consequências que a doação pode trazer no caso de uma rescisão antecipada do contrato de gestão ou, ainda, o modo como os bens já integralizados em fundos poderão ser recuperados pelo governo e/ou pela próxima OS contratada.

O programa também prevê a possibilidade de cessão de servidores à OS, mas, diferentemente do previsto na Lei das OS, o ônus pela remuneração do agente cedido não recairá sobre a origem estatal. Por essa razão, há incertezas sobre o regime de trabalho ao qual o servidor cedido estará inserido e sobre como sua remuneração será viabilizada.

Já em relação ao fomento, o projeto de Lei prevê a possibilidade do MEC participar como cotista em fundos de investimento, que serão selecionados por procedimento simplificado. A rentabilidade das cotas poderá ser doada para OS, desde que revertida para a consecução do programa. Nesse contexto, surgem diversas dúvidas, desde o modelo de seleção dos fundos, até a origem dos recursos que lhe serão destinados e como serão aplicados os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No que tange às novas alternativas de captação de recursos, o Future-se possibilita que as universidades participantes possam ser beneficiárias de repasses viabilizados por leis de incentivo fiscal. Por exemplo, prevê que as atividades de pesquisa do programa serão consideradas atividades culturais para recebimento de recursos incentivados pela Lei nº 8.313/91 (antiga “Lei Rouanet”). Tal proposta tem sido fortemente criticada, principalmente se considerarmos uma ampliação da concorrência pelos repasses voltados à cultura, além de possíveis questionamentos quanto à extensão do benefício às instituições de pesquisa estaduais e privadas.

Espera-se que com as contribuições reunidas pela consulta pública e pelas discussões a que o projeto estará sujeito junto às comissões e ao plenário de cada uma das casas do Congresso Nacional, seja possível aprimorar o programa e esclarecer as inconsistências jurídicas que, hoje, acarretam diversos questionamentos para a efetiva execução do Future-se.

*Juliana Gomes Ramalho Monteiro, Fernanda Basaglia Teodoro e Yvilla Diniz Gonzalez são, respectivamente, sócia e advogadas do escritório Mattos Filho

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Estudantes e profissionais da educação poderão ser atendidos em Super Fácil exclusivo

Primeira unidade do Super Fácil Educação foi inaugurada atrás do prédio da Seed nesta quinta-feira (29).

Voltado para o atendimento exclusivo de estudantes e servidores, foi inaugurado o Super Fácil Educação nesta quinta-feira (29). O posto vai funcionar na Secretaria de Estado da Educação (Seed), em Macapá. A unidade já está funcionando, de 8h às 18h, de segunda-feira a sexta-feira.

São oferecidos 36 serviços, dos 55 previstos para os próximos dias. Entre eles estão certificado de matrícula, conversão de notas, abono de permanência, alteração de dados bancários e Lei de Acesso à Informação (LAI), divididos em três categorias, entre estudante, servidor e ouvidoria (veja todos os serviços no fim desta reportagem).

A inauguração do posto contou com atendimentos de 25 programas da educação como o Colabora Amapá, Central do Enem, Escolas do Novo Saber, Escola Verde e Centro de Valorização da Educação. Apresentações musicais também fizeram parte da programação, entre elas, o projeto Flauta Doce e o concerto de alunos do Centro de Educação Profissional de Música Walkíria Lima.

De acordo com o governador do estado, Waldez Góes, esse modelo foi experimentado em muitas áreas com o sistema integrado do Super Fácil, inclusive em parceria com órgãos federais e da Justiça. O gestor diz que dessa vez a integração da rede é com a educação.

“Aqui vai atender o estudante e servidor da educação nas diversas necessidades, seja a questão de ponto, férias, licença e aposentadoria. O servidor não precisa mais ir em dez salas diferentes e depois ir embora sem respostas”, explicou.

Segundo a secretária da Educação, Maria Gorete Silva, o atendimento da Seed era precário, os servidores viviam em ambientes inadequados e o prédio tinha goteiras. Ela afirma que a parceria com o Super Fácil vai prestar serviços de qualidade e atendimento humanizado.

“O modelo foi inspirado nas unidades da própria rede do Super Fácil, mas os serviços são específicos para educação. Inclusive a secretaria se compromete a inaugurar um box do Super Fácil Educação em cada unidade da rede nos municípios”, prometeu a secretária.

O professor de artes, Ivan Serrão, de 45 anos de idade, atua há 22 anos na educação e diz hoje é um marco para a categoria, pois sempre houve um atendimento muito precário para os servidores.

“Estou muito feliz enquanto professor e servidor público pela inauguração do espaço. Eu chegava antes e ficava em pé, não havia conforto e hoje existe a facilidade de desburocratizar muita coisa, já posso resolver tudo em um só lugar”, comemora.

O espaço possui 22 guichês, sendo 17 para servidores, cinco para estudantes e um para ouvidoria. Na ocasião, o governo inaugurou o novo Protocolo Geral e Gestão de Pessoas do Centro Administrativo da Seed.

Dois caminhões destinados à entrega de material, mobília, carteiras, livros didáticos e serviços de manutenção das escolas foram apresentados na inauguração.

A gestão estadual investiu cerca de R\$ 2 milhões na obra, que inclui também área de convivência, lanchonete, banheiros e aparelhamento (mobília e climatização e vigilância eletrônica).

Veja os serviços do Super Fácil Educação:

Estudantes

Certificado
Matrícula
Declaração de escolaridade
Equivalência de estudo
Análise e parecer técnico
Conversão de notas
Lacuna
Dependência
Reconhecimento escolar
Autenticidade
Calendário escolar

Servidor

Abono de permanência
Adicional de interiorização
Ajuda de custo
Alteração de dados bancários
Alteração do nome do servidor
Averbação por tempo de serviço
Declarações diversas
Estágio probatório
Férias
Gratificações
Histórico de progressão funcional
Inclusão de dependentes
Licenças
Indenizações
Progressão
Substituição de servidor
Quintos
Vale-transporte
Vacância

Ouvidoria

Lei de Acesso à Informação
Denúncias

Reclamações

Sugestões

Mediações

Elogios

Para ler mais notícias do estado, acesse o G1 Amapá.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Reitor da UFSC apresenta à comunidade acadêmica medidas para contenção de gastos

Ubaldo Balthazar tem esperança de que bloqueios possam ser revistos: A gente tem muita esperança que o governo se sensibilize.

O reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Ubaldo Balthazar, apresentou à comunidade acadêmica na tarde desta quinta-feira (29) medidas estudadas pela instituição para conter ainda mais gastos. O objetivo é acomodar os bloqueios de verba anunciados pelo Ministério da Educação (MEC) em abril.

Entre as medidas, estão a diminuição no número de refeições servidas no Restaurante Universitário (RU), a suspensão da Semana de Ensino Pesquisa e Extensão (Sepex), a diminuição de bolsas e a revisão de contratos de terceirização nos campi da UFSC fora da capital. Essas providências já haviam sido apresentadas na terça (27) em reunião com sindicatos.

Mas o reitor tem esperanças de que os contingenciamentos sejam revistos. "Pode ser que o governo desbloqueie alguma coisa. Mas a partir de agora temos que economizar o que for possível. Se vier alguma coisa além do duodécimo, alguma coisa bloqueada em abril e maio, a coisa muda de figura", afirmou o reitor.

"Se continuar no ritmo que está, nós vamos, quando muito, até o final de setembro. Depois pode até funcionar, mas precariamente", declarou.

Por nota, o Ministério da Educação afirma que está em conversa com o Ministério da Economia e que o repasse dessa verba depende de uma melhora da situação financeira do país no segundo semestre. Também disse que o ministério vem repassando um pouco da verba para as instituições que comprovam que têm dívidas.

A reunião do reitor com a comunidade acadêmica ocorreu no auditório do Espaço Físico Integrado (EFI), no campus de Florianópolis. Ela começou por volta das 14h45 e durou duas horas.

"Nós deixamos claro na assembleia que a gente já adotou algumas medidas e estamos em estudo para ver o que vamos fazer daqui para a frente. Não temos ainda decisão formal, está tudo no plano de discussão de ideias", afirmou o reitor.

Entre as atitudes já tomadas pela UFSC para economizar está a redução dos contratos maiores com as empresas terceirizadas que prestam serviços para a universidade e a substituição de alguns alimentos mais caros no Restaurante Universitário. Um exemplo é a troca da maçã por banana na sobremesa.

Neste mês, a universidade também suspendeu a autorização de viagens em evento de

capacitação de professores.

Em relação ao RU, uma das medidas estudadas para os próximos meses é servir as refeições apenas para o estudantes que são isentos por questões socioeconômicas.

Sobre a Sepex, o principal evento de divulgação científica da universidade, o reitor afirmou que se os bloqueios forem revistos, ela pode ocorrer, apenas sendo adiada para outubro ou início de novembro. Geralmente, a feira ocorre em setembro.

Em relação às bolsas, o reitor disse que a universidade analisa não repor aquelas cuja pesquisa seja concluída.

"A gente tem muita esperança que o governo se sensibilize. Vai ser difícil ver as universidades fechando", disse Balthazar.

topo ↕

JORNAL DA USP - SP - GERAL

Manifestação dos pró-reitores da USP em apoio ao CNPq e contra a sua extinção Brasil vive a "maior crise do sistema de ciência e tecnologia" em sua história, afirma a carta, encaminhada a parlamentares em Brasília.

Os pró-reitores da Universidade de São Paulo (USP) divulgaram nesta quinta-feira, 29 de agosto, um manifesto contra a possível "extinção" do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), principal agência de fomento à ciência do governo federal.

"Estamos diante da maior crise do sistema de ciência e tecnologia em nosso país", diz a carta. "Os pró-reitores da USP manifestam-se em favor da manutenção dos recursos para o CNPq e contra a sua extinção. O Brasil não pode perder este valioso patrimônio de conhecimentos que foi construído, pelo esforço conjunto de cientistas e da sociedade brasileira, desde a criação do CNPq em 1951."

A carta é assinada pelos pró-reitores Edmundo Baracat (Graduação), Carlos Carlotti Júnior (Pós-graduação), Sylvio Canuto (Pesquisa) e Maria Aparecida Moreira Machado (Cultura e Extensão), e seus respectivos adjuntos. Ela foi enviada por email a todos os diretores de unidades e presidentes de comissões de pesquisa da USP, assim como a deputados e senadores em Brasília — somando-se a uma enxurrada de manifestações em defesa do CNPq que foram encaminhadas ao Congresso e ao governo federal nas últimas semanas.

O orçamento do CNPq aprovado para este ano é insuficiente para pagar as 84 mil bolsas que a agência oferece a pesquisadores de todo o Brasil, como forma de impulsionar a pesquisa e o desenvolvimento científico do País. Os recursos disponíveis acabam agora, no início de setembro, com o pagamento da folha de agosto. A concessão de novas bolsas já foi suspensa, e ainda são necessários R\$ 330 milhões em crédito suplementar para continuar pagando as bolsas vigentes até o fim do ano. O orçamento de fomento (apoio a projetos de pesquisa) do órgão também já está praticamente zerado — além de ter sido substancialmente reduzido nos últimos anos.

Os pró-reitores ressaltam que o CNPq desempenha um "papel primordial" no financiamento e desenvolvimento da ciência brasileira; contribuindo de forma significativa "para o desenvolvimento econômico e social do País". Leia abaixo a

íntegra da carta.

Manifestação dos pró-reitores da USP em apoio ao CNPq e contra a sua extinção
O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), é, desde sua criação em 1951 até hoje, uma das maiores e mais sólidas estruturas públicas de apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil.

Vem contribuindo significativamente para o desenvolvimento de pesquisas em áreas estratégicas e para a formação de pesquisadores em Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes.

O CNPq, que oferta várias modalidades de bolsas para estudantes de ensino médio da rede pública (Pibic-EM), ensino técnico e de graduação (Pibiti), estudantes de graduação (Pibic), pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, recém-doutores e pesquisadores já experientes (bolsas de produtividade em pesquisa), além de apoiar iniciativas como os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), centros de pesquisa multicêntricos brasileiros, em parceria com a **Capes**, Finep e as fundações estaduais de amparo à pesquisa, está na iminência de cortar o financiamento das bolsas de mais de 80 mil pesquisadores.

A agência necessita de uma suplementação de R\$ 330 milhões em seu orçamento, para cumprir os compromissos assumidos em 2019. Lembramos o histórico do CNPq e seu papel no sistema de Ciência e Tecnologia do nosso país. Em maio de 1946, o almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva, representante brasileiro do Conselho de Segurança da Organização da Nações Unidas (ONU), propôs ao governo, por intermédio da Academia Brasileira de Ciência (ABC), a criação de um conselho nacional de pesquisa.

Em 1951, o presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, criou o CNPq, por meio da lei nº 1.310. Ao longo da sua história, o CNPq vem desempenhando papel primordial na formulação e condução das políticas e de financiamento a ciência, tecnologia e inovação. Contribui, de forma significativa, para o desenvolvimento econômico e social do país e o reconhecimento das instituições de pesquisa e pesquisadores brasileiros pela comunidade científica nacional e internacional.

Estamos hoje diante da maior crise do sistema de C&T de nosso país. Os pró-reitores da USP se manifestam em favor da manutenção dos recursos para o CNPq e contra a sua extinção. O Brasil não pode perder este valioso patrimônio de conhecimentos que foi construído, pelo esforço conjunto de cientistas e da sociedade brasileira, desde a criação do CNPq, em 1951.

Edmund Chada Baracat
Pró-Reitor de Graduação da USP

Maria Vitória Lopes Badra Bentley
Pró-Reitora Adjunta de Graduação da USP

Carlos Gilberto Carlotti Júnior
Pró-Reitor de Pós-Graduação da USP

Marcio de Castro Silva Filho
Pró-Reitor Adjunto de Pós-Graduação da USP

Sylvio Roberto Accioly Canuto
Pró-Reitor de Pesquisa da USP

Emma Otta
Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa da USP

Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado
Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária

Margarida Maria Krohling Kunsch
Pró-Reitora Adjunta de Cultura e Extensão Universitária

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Em ofício a Guedes, Weintraub escreve 2 vezes ‘paralisação’ com ‘z’

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, escreveu duas vezes a palavra “paralisação” usando a letra “z” em ofício endereçado ao ministro da Economia, Paulo Guedes. No documento, Weintraub alerta que os recursos previstos para o ministério em 2020 são insuficientes para a prestação de serviços públicos, como a compra de livros escolares, e podem levar à interrupção das atividades em universidades públicas. Procurado pela reportagem, o MEC não quis se manifestar.

O ministro pediu aumento de R\$ 9,8 bilhões em verbas previstas para as chamadas despesas discricionárias (aquelas que não são obrigatórias, como pagamento de servidores e aposentados). Com o incremento, os recursos previstos para esses gastos, que incluem o custeio de programas e investimentos, alcançariam R\$ 26 bilhões.

“Com a redução de bolsistas de mestrado e doutorado, há paralisação (sic) de pesquisas e risco de evasão de pesquisadores para atuação no exterior, comprometendo o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país”, alerta o ministro na página 4 do ofício, de 15 de agosto deste ano.

“O referencial monetário apresentado ao MEC impossibilita a destinação de menos da metade do orçamento que as universidades e institutos possuem atualmente. Com isso, haverá a paralisação (sic) de cursos, campi e possivelmente instituições inteiras, comprometendo a educação superior e a educação profissional e tecnológica (EPT)”, afirma o ministro na página 6.

O ministro mostrou preocupação com temas caros ao governo Bolsonaro, como ampliação do número de escolas cívico-militares. Ainda afirmou que há risco de “recepção desfavorável na sociedade em geral e na imprensa” se forem suspensas bolsas de estudo no País e exterior. Como mostrou o Estado, além de Weintraub, ministros da Saúde, de Minas e Energia e de Relações Exteriores também alertaram Guedes que as verbas previstas para 2020 são insuficientes.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Em ofício, ministro da Educação escreve paralisação com z

Documento alerta ministério da Economia sobre consequências de insuficiência de recursos em 2020

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, escreveu duas vezes a palavra paralisação usando a letra z em ofício endereçado ao ministro da Economia, Paulo Guedes. No documento, Weintraub alerta que os recursos previstos para o ministério em 2020 são insuficientes para a prestação de serviços públicos, como a compra de livros escolares, e podem levar à interrupção das atividades em universidades públicas.

O ministro pediu aumento de R\$ 9,8 bilhões em verbas previstas para as chamadas despesas discricionárias (aquelas que não são obrigatórias, como pagamento de servidores e aposentados). Com o incremento, os recursos previstos para esses gastos, que incluem o custeio de programas e investimentos, alcançariam R\$ 26 bilhões.

"Com a redução de bolsistas de mestrado e doutorado, há paralisação (sic) de pesquisas e risco de evasão de pesquisadores para atuação no exterior, comprometendo o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país", alerta o ministro na página 4 do ofício, de 15 de agosto deste ano.

"O referencial monetário apresentado ao MEC impossibilita a destinação de menos da metade do orçamento que as universidades e institutos possuem atualmente. Com isso, haverá a paralisação (sic) de cursos, campi e possivelmente instituições inteiras, comprometendo a educação superior e a educação profissional e tecnológica (EPT)", afirma o ministro na página 6.

O ministro mostrou preocupação com temas caros ao governo Bolsonaro, como ampliação do número de escolas cívico-militares. Ainda afirmou que há risco de "recepção desfavorável na sociedade em geral e na imprensa" se forem suspensas bolsas de estudo no País e exterior. Como mostrou o Estado, além de Weintraub, ministros da Saúde, de Minas e Energia e de Relações Exteriores também alertaram Guedes que as verbas previstas para 2020 são insuficientes.